

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ**

**ELIANE APARECIDA DIAS LUNARDON**

**AS REDES SOCIAIS COMO RECURSO DA EDUCAÇÃO A  
DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO  
RELIGIOSO**

**CURITIBA  
2013**

**ELIANE APARECIDA DIAS LUNARDON**

**AS REDES SOCIAIS COMO RECURSO DA EDUCAÇÃO A  
DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO  
RELIGIOSO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Rogério  
Azevedo Junqueira

**CURITIBA  
2013**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central

L961r 2013	<p>Lunardon, Eliane Aparecida Dias</p> <p>As redes sociais como recurso da educação a distância na formação do professor de ensino religioso / Eliane Aparecida Dias Lunardon ; orientador, Sérgio Rogério Azevedo Junqueira. – 2013. 116 f. : il. ; 30 cm</p> <p>Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013 Bibliografia: f. 110-116</p> <p>1. Teologia. 2. Redes sociais on-line. 3. Ensino à distância. 4. Professores - Formação. 5. Ensino religioso. I. Junqueira, Sérgio. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.</p> <p>CDD 20. ed. – 230</p>
---------------	--



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO PARANA  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA  
**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 061**  
**DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**  
**ELIANE APARECIDA DIAS LUNARDON**

Aos quinze dias, do mês de agosto de dois mil e treze, às onze horas reuniu-se na Sala de Defesa – Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, Afonso Maria Ligório Soares e Marcio Luiz Fernandes, para examinar a Dissertação da candidata, **ELIANE APARECIDA DIAS LUNARDON**, ingressante no Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado, no segundo semestre de dois mil e onze. Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: **“AS REDES SOCIAIS COMO RECURSO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO”**. A candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e, após a defesa, a candidata foi aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 12:15 h \_\_\_ min. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Prof.Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira \_\_\_\_\_  
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Afonso Maria Ligório Soares \_\_\_\_\_  
Convidado Externo

Prof. Dr. Marcio Luiz Fernandes \_\_\_\_\_  
Convidado Interno

CIENTE

Prof. Dr. Agenor Brighenti

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*  
PPGT - PUCPR



*“Onde quer que haja vida, vemos rede.”*

*Capra*

## **AGRADECIMENTOS**

*Primeiro quero agradecer a Deus, minha rocha e minha luz...*

*Agradeço a minha “Grande Família” pelo incentivo e apoio que nunca me faltou, especialmente ao meu marido que em todos os momentos está ao meu lado.*

*Agradeço à Coordenação de Mestrado da PUC/PR, principalmente a você Maria, secretária dedicada, competente, amiga...*

*Agradeço a todos os professores com os quais aprendi a amar a Teologia como Ciência e Vida, de modo especial, aos professores Waldir e Clodovis.*

*Agradeço as minhas amigas e amigos da DITEC/SEED: Gilian, Emídia, Suelen, Ana Rita, Marquinho, Ana Su, Leda, Sandrinha, Adalnice, Valéria, Kleine, Jane, Neide, Cris, Betinha, Mariema, Paulinha, Ricardo Hasper, Cassiano, Cristiane Rodrigues e tantos outros que comigo compartilharam incertezas e alegrias.*

*Agradeço aos amigos e amigas da Escola de Governo: Danielle, Sonia, Elaine, Neli, Juarez, Keylli, Rosane, Valnei, Débora, Simone e Janine que me ajudaram e incentivaram. E a você, minha amiga irmã, Sissi, obrigada por ouvir meus projetos e participar solidariamente de cursos e congressos comigo.*

*Agradeço a todos os colegas de curso, de modo especial, a Maria Eunice e Taciane, minhas companheiras de percurso.*

*E, finalmente, agradeço ao Professor Sérgio, meu orientador, que aprendi a admirar e respeitar..., e que durante dois anos, esteve ao meu lado e me conduziu de forma terna e carinhosa, porém, firme!*

## RESUMO

Amaral<sup>1</sup>, em seu artigo “Conectando pessoas, tecendo redes”, afirma que atualmente ouvimos falar muito em redes produtivas, organizações em rede, rede de supermercados, rede de comunicação, redes de conhecimento, como se o padrão de organização em rede fosse uma invenção das últimas décadas. Contudo, Amaral afirma que todas as redes de relações são inerentes às atividades humanas. Basta olharmos ao nosso redor e veremos surgir conjuntos de redes que sustentam o nosso existir: a rede familiar, de amigos, profissionais, e outras tantas. Amaral explica que essas redes são espontâneas e derivam da sociabilidade humana. Nesse sentido a presente pesquisa procurou realizar uma investigação sobre as redes sociais e averiguar se as mesmas podem ser utilizadas como plataforma virtual de aprendizagem, onde se realizem cursos para a formação continuada de professores para atuarem na disciplina do Ensino Religioso, uma vez que não existe uma licenciatura específica para essa formação. Vê-se, dessa forma, a necessidade de uma organização de estratégias para a complementação da formação desses profissionais para atuarem neste componente curricular. Partindo desse contexto, apresentou-se um pouco do registro histórico e da Legislação que regulamenta a disciplina de Ensino Religioso no Brasil, bem como o contexto histórico e a Lei que trata da educação a distância, abordando também os aspectos que tratam da formação e contratação do docente para a disciplina de Ensino Religioso. E finalmente a seleção de categorias para análise das redes sociais, com a intenção de se verificar as possibilidades de aprendizagem on-line, no sentido de apontá-las como recursos da educação a distância para a formação continuada do professor de ER. Ressalte-se que esta ação já não é somente uma proposta, mas constitui-se em uma realidade no cenário brasileiro.

**Palavras-chave:** redes sociais, educação a distância, Ensino Religioso, formação docente.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/conectando-pessoas-tecendo-redes-pdf-d261770064>>.

## ABSTRACT

Amaral<sup>1</sup>, in his article "Connecting people, weaving nets," states that currently heard very productive networks, networking organizations, supermarket chain, network communication, knowledge networks, as the standard for networking was an invention the last decades. However, Amaral says that all networks of relationships are inherent to human activities. Just look around us and we will see sets of networks that sustain our existence: the network family, friends, professionals, and many others. Amaral explains that these networks are spontaneous and derived from human sociability. In this sense, this research sought to conduct a research on social networks and see if they can be used as virtual learning platform, where they conduct courses for the continuing education of teachers to work in the discipline of Religious Education, since there a degree specific for this training. It is seen, therefore, the need for an organization strategy to complement the training of these professionals to work in this curriculum component. From this context, presented a bit of the historical record and the law regulating the discipline of Religious Education in Brazil, as well as the historical context and the Law dealing with distance education, while also addressing the aspects that deal with the training and hiring of teachers to discipline Religious Education. And finally the selection of categories for the analysis of social networks, with the intention of exploring the possibilities of online learning in order to point them to resources of distance education for continuing education teacher ER. It should be noted that this action is not only a proposal, but is itself a reality in the Brazilian scenario.

**Keywords:** social networks, distance education, Religious Education, teacher training.

---

<sup>1</sup> Available in: : < <http://ebookbrowse.com/conectando-pessoas-tecendo-redes-pdf-d261770064>>.



## **SIGLAS E ABREVIações**

ARPA - Advanced Research Projects Agency  
ARPANET - Advanced Research Projects Agency Network  
ASPERSC - Associação dos Professores de Ensino Religioso de Santa Catarina  
ASSINTEC - Associação Inter-Religiosa de Educação  
AVA - Ambientes virtuais de aprendizagem  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CONAE – Conferência Nacional de Educação  
CONER/RS - Conselho de Ensino Religioso do Estado do Rio Grande do Sul  
EaD - Educação a distância  
ER - Ensino Religioso  
EUA - Estados Unidos da América  
Face – Facebook  
FONAPER – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso  
GPER - Grupo de Pesquisa Educação e Religião  
HAI – Hora atividade interativa  
http - Hyper Text Transfer Protocol  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases  
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC - Ministério de Educação  
MILNET - Military Network  
OBEDECER - Organização Benéfica, Educacional, Eclesiástica e de Ensino Religioso  
PARFOR - Programa Nacional de Formação de Professores  
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais  
RSS - Really Simple Syndication  
SEED - Secretaria de Estado da Educação  
SMS - Short Message Service  
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação  
UCLA - Universidade da Califórnia em Los Angeles  
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão  
www - World Wide Web

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem do Memex .....	17
Figura 2: Dor Vannevar Bush e seu analisador diferencial.....	17
Figura 3: Quadro Histórico da EaD no Brasil.....	40

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Apresentação dos sites selecionados.....	81
Tabela 2: Apresentação dos Blog selecionados.....	83
Tabela 3: Apresentação dos Facebook selecionados.....	85
Tabela 4: Apresentação dos Twitter selecionados.....	87
Tabela 5: Análise dos sites pesquisados.....	92
Tabela 6: Análise dos Blog pesquisados.....	95
Tabela 7: Análise dos Facebook pesquisados.....	98
Tabela 8: Análise dos Twitter pesquisados.....	101

## SUMÁRIO

1 Chat Inicial.....	12
2 Compartilhando: As Redes Sociais e a Educação a Distância.....	15
2.1 A Internet .....	15
2.2 As redes sociais .....	18
2.3 Os ambientes virtuais de aprendizagem .....	33
2.4 Educação a distância .....	36
2.5 A EaD na formação continuada do professor .....	46
3 Compartilhando: O Ensino Religioso no Brasil.....	48
3.1 História e construção de uma Identidade Pedagógica .....	48
3.2 Os modelos de Ensino Religioso no cenário atual .....	66
3.3 A formação do professor de Ensino Religioso .....	68
4 Compartilhando: As Redes Sociais aliadas à formação dos professores .....	77
4.1 A pesquisa e seus resultados .....	78
4.2 Análise dos resultados.....	103
5 Considerações Circunstanciais .....	107
Referências .....	110

## 1 Chat inicial...

Antes de apresentar os pressupostos teóricos, creio fazer-se necessário ressaltar a relevância pessoal do trabalho, por haver, pois, um envolvimento pessoal e profissional relacionado com o uso das novas tecnologias em educação. Quando decidi retornar à Academia para fazer o Mestrado, o interesse inicial pela Teologia nasceu com o trabalho pastoral na comunidade e, assim, pensei na possibilidade de se pesquisar a formação dos agentes pastorais por meio da educação a distância. Contudo, por não haver fontes bibliográficas para nortear a pesquisa, em comum acordo, eu e meu orientador optamos por direcionar os estudos e a pesquisa à investigação do uso da EaD como mais um recurso importante para a formação do docente responsável pela disciplina do Ensino Religioso. Dessa forma, durante todo o primeiro ano de Mestrado, as pesquisas foram voltadas à EaD e à formação do professor de Ensino Religioso no Brasil.

Porém, no segundo ano me inscrevi em uma disciplina no Setor de Educação. Nas aulas realizamos pesquisas sobre como as redes sociais poderiam ser utilizadas para realizar atividades pedagógicas, dando continuidade ao trabalho iniciado em sala de aula.

Em uma conversa, com o professor Sérgio, relatei a dinâmica realizada pela professora da referida disciplina de Educação. Lembro que o professor sorriu e com um brilho diferente no olhar me propôs: “O que você acha de pesquisar as redes sociais e a possibilidade de utilizá-las como plataformas de EaD?” Pensei que ele estivesse brincando, afinal eu nunca tinha trabalhado diretamente com as redes sociais, mas seu olhar firme mostrou que o assunto era sério.

Fui para casa e não consegui tirar essa ideia do pensamento. Durante a noite, pensei muito e ao acordar, ainda continuava pensando. Resolvi, então, buscar mais informações sobre novos trabalhos em EaD e peguei um livro publicado pela ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância, que eu havia comprado a pouco tempo. E logo, no prefácio, o então Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, afirmava que:

Um dos elementos estruturantes da agenda da educação no Brasil diz respeito às inovações tecnológicas e metodológicas voltadas ao trabalho pedagógico e que, efetivamente, contribuem para a melhoria da qualidade da educação, em todos os seus níveis e modalidades (Haddad, 2009).

Era o incentivo que faltava, e assim aceitei o desafio. E aqui estou!

Partindo dessas reminiscências, cabe explicar que o presente trabalho foi realizado com o objetivo de analisar as redes sociais como recurso da educação a distância na formação do professor de Ensino Religioso, abordando os pressupostos pedagógicos das redes sociais por meio de seus discursos textuais e registros iconográficos. Considerou-se, também, como pode se dar o uso pedagógico de cada uma delas, principalmente, se forem utilizadas como plataformas on-line de aprendizagem.

Nessa perspectiva, cabe lembrar que as redes sociais estão disponíveis na Internet e podem ser utilizadas como mais um importante recurso pedagógico, tanto na educação presencial quanto na educação a distância e pode também ser utilizada no trabalho com os alunos e/ou na formação continuada do professor.

E por que utilizar as redes sociais como ambientes virtuais de aprendizagem para a formação dos professores de Ensino Religioso?

Aqui é possível encontrar justificativa nas palavras de Junqueira e Alves (2010), que afirmam que este profissional precisa buscar a requalificação para exercer efetivamente a função docente e a instrumentalização para uma atuação pedagógica mais tecnológica.

Nesse sentido, é possível afirmar que o uso das redes sociais pode ser expandido, ou seja, as redes sociais podem também ser utilizadas como plataformas de aprendizagem on-line, uma vez que se caracterizam como sites que promovem a interação entre os usuários e o compartilhamento de informações, experiências e materiais diversos.

Partindo desse contexto, foram selecionados cinco sites, cinco Blog, cinco Facebook e cinco Twitter, todos apresentando a mesma estrutura, ou seja, todos deveriam desenvolver projetos e conteúdos referentes ao Ensino Religioso. Para a análise desses sites e páginas digitais, foram selecionados também categorias de análise, com a intenção de se verificar as possibilidades de aprendizagem on-line de cada um deles, no sentido de apontá-los como recursos da educação a distância para a formação continuada do professor de Ensino Religioso.

Sendo assim, para uma adequada compreensão didática, a dissertação foi assim dividida:

No Capítulo 1, chamado de “Chat inicial...”, fazendo referência aos bate-papos virtuais, apresenta-se a justificativa para a escolha do tema da pesquisa e a metodologia utilizada para sua elaboração.

O Capítulo 2, intitulado de “Compartilhando: As Redes Sociais e a Educação a Distância”, trata-se de assuntos assim subdivididos: “A Internet”; “As Redes Sociais”; “Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem”; “A Educação a Distância”; e “A EaD na formação continuada do professor”.

O Capítulo 3, denominado de “Compartilhando: O Ensino Religioso no Brasil”, também foi subdividido para tratar de temas sobre: “História e Construção de uma Identidade Pedagógica”, “Os modelos de Ensino Religioso”; e “A Formação do Professor de Ensino Religioso”.

No Capítulo 4, intitulado de “Compartilhando: As Redes Sociais aliadas à Formação do Professor de Ensino Religioso” apresenta-se a investigação realizada em sites, Blog, Facebook e Twitter, com o objetivo de investigar, primeiramente, se os professores de Ensino Religioso participam de comunidades e redes sociais e, se há possibilidade das redes sociais caracterizarem-se como ambientes virtuais de aprendizagem, de modo a contribuírem para a formação continuada dos profissionais que desenvolvem atividades ligadas ao Ensino Religioso. Neste capítulo, apresenta-se ainda a análise dos resultados dessa pesquisa.

E no Capítulo 5, faz-se a apresentação de algumas considerações, que foram denominadas de “Circunstanciais”, porque são conclusões provisórias, pois necessitam de aprofundamento para que as questões iniciais possam ser superadas e, dessa forma, possam fomentar novas ideias.

## 2 Compartilhando: As Redes Sociais e a Educação a Distância

Para a Educação, de acordo com Alexandre Tavares<sup>2</sup>,

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) propõe uma prática educacional adequada à realidade do mundo, ao mercado de trabalho e à integração do conhecimento. Podemos entender, então, que a utilização efetiva das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na escola é uma condição essencial para inserção mais completa do cidadão nesta sociedade de base tecnológica. É importante diminuir a enorme distância que existe entre o que o mercado de trabalho pede e as habilidades e competências do profissional que está se formando. O mercado precisa de pessoas que pesquisem, que questionem, que saibam realizar suas atividades de forma autônoma, que tenham iniciativa, que sejam capazes de resolver problemas. A utilização das tecnologias, no mundo atual, está fortemente inserida em todas essas exigências de mercado. Além disso, nunca houve tanta informação e conhecimento disponíveis num espaço de tempo tão curto.

Nesse sentido, é possível afirmar que não há dúvidas de que as tecnologias de Informação e comunicação (TIC) permeiam o nosso dia a dia e que viver sem as novas tecnologias já não é mais um pensamento possível. Dessa forma, não há dúvidas também de que a Internet facilitou as relações pessoais e o fluxo de informações entre redes de interesses comuns.

### 2.1 A Internet

Cabe aqui, portanto, conhecer um pouco mais sobre a Internet para melhor compreendê-la. Porém, para entender a história da Internet, faz-se necessário regredir um pouco no tempo e chegar à Guerra Fria, que teve seu início no final da década de 40, entre o fim da 2ª Guerra Mundial, em 1945, e à extinção da União Soviética, em 1991. Durante esta época as duas superpotências mundiais, Estados Unidos da América e União Soviética/Rússia, brigavam pelo “controle” e influência do mundo. Assim, intensificou-se a pesquisa por novas formas de comunicação e armazenamento de informações e, os Estados Unidos, para garantir o sigilo nas estratégias de guerra, desenvolveu um meio de transmissão e compartilhamento de informações.

---

<sup>2</sup> Portal São Francisco: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/artigos/tecnologia-na-escola-problema-ou-solucao.php>



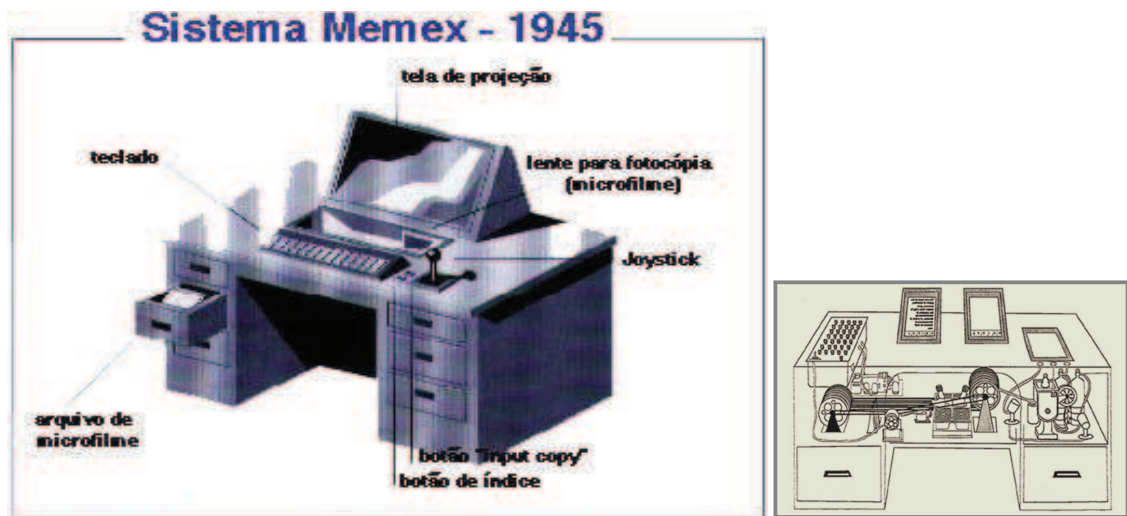
Nesse contexto, a ARPA (Advanced Research Projects Agency), agência norte-americana de Pesquisas em Projetos Avançados, desenvolveu a ARPANET, que foi a primeira rede operacional de computadores que serviu de base para o desenvolvimento da Internet. O sistema funcionava através do “chaveamento de pacotes”, ou seja, todas as informações eram salvas em pacotes que continham o endereço do destinatário e a origem da mensagem a ser enviada.

Todavia, o primeiro e-mail enviado, somente aconteceu no dia 29 de outubro de 1969, e continha somente a palavra “login”, mas ao enviá-la para um computador da Universidade da Califórnia (UCLA), este apresentou problema de conexão e foi recebido apenas a sílaba “lo”.

Com o término da Guerra Fria, os Estados Unidos da América (EUA) permitiram que a ARPANET servisse de estudo para o desenvolvimento da Internet, surgindo, desse modo, a MILNET (Military Network) que expandiu o modelo da ARPANET, criando a Internet como a conhecemos hoje.

Levando-se em conta essa história, não se pode nominar um criador específico para a Internet, mas vários criadores; uma vez que ela surgiu da soma de vários estudos e pesquisas vindas do mundo inteiro, transformando-se, a partir da década de 90, em um meio de comunicação utilizado pelas pessoas de todo o mundo. Dessa forma, é possível afirmar que, desde os primeiros navegadores, Internet Explorer e Netscape Navigator, até os atuais provedores, portais, sites ou blogs, tudo contribuiu para que a Internet se desenvolvesse como uma ferramenta eficaz e segura para o estudo, pesquisa, trabalho, entretenimento e diversão.

Nesse ponto, é importante ressaltar o trabalho do Dr. Vannevar Bush (1880-1974), que foi um dos engenheiros mais avançados de sua época. Na 1ª Guerra Mundial, Bush aventurou-se na área da computação, ajudando a criar instrumentos de detecção de submarinos e agentes químicos. Suas pesquisas permitiram um avanço na otimização de processos de softwares, e com a criação do Memex (vide figura abaixo), que era um dispositivo mecânico, houve a possibilidade de realizar pesquisas de informação, além de possibilitar ao leitor acrescentar comentários e textos seus. No entanto, a principal característica deste dispositivo não era a capacidade de correção e anotação de textos, mas a possibilidade de permitir ligações entre assuntos, articulando a informação em rede, através do princípio de associação de ideias, sem um princípio de causa-efeito ou de sucessividade.



(Imagem do Memex<sup>3</sup> – criado por Vannevar Bush )

É interessante também observar o “analisador diferencial<sup>4</sup>” (vide figura abaixo), um precursor do computador, também inventado e construído pelo Diretor do Instituto de investigação científica e desenvolvimento, Dr. Bush, no início da década de 30. A máquina era uma montagem completamente mecânica de engrenagens e eixos movidos por motores elétricos.



<sup>3</sup> Imagem do Memex: o aparelho seria uma mesa de trabalho, com telas para projeção, teclado e botões e alavancas: o conteúdo armazenado seria armazenado em microfilme em um canto da mesa. (<https://sites.google.com/site/historiasobreositesdebusca/>).

<sup>4</sup> Dr. Vannevar Bush, e seu analisador diferencial, em um laboratório do Exército americano, durante a Segunda Guerra Mundial - (<https://sites.google.com/site/historiasobreositesdebusca/>).

Portanto, se pensarmos no nosso cotidiano, veremos o quanto a Internet se desenvolveu e avançou, fazendo emergir conjuntos de redes na Web.

Aqui, também, faz-se necessário uma pequena ressalva, para se esclarecer a diferença entre Internet e Web (ou World Wide Web - www); pois há ainda muitas pessoas que utilizam os termos indistintamente como se fossem sinônimos, o que é incorreto. A Internet e a Web são coisas distintas, embora relacionadas. A internet é uma infraestrutura em rede que conecta milhões de computadores globalmente, formando uma rede em que qualquer computador pode comunicar-se com qualquer outro computador, desde que ambos estejam conectados à Internet. A informação que viaja pela Internet o faz por meio de uma variedade de linguagens conhecidas por protocolos. A World Wide Web, ou simplesmente Web, é apenas uma das maneiras pelas quais a informação pode ser disseminada pela Internet. É um modelo de compartilhamento de informações construído sobre a Internet que utiliza o protocolo "http", que é apenas uma das linguagens utilizadas na Internet, para transmitir informações, e serve-se de browsers, para acessar home pages que são documentos chamados páginas, que estão ligados uns aos outros por meio de hiperlinks.

Valente (2002) qualifica Web como um conjunto de páginas e sítios publicados na Internet e esta, por sua vez, é a infraestrutura de rede que liga os computadores em escala mundial. Na Ciência da Computação, o conceito de redes está vinculado à rede de computadores e significa um conjunto de computadores autônomos interconectados (TANENBAUM, 1997, p.2). Nesse sentido, é possível identificar os computadores como instrumentos que servem para estabelecer uma interconexão tanto em redes locais quanto em redes dispersas em todo o mundo, rompendo, assim, com as limitações geográficas.

Dessa forma, chega-se ao conceito de Web, que é o espaço virtual que propicia o desenvolvimento das Redes Sociais, e que possibilita que pessoas no mundo inteiro estejam interligadas por diversos tipos de redes sociais ou em diversas e diferentes comunidades virtuais.

## **2.2 As redes sociais**

E participar de uma rede social na Web é uma atividade que vem crescendo dia após dia e, cabe aqui ressaltar, que se trata de uma ação intencional, pois é o

indivíduo que opta em participar ou não de determinada comunidade ou grupos específicos.

González (2005) em seu artigo, Ferramentas da WEB para a Aprendizagem Colaborativa: Webblogs, Redes Sociais, Wikis, Web 2.0, faz uma síntese da origem das redes sociais. O autor conta que, nos anos 50, dois pesquisadores norte americanos, Ithiel de Sola Pool e Manfred Kotchen da IBM, decidiram demonstrar a relação matemática da probabilidade de "ser conhecido entre um conjunto de pessoas"; e enunciaram: "dado um conjunto de N pessoas, qual é a probabilidade de que cada membro esteja conectado a outro membro por  $k_1, k_2, k_3, \dots, k_N$  ligações?".

E, de acordo com González (2005), uma década depois, essa teoria matemática acabou se infiltrando em outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, e assim:

Stanley Milgran reformulou a Teoria dos seis graus de separação, com enfoque nas Ciências Sociais e a denominou "o problema do mundo pequeno". Selecionou, ao acaso, várias pessoas do meio oeste americano que enviaram embrulhos a um lugar desconhecido, situado a várias milhas de distância em Massachusetts. Os remetentes conheciam o nome do destinatário final, sua ocupação e localização aproximada. Foi indicado a quem deveria ser repassado o pacote: uma pessoa conhecida por eles, mas que dentre os seus amigos, era o que tinha maior probabilidade de conhecer diretamente o destinatário. Esta pessoa deveria fazer o mesmo e assim sucessivamente até que o pacote fosse entregue diretamente ao destinatário final. Os participantes esperavam que a cadeia incluiria centenas de intermediários, mas a entrega de cada pacote levou, em média, apenas cinco ou sete intermediários. As descobertas de Milgran foram publicadas no "Psychology Today" e inspiraram a frase seis graus de separação. (GONZÁLEZ, 2005, p.9)

Através desse experimento, verificou-se que as pessoas envolvidas na ação conseguiram comunicar-se com pessoas de outros locais, estabelecendo uma rede de comunicação. Dessa forma, o estudo foi denominado "teoria dos seis graus de separação", pois afirmava que cada pessoa está a seis graus de distância de qualquer outra pessoa do mundo e, afirmava também, que no mundo são necessários no máximo seis laços de amizade para que duas pessoas quaisquer estejam ligadas.

Chegando ao século XXI, esta teoria foi revista e os estudos sobre graus de separação foram incluídas entre os estudos de análise de redes sociais. Muitas pesquisas vêm sendo feitas, como por exemplo, a análise do uso das redes de

relacionamento, como o Orkut e o Facebook. Observando, por exemplo, a base de funcionamento do Facebook, é possível perceber o funcionamento da própria teoria, pois esta rede social estabelece uma relação intermediária entre todos os seus usuários; e o mesmo ocorre com o funcionamento do Orkut, do Twitter e de outras redes sociais.

A partir da explicação da teoria dos seis graus de separação, é possível entender o conceito de rede social, na atualidade, como um meio de se conectar a outras pessoas através de recursos de informação e comunicação disponíveis na internet. Esta ação virtual explica-se melhor na visão de Hilu, Oliveira e Rodero<sup>5</sup>:

As redes sociais são espaços de comunicação com um número significativo de pessoas, em uma primeira instância, e podem ser usadas para comunicar qualquer coisa. Essa é a sua grande contribuição, pois possibilitam articular assuntos e conteúdos de diversas naturezas, respeitando, é claro, os limites característicos de cada uma delas. Verifica-se que umas redes são mais apropriadas para compartilhamento de música com fins de relacionamento social, outras para vídeo, outras para notícias rápidas, outras para publicações científicas, e assim por diante, dependendo do que se intenciona propor, disponibilizar, discutir, socializar ou acessar (HILU, OLIVEIRA e RODERO, 2011).

Os sites de redes sociais geralmente funcionam tendo como base os perfis de usuário - uma coleção de fatos sobre o que um usuário gosta ou não gosta, seus interesses, hobbies, escolaridade, profissão ou qualquer outra coisa que ele queira compartilhar, ou seja, a finalidade das redes sociais é reunir um grupo de pessoas que estejam interconectadas por um ou mais fatores. Nesse sentido, as autoras Hilu, Oliveira e Rodero, ainda afirmam que,

Sob este viés, o Brasil é considerado um dos países mais sociáveis do mundo. Conforme pesquisa realizada pelo Ibope NetRatings (FOLHA.COM, 2010), mais de 80% dos internautas tem perfis em redes sociais. Estes estão subdivididos em uma diversidade de redes: Orkut, Facebook, Twitter, LinkedIn, Flickr, Youtube, Messenger, Formspring, Google +, Skype, Myspace, etc (HILU, OLIVEIRA e RODERO, 2011).

Rheingold, que foi um dos primeiros autores a efetivamente utilizar o termo “comunidade virtual”, assim a definiu:

---

<sup>5</sup> Trabalho apresentado no Educere: [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4349\\_3039.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4349_3039.pdf)

As comunidades virtuais são agregadas sociais que surgem da Rede, quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no ciberespaço (RHEINGOLD, 1996, p.20).

Já, as pesquisadoras Boyd e Ellison, em artigo para o *Journal of Computer-Mediated Communication*<sup>6</sup>, definem os sites de redes sociais como:

Serviços baseados na web que permitem aos indivíduos: (1) construir um perfil público ou semi-público dentro de um sistema limitado, (2) articular uma lista de outros usuários com quem eles compartilham uma conexão, e (3) ver e percorrer a sua lista de conexões e aquelas feitas por outros dentro do sistema. A natureza e nomenclatura dessas conexões podem variar de site para site (BOYD e ELLISON, 2007).

Nesse sentido, as redes sociais podem ser entendidas como estruturas dinâmicas, desenvolvidas na Web 2.0, que podem aumentar e crescer de acordo com o número de usuários e as interações que estes vão realizando. E sobre interação, Recuero afirma que,

a interação, pois, tem sempre um caráter social perene e diretamente relacionado ao processo comunicativo. No entanto, quando trabalhamos com o ciberespaço, a interação social dá-se de uma maneira muito particular. Trata-se de uma interação mediada pelo computador. (RECUERO, 2005, p. 5)

Buscando na Internet a definição do termo Web 2.0, a Folha de São Paulo<sup>7</sup> apresenta que:

O termo Web 2.0 é utilizado para descrever a segunda geração da World Wide Web - tendência que reforça o conceito de troca de informações e colaboração dos internautas com sites e serviços virtuais. A ideia é que o ambiente on-line se torne mais dinâmico e que os usuários colaborem para a organização de conteúdo (Folha de São Paulo, 10/06/2006).

Nesse contexto, é importante ressaltar que na Web 2.0 explodiram vários serviços de relacionamentos sociais, páginas repletas de vídeos, blogs, wikis e outros serviços com um traço em comum: a participação efetiva do usuário no

<sup>6</sup> Disponível em: < <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html#introduction> > - (tradução livre).

<sup>7</sup> Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u20173.shtml> >.

compartilhamento de informação e na colaboração entre esses usuários. E o mais interessante disso tudo é que não se trata de uma revolução tecnológica, mas simplesmente de uma mudança na maneira de promover conteúdos dinâmicos por meio da Internet.

Isto significa que, para o advento das redes sociais, ficou mais fácil produzir um trabalho colaborativo, uma vez que a maior parte das ferramentas da Web 2.0 permite a atuação de mais de um autor, favorecendo a produção colaborativa. Nessa perspectiva, Carvalho (2008, p. 12) explica que, “os recursos existentes on-line e as ferramentas de fácil publicação da Web 2.0 constituem uma oportunidade para que professores e alunos possam aprender colaborativamente, divulgando e compartilhando as suas experiências e saberes”.

Já no campo educacional é possível utilizar alguns desses ambientes digitais colaborativos que possibilitam um contato maior e mais estreito com alunos e professores ou alunos e alunos, transformando-se numa ferramenta metassocial. Partindo dessa ideia, as redes sociais, na educação, podem ser utilizadas para:

- Criar uma comunidade virtual de aprendizagem para a escola, classe ou disciplina;
- Compartilhar informações e ideias com outros profissionais e especialistas sobre os temas que estão sendo estudados e desenvolvidos pelos alunos em sala de aula;
- Criar um canal de comunicação entre estudantes de diferentes turmas e/ou diferentes escolas, mas com interesses em comum;
- Viabilizar uma nova metodologia que envolva a educação presencial e a distância;
- Aprender a utilizar as redes sociais como mais um instrumento pedagógico para viabilizar o processo de ensino e aprendizagem e também a formação de profissionais.

Nesse contexto, Cobo e Pardo (2007, p.102-103), apresentam quatro propostas de aprendizagem, sendo as três primeiras de Johnson (1992), que afirma que o conhecimento é gerado por uma negociação contínua e que não será produzido até que os interesses das várias partes interessadas sejam incluídos; e a última proposta é de Lundvall (2002), que acrescenta a esta quarta proposta, o valor

essencial de ferramentas da Web 2.0, baseado na ideia de compartilhar informação, conhecimento e experiência:

- Aprender Haciendo (aprender fazendo): são as ferramentas de ensaio-erro, que permitem que professor e aluno possam intuitivamente desenvolver a aprendizagem. Este processo de criação individual e coletiva ajuda a promover um processo de aprendizagem construtiva;
- Aprender Interactuando (aprender interativamente): são promovidas pelas plataformas de gestão de conteúdo, uma vez que oferecem a oportunidade de trocar ideias com outros usuários da Internet. Segundo esta abordagem, a ênfase está na aprendizagem por meio da interação e da comunicação entre os pares. Alguns exemplos de interação são: postar conteúdo em um blog ou wiki, enviar um voice e atividades como o uso coloquial bate-papo ou e-mail.
- Aprender Buscando (aprender pesquisando): é o processo de investigação, seleção e adaptação que amplia e enriquece o conhecimento de quem o realiza. Em um universo de grande quantidade de informação disponível, torna-se essencial aprender como e onde buscar conteúdos educativos.
- Aprender Compartiendo (aprender compartilhando): o intercâmbio de conhecimento e experiências permite aos estudantes participar ativamente da aprendizagem colaborativa, já que ter acesso à informação não significa aprender. Por isso a importância da criação de instrumentos que ajudam a promover o compartilhamento de objetos de aprendizagem, o que contribui para enriquecer o processo educativo. Exemplos: ambientes virtuais, podcasts, vídeos, entre outros.

Entretanto, o professor João Mattar<sup>8</sup>, em entrevista ao Portal de Educação e Tecnologia, chama a atenção para o fato de que as redes sociais podem colaborar no processo de ensino e aprendizagem, porém, como o movimento é novo, precisamos de pesquisas que mostrem resultados. Talvez, por esta razão, é que a utilização das redes sociais na educação ainda cause tanta polêmica e desconforto por parte de alguns professores, visto que algumas escolas ainda proibem, em seus laboratórios de informática, o acesso dos estudantes às redes sociais, alegando que com essa atitude estão tentando protegê-los de eventuais problemas causados pelo uso indevido da Internet. No entanto, é necessário levar em conta o quanto é

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.educacaoetecnologia.org.br/?p=5487>>.



importante aprender a utilizar os recursos virtuais de forma adequada e responsável e, cabe à escola, a tarefa de auxiliar seus alunos a reconhecerem quais são os comportamentos aceitáveis que devem fazer parte dos objetivos daqueles que se propõe a utilizar as TIC (tecnologias de informação e comunicação). Afinal, segundo Coscarelli (2011, p. 31), “os professores precisam encarar esse desafio de se preparar para essa nova realidade, aprendendo a lidar com os recursos básicos e planejando formas de usá-los em suas salas de aula”.

Mesmo com algumas restrições no meio escolar, a utilização de recursos tecnológicos na educação vem aumentando gradativamente, contudo, ainda é necessário preparar e qualificar o professor para o uso pedagógico desses novos recursos educacionais. Ressalte-se que esses recursos tecnológicos podem ser síncronos ou assíncronos.

Os recursos síncronos referem-se à interação realizada em tempo real, como é o caso da comunicação que ocorre por meio do telefone, chat, vídeo e webconferência;

Já os recursos assíncronos referem-se à interação não imediata, pois o emissor pode enviar sua mensagem em um dado momento e receber a resposta algumas horas ou dias depois, como acontece com o e-mail, fórum de discussões, wiki ou texto colaborativo, entre outros.

Dos recursos síncronos, destaca-se o *Chat*, que pode ser considerado o marco inicial das redes sociais na Internet, uma vez que esse “bate-papo virtual” possibilitou a interação entre vários usuários, além da realização de encontros virtuais para discussão e troca de informações de modo mais informal e atrativo.

Nesse sentido, Melo Franco ressalta que,

Antecedidas pelas páginas pessoais e pelos blogs, as redes sociais ganham a cada dia mais e mais adeptos que atuam fortemente sobre o panorama da comunicação alterando o modelo centralizado de produção e distribuição, característico do período dos meios de massa, como a TV e o rádio. A tendência agora é de uma comunicação distribuída, em rede. (MELO FRANCO, 2012, p.117)

A autora diz ainda que foi o “surgimento da Web 2.0 que fez ampliar a atuação dos usuários, cada vez mais exigentes e participativos, lançando mão de diversos dispositivos de comunicação para se fazer ouvir e ver” (MELO FRANCO,

2012, p.117). E, nessa mesma linha de pensamento, os autores Zanini et al (2010), compartilham o pensamento de que:

Nos últimos anos ocorreu uma explosão de sites que passaram a proporcionar a troca de informações praticamente instantâneas. Os internautas saíram de uma posição pacífica, de simples usuários, para os construtores de conteúdos, ao mesmo tempo em que diminuiu distâncias, aproximando pessoas de todo o mundo e possibilitando a troca de informações e confidências por pessoas até então desconhecidas. (ZANINI et al, 2010, p.86)

E, os mesmos autores, Zanini et al (2010, p.86), afirmam ainda que existem dois tipos de redes sociais na Internet: as redes emergentes e as redes de filiação ou associativas, que podem coexistir no mesmo ambiente ou site. Explicando-se que as redes emergentes podem ser entendidas como aquelas expressas a partir das interações entre os atores sociais e que, segundo Recuero, essas redes são mantidas pelo interesse dos atores em fazer amigos e dividir suporte social, confiança e reciprocidade (RECUERO, 2009, p.95). E as redes sociais de filiação (ou associativas) podem ser definidas como uma estrutura de grupo que não partem, necessariamente, de laços sociais entre seus membros, mas que permitem que os internautas interajam e, dessa forma, construam laços sociais. Um bom exemplo dessa rede seria um partido político ou uma associação ou clube, cuja principal característica é a participação de indivíduos que se juntam por uma afinidade ou interesse em comum.

Lembrando que as redes sociais estão disponíveis na Web, e podem representar mais um excelente instrumento pedagógico, tanto para o processo de ensino e aprendizagem do aluno quanto para a formação continuada do professor. E nessa perspectiva, é possível levantar o seguinte questionamento: “Por que então não utilizar os recursos disponíveis nas redes sociais para a formação do professor”?

E para justificar e reforçar a possibilidade do uso das redes sociais na formação continuada do professor se pode recorrer às palavras do professor João Mattar, que em entrevista ao Portal de Educação e Tecnologia<sup>9</sup>, afirma que as redes sociais são mais usadas que os e-mails; são mais atrativas; permitem uma maior interação entre os usuários; e auxiliam a formar profissionais para trabalhar em

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.educacaoetecnologia.org.br/?p=5487>>.

grupos e em redes; sendo esta última uma tendência e uma exigência do mercado de trabalho atual.

Todavia é importante perceber e compreender que na Internet estão disponíveis vários modelos de redes sociais, e por esta razão, é importante também que os professores estejam aptos a pesquisar e selecionar àquelas que mais se adaptem aos seus objetivos e propostas pedagógicas.

E, nesse contexto, faz-se necessário conhecer algumas das principais redes sociais, bem como entender suas especificidades técnicas e possibilidades pedagógicas, com o propósito de utilizá-las como mais um recurso na educação presencial e também como um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), a ser estudado e utilizado para o desenvolvimento de cursos que possibilitem tanto a qualificação quanto a formação continuada do professor.

Destacamos, assim, algumas redes sociais e suas possibilidades pedagógicas:

- **O Facebook**

O Facebook é um site e serviço de rede social que foi lançado em 4 de fevereiro de 2004; segundo dados da comScore, divulgados em janeiro, durante o mês de dezembro de 2011, o Facebook se tornou a maior rede social no Brasil, ultrapassando o Orkut, e no início de 2012, o Facebook atingiu a marca de mais de 845 milhões de usuários ativos.

O Facebook foi fundado por Mark Zuckerberg e por seus colegas de quarto da faculdade: Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes. Inicialmente, a composição do site foi limitada pelos fundadores aos estudantes da Universidade de Harvard, mas logo foi expandida para outras faculdades na área de Boston e da Universidade de Stanford. O site gradualmente adicionou suporte para alunos em várias outras universidades antes de atingir outros estudantes do ensino médio e, atualmente, pessoas no mundo todo e de todas as idades utilizam esta rede social.

No face, os usuários devem se registrar antes de utilizar o site, depois podem criar um perfil pessoal, adicionar outros usuários como amigos e trocar mensagens, incluindo notificações automáticas quando atualizarem o seu perfil. Além disso, os internautas podem participar de grupos de interesse comum de outros usuários, organizados por escola, trabalho ou faculdade, ou outras características, e categorizar seus amigos em listas como, por exemplo, "colegas do trabalho" ou

"amigos pessoais". O Facebook permite que qualquer usuário que declare ter pelo menos 13 anos possa se tornar usuário registrado do site.

O Facebook por se configurar como uma rede que permite a interação entre os usuários e também a disponibilização de arquivos ou mídias específicas, pode ser um grande aliado ao trabalho pedagógico, principalmente para a educação a distância. Ao analisar esta rede social, é possível constatar a existência de uma série de recursos ou tipos de ações, como: imagens; textos; vídeos; links; produção de enquetes; envio de mensagens; promoção de festas; criação de grupos diversos. Tudo isso em uma única interface, concentrado em uma única página web, de maneira que o uso das ferramentas se torna extremamente intuitivo. E, segundo Melo Franco (2012, p.119), "a personalização da página do Facebook é uma das características que o distinguem de outros".

Cabe aqui, então, apresentar algumas características desta rede que podem ser aproveitadas pedagogicamente:

- A interação entre os usuários: as pessoas que fazem parte da rede de um determinado internauta podem interagir, questionando ou comentando as postagens, além de poder fazer intervenções na sequência e/ou reencaminhar o mesmo texto para sua rede e compartilhar com outras pessoas do seu próprio grupo.
- A interface possui atualização dinâmica e rápida.
- As imagens, vídeos e links recebem o mesmo tratamento dos textos escritos, ou seja, é possível: curtir, comentar e reencaminhar.

O cuidado que se deve ter com o uso do Facebook é em relação ao fato de que se trata de uma rede aberta, o que significa que todos podem ver os posts mesmo que o usuário esteja se dirigindo especificamente a uma única pessoa. Mas com certeza o Facebook pode ajudar a promover debates e discussões muito interessantes, além de possibilitar que os estudantes postem imagens, vídeos e indiquem os links das suas fontes de pesquisas.

- **O Twitter**

"Twitter" refere-se ao som que os pássaros fazem: "piar", "gorjear" ou "trinar" em português; e refere-se também aos substantivos: "pio", "gorjeio", "trinado", o que

em inglês é "chirp". Por isso é que a mascote do Twitter é um pássaro, e também, é esta a razão da expressão em português "eu tuito".

O twitter surgiu em 2006, como software desenvolvido para comunicação interna da ODEO INC: serviço que utilizava SMS (mensagens curtas por celular) para pequenos grupos, avisando-os sempre sobre "o que você está fazendo".

Atualmente, é uma rede social e servidor para microblogging, que permite aos usuários enviar e receber atualizações, pessoais de outros contatos, em textos de até 140 caracteres, conhecidos como "tweets". No twitter é possível demonstrar uma ideia, resumir informações, transmitir conceitos e até escrever microcontos. Além disso, é possível também criar uma lista da sua sala ou uma hashtag (#) de um assunto (palavras-chave que designam o assunto o qual está se discutindo); ou ainda publicar links de vídeos, matérias e/ou imagens.

Contudo, é necessário seguir as pessoas para receber o que elas escrevem, pois as atualizações são exibidas no perfil de um usuário em tempo real e também enviadas a outros usuários seguidores que tenham assinado para recebê-las. As atualizações de um perfil ocorrem por meio do site do Twitter, por RSS, por SMS ou programa especializado para gerenciamento.

Em relação ao uso pedagógico, Steve Wheeler, especialista em e-learning da Faculdade de Educação da Universidade de Plymouth (Reino Unido), diz que o Twitter pode ser utilizado como quadro de avisos para dar notícias e informações aos estudantes; para pedir resumos de textos; para compartilhar sites; para manter conversas nas quais participem todos os estudantes que assinam o Twitter; para produzir microtextos; e para realizar Intercâmbio cultural (aprender sobre outras culturas). No entanto, para Melo Franco:

Uma das práticas interessantes no Twitter é o que os usuários chamam de "retuíte", ou a disseminação de uma informação recebida e considerada de interesse dos contatos da pessoa. Além de espalhar a notícia, o bom "tuiteiro" toma cuidado para citar a fonte da mensagem original, inserindo um link para estas (MELO FRANCO, 2012, p.118).

Enfim, o Twitter permite um excelente intercâmbio de informações entre os internautas e também com diversas outras redes sociais, entre elas o Facebook, em que é possível com que tudo que o usuário poste no Twitter seja enviado e postado também em sua conta do Facebook e vice-versa. Outra vantagem do Twitter é que

ele permite que o internauta possa definir que suas atualizações sejam particulares, podendo ser vistas apenas pelas pessoas que ele aprovar.

- **O Orkut**

O Orkut ([www.orkut.com](http://www.orkut.com)) é um site de relacionamento virtual filiado ao Google; foi criado em 24 de Janeiro de 2004 com o objetivo de ajudar seus membros a conhecer pessoas e manter relacionamentos. O objetivo era criar uma nova rede social nos Estados Unidos, porém, sua popularidade alcançou êxito no Brasil e na Índia. Mas na atualidade o Orkut, nos dois países (Brasil e Índia), passou a ser a segunda rede social mais visitada.

A sede do Orkut era na Califórnia, mas em agosto de 2008 o Google anunciou que o Orkut seria operado pelo Google Brasil, uma vez que se encontrava aqui a maior quantidade de usuários.

Nesta rede social, o usuário cria uma página onde pode adicionar, aceitar e/ou rejeitar outros usuários denominados amigos. O “proprietário” da página pode descrever textualmente o seu perfil e responder perguntas relacionadas as suas preferências, que ficam disponíveis para outros usuários do site poderem visualizar. Também é possível adicionar fotos e imagens, criar listas de amigos, indicar as comunidades das quais participa, postar os vídeos preferidos, álbuns de fotos e demais aplicativos da ferramenta que queira agregar.

Todavia o Orkut pode representar mais que um simples site de relacionamentos, uma vez que seu uso pedagógico pode se realizar tanto como extensão às atividades da modalidade presencial quanto da modalidade a distância. No orkut é possível criar uma comunidade de estudos, onde um determinado grupo possa utilizá-lo como um espaço de discussão de conteúdos, em que professores e estudantes possam interagir através de fóruns, emitindo opiniões, analisando, postando o resultado de pesquisas e refletindo sobre diferentes conteúdos.

Porém, muitos internautas brasileiros estão deixando de utilizar o Orkut e estão migrando para outras redes sociais, consideradas mais participativas e flexíveis, como Facebook, por exemplo.

- **O Youtube**

YouTube vem do inglês you, que significa “você”, e tube, que traduzido é “tubo”, mas nesse caso é uma gíria usada para “televisão”. Então, tem-se aqui a

seguinte expressão: You television; traduzido tem-se a expressão: Você transmite; ressaltando que, assim como o a língua portuguesa, a língua inglesa permite a criação de verbos com base em substantivos. O domínio YouTube foi ativado em 15 de fevereiro de 2005 e o site foi desenvolvido nos meses seguintes; e em novembro desse mesmo ano houve o lançamento oficial.

Logo, o site “youtube.com” começou a fazer sucesso entre os usuários, afinal como explicam Carvalho e Gonçalves (2000): “as imagens de vídeo causam impacto e falam por si mesmas”. Isto por que no youtube é possível hospedar uma grande variedade de filmes, vídeos e materiais caseiros, sendo que este material pode ser disponibilizado em blogs e sites pessoais através de mecanismos desenvolvidos pelo site; lembrando que o formato utilizado para disponibilizar o conteúdo é o Adobe Flash.

Pedagogicamente, as possibilidades de utilização do youtube são várias, podendo ser utilizado na educação presencial ou na educação a distância. É possível usar vídeos sobre determinados temas e postar os links nos ambientes virtuais; gravá-los em DVD ou pendrives e passar nas salas de aula; usar em tutoriais, como material de apoio, como portfólio do estudante ou até mesmo como uma TV educacional.

Além disso, os alunos também podem criar os próprios vídeos e, então, abrir uma conta no Youtube e postar o material para ser visto pelos colegas e analisado pelo professor. Outro ponto importante refere-se à possibilidade de postar comentários sobre os vídeos acessados. Ressalte-se que a utilização de vídeos na educação é extremamente positiva, pois permitem gerar discussão sobre os mesmos, agregando valor às discussões e incrementando a interação pedagógica.

- **O Skoob**

O Skoob é a primeira e maior rede social brasileira para quem gosta de ler, ou seja, é uma rede social colaborativa brasileira para leitores. Foi lançada em janeiro de 2009 pelo desenvolvedor Lindenberg Moreira e, mesmo sem publicidade nos meios midiáticos, o site cresceu e se tornou um ponto de encontro para leitores e novos escritores, que podem trocar sugestões de leitura e organizar reuniões em livrarias.

Atualmente, o Skoob permite interatividade com outras redes sociais, como o Twitter e o Facebook, bem como com sites de vendas, como por exemplo: Saraiva.com, Americanas.com e Submarino.com.

O nome Skoob é a palavra books ao contrário, e significa "livros" em inglês. Para participar dessa rede social o usuário precisa realizar um cadastro e criar um perfil, assim, poderá interagir com pessoas de todo o Brasil, para conversar sobre literatura, trocar experiências sobre hábitos de leitura, defender seus autores prediletos e criticar os livros que não gostam. Enfim, permite que pessoas, de diferentes idades, se comuniquem, troquem livros, recomendem autores, debatam assuntos e temas diversos com pessoas que estudam e pesquisam sobre os assuntos discutidos. E, dessa forma, os usuários se encontram em um ambiente virtual, transformando afinidades literárias em grandes amizades.

Mais que uma rede social, o Skoob pode ser considerado uma rede colaborativa, pois os usuários também possuem a possibilidade de cadastrar livros que ainda não existem nas bases de dados do site. É por esta razão que no Skoob é possível encontrar vários gêneros literários, desde as Histórias em Quadrinhos até os Clássicos da Literatura; sendo possível incluí-los como "uploads" nas suas estantes virtuais e, em seguida, aplicar notas, tecer comentários e fazer resenhas.

Todas essas razões justificam o uso da rede social Skoob como mais uma ferramenta de apoio pedagógico à formação continuada do professor.

- **O Blog**

O Blog não é considerado uma rede social, mas é uma excelente ferramenta de comunicação e compartilhamento, onde há registro das atividades realizadas, das reflexões dos grupos de pesquisa e dos estudantes; podendo ser escrito individualmente ou em grupos. Ele é um recurso da Web 2.0, muito simples e funciona como um portfolio digital ou diário de bordo.

Uma das melhores definições encontrada para o termo blog (ou weblog), é da professora Maria João Gomes:

Blog é uma página na Web que se pressupõe ser atualizada com grande frequência através da colocação de mensagens – que se designam "posts" – constituídas por imagens e/ou textos normalmente de pequenas dimensões (muitas vezes incluindo links para sites de interesse e/ou comentários e pensamentos pessoais do autor) e apresentadas de forma



cronológica, sendo as mensagens mais recentes normalmente apresentadas em primeiro lugar. (GOMES, p.311)

Segundo a professora, com o intuito de sistematizar as possíveis utilizações pedagógicas dos blogs, é possível considerar duas categorias de uso: como recurso pedagógico e como estratégia educativa. Enquanto recurso pedagógico os blogs podem ser utilizados como um espaço de acesso à informação especializada e/ou como um espaço de disponibilização de informação por parte do professor. Já, enquanto estratégia educativa, os blogs podem ser utilizados para o desenvolvimento de projetos de ensino e aprendizagem; para o desenvolvimento de trabalhos inter-trans-multi-disciplinares; para a produção de material didático e/ou educacional; e para a produção de resumos/sínteses da matéria estudada; ou seja, o Blog pode exercer a função de um portfolio digital desenvolvido em um espaço de intercâmbio e colaboração.

Para Orihuela & Santos (2004) há três vantagens na utilização dos blogs: a facilidade da criação e o manuseamento das ferramentas de publicação, o fato da ferramenta disponibilizar interfaces que permitem ao usuário centrar-se no conteúdo e a existência de funcionalidades como comentários, arquivo entre outros.

Nesse sentido, o Blog pode ser considerado um poderoso instrumento de acompanhamento de pesquisas e, assim, pode ser utilizado como instrumento pedagógico na formação continuada do professor.

Contudo, faz-se importante ressaltar que na Internet, há muitas outras redes sociais que estão disponíveis para serem utilizadas gratuitamente pelos internautas e, muitas delas, podem ser adaptadas e utilizadas pedagogicamente, tanto na educação presencial quanto na educação a distância. Assim, ao longo desta pesquisa, procurou-se entender como as redes sociais, sobretudo: o Facebook, o Twitter e o Blog, podem ser utilizadas por sites de Instituições que trabalham e desenvolvem projetos para o Ensino Religioso enquanto disciplina da formação básica do cidadão.

Outra característica importante observada nas redes sociais é a possibilidade de criação dos perfis para os usuários. Esses perfis são criados para que o internauta possa fazer parte de uma comunidade virtual e, segundo pesquisas da

Nielsen<sup>10</sup>, o acesso a comunidades virtuais é a atividade mais praticada pelos internautas brasileiros. E, nesse contexto, Saraiva (2004) afirma que as comunidades que promovem a cibernociabilidade têm se tornado a base para a estruturação dos ambientes virtuais de educação a distância (EaD). Lembrando que na Internet, além dos ciberespaços, desenvolveram-se também os softwares, uns voltados ao entretenimento, outros à distribuição de notícias, e outros à aprendizagem, que é o caso dos softwares educativos e dos softwares educacionais.

### **2.3 Os ambientes virtuais de aprendizagem – AVA**

Ressalte-se que, segundo Soffa e Alcântara (2008, p. 4930), um software educativo não é o mesmo que software educacional e nem criado a partir deste. Os softwares educativos são softwares programados e implementados com objetivos educativos que, segundo Mercado:

Se usados com inteligência e criatividade tornam-se um excelente recurso pedagógico, onde o professor poderá aproveitar para auxiliar nos seus objetivos educacionais, complementando o processo de conhecimento e facilitando a aprendizagem. (MERCADO, 2002, p. 134).

Em geral, esses softwares são ricos em inovações tecnológicas, apresentam hipertextos, interface com sons, imagens, animações e seu conteúdo é pré-definido, possibilitando, assim, que o professor e/ou o aluno possa escolher entre as opções de conteúdo existentes. Já, o software educacional é definido, segundo Chaves (1987, p.1), como “aquele que puder ser usado para algum objetivo educacional ou pedagogicamente defensável, qualquer que seja a natureza ou finalidade para a qual tenha sido criado”. Desse modo, mesmo um software detalhadamente pensado para mediar a aprendizagem pode deixar a desejar se a metodologia do professor não for adequada ou adaptada a situações específicas de aprendizagem.

Sendo assim, é possível afirmar que alguns softwares educativos, e também educacionais, trazem consigo discussões pedagógicas de metodologias didático-pedagógicas, utilizando para isso, canais de interação Web. Locatelli explica que:

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.cgi.br/publicacoes/revista/edicao03/txt.htm>>

Nesse contexto surge a educação a distância baseada na web. E uma EaD baseada na web significa uma forte ênfase na interação, que deixou de ser por correspondência, por radio e/ou televisão, e passou a acontecer por chats, fóruns, murais, comunidades virtuais, entre outras tantas possibilidades. Assim, a educação on-line acompanha a sociedade conectada que interage, por exemplo, por meio de fóruns para resolver problemas técnicos do computador, para trocar informações, compartilhar experiências e ideias sobre determinado tema (LOCATELLI, 2010, p.52).

Dessa forma, é possível explicar o desenvolvimento das plataformas de aprendizagem como programas que auxiliam na montagem de cursos acessíveis na Internet. Segundo, Santos:

Os AVA agregam interfaces que permitem a produção de conteúdos e canais variados de comunicação, permitem também o gerenciamento de banco de dados e controle total das informações circuladas no e pelo ambiente. Essas características vêm permitindo que um grande número de sujeitos geograficamente dispersos pelo mundo possam interagir em tempos e espaços variados (SANTOS, 2002, p.6).

Assim, é possível afirmar que esses ambientes virtuais de aprendizagem podem auxiliar os professores no gerenciamento de conteúdos e na administração de cursos, permitindo que se acompanhe constantemente o progresso dos alunos cadastrados no ambiente. Essas plataformas de aprendizagem ganharam espaço no cotidiano dos educadores virtuais, os chamados tutores (ou professores-tutores), pelo fato de possibilitarem fácil manuseio e controle de aulas, discussões, apresentações, enfim, atividades educacionais disponibilizadas em um espaço digital de forma virtual.

Os ambientes virtuais de aprendizagem, como o TelEduc, o Moodle, o Solar, o Sócrates, o Eureka dentre outros, são sistemas computacionais disponíveis na Internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Nos AVA é possível:

- Integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos;
- Apresentar informações de maneira organizada;
- Desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento;
- Promover pesquisas e estudos individuais e coletivos para serem compartilhados;
- Elaborar e socializar produções tendo em vista atingir objetivos pré-determinados no Planejamento Didático-Pedagógico.

Isto significa que com os ambientes virtuais de aprendizagem, a EaD passou a representar mais uma possibilidade de organização de cursos totalmente a distância; cursos parcialmente a distância, com um misto de aulas presenciais e a distância; integração com diferentes redes sociais na Internet; e tudo isto com a interação entre professores e alunos dentro do processo educativo.

Na educação a distância, o número de ferramentas digitais disponíveis para utilização também cresce a cada dia. São e-mails, fóruns, conferências, bate-papos, arquivos de textos, wikis, blogs dentre outros. Ressalte-se que, em todos os ambientes virtuais é possível utilizar textos, imagens e vídeos, que podem circular de maneira a integrar mídias e potencializar o poder da educação através da comunicação. Além disso, há a possibilidade da utilização dos hiperlinks, que aumenta consideravelmente o raio de conhecimento a ser desenvolvido pelos alunos. Estes hiperlinks podem ser realizados dentro do ambiente digital de aprendizagem, entre textos indicados ou entre discussões e fóruns diferentes, como também de dentro para fora e de fora para dentro, como por exemplo, em casos de pesquisas alargadas de discussões internas, nos quais se pode trazer ou levar conteúdo desenvolvido para a discussão. Sendo assim, possível conhecer e pesquisar diferentes termos utilizados nos textos ou materiais indicados para leitura ou atividade do aluno.

Nesse contexto, é importante destacar o papel do hipertexto nos textos eletrônicos. O hipertexto permite subdividir um texto em trechos coerentes e relativamente curtos, permitindo também ao autor fazer referência a outras partes do texto ou a outros textos, totalmente independentes. Xavier (2010, p. 209) explica que com o hipertexto “ler o mundo tornou-se virtualmente possível, haja vista que sua natureza imaterial o faz ubíquo por permitir que seja acessado em qualquer parte do planeta, a qualquer hora do dia e por mais de um leitor simultaneamente”. Para se entender melhor o termo, Menezes e Santos<sup>11</sup>, apresentam a seguinte definição para o verbete hipertexto:

É o texto eletrônico, utilizado em alguns ambientes de educação a distância, como na Internet e em CD-ROMs, caracterizado por permitir sub-entradas, reenvios e múltiplas conexões. Não se trata, portanto, de um texto “fechado”. O hipertexto é caracterizado por possuir links incorporados, os chamados hyperlinks. Esses links são ativados, por exemplo, clicando na palavra sublinhada ou em um gráfico realçado em uma página da Web. Ao clicar em um hyperlink, segue-se para outro documento que pode ser outra página de informações, outro site da Internet, filmes, figuras ou sons.

---

<sup>11</sup> Dicionário Interativo: < <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=182>>.

Dessa forma, cada leitor/internauta faz suas opções e escolhe o caminho que deseja percorrer, o que não necessariamente serão iguais aos de outro leitor do mesmo hipertexto. E esta é a principal diferença entre o hipertexto e os textos lineares encontrados nos livros, revistas e jornais, por exemplo. O hipertexto caracteriza-se como um processo de leitura e escrita eletrônica, que segundo Xavier (2010, p.208), é “dinâmico, flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e acondiciona à sua superfície formas outras de textualidade”.

Nesse sentido, compreende-se a importância dos ambientes virtuais de aprendizagem para o desenvolvimento, a passos largos, da educação a distância. E ao analisar os conceitos de renomados pesquisadores, Keegan (1996) sintetiza alguns elementos fundamentais que caracterizam a educação a distância, como por exemplo:

- A separação física entre o professor e o aluno;
- A influência da organização educacional;
- A utilização de meios tecnológicos de informação e comunicação (TIC);
- A previsão de uma comunicação de mão dupla (interação);
- O desenvolvimento de uma nova modalidade de educação.

Para compreender melhor o processo de desenvolvimento da educação a distância, é interessante conhecer também a história da EaD, sua origem, passado, evolução e, conseqüentemente, suas possibilidades e desafios atuais.

#### **2.4 A Educação a Distância – EaD**

Para o autor Otto Peters, o apóstolo Paulo seria um dos pioneiros na utilização de um ensino a distância, mediado pela escrita de suas epístolas, com o objetivo pré-estabelecido de ensinar a vida cristã às comunidades da Ásia Menor. E Peters (2004, p. 29) afirma que São Paulo “usou as tecnologias da escrita e dos meios de transporte para fazer seu trabalho missionário sem ser forçado a viajar”. Assim, as citações sobre a evangelização a distância realizada pelo apóstolo Paulo, é relevante no sentido de termos bem claro que a EaD existe há bastante tempo.

No entanto, para KENSKI (2008, p. 80) “a história da EaD pode ser classificada em três grandes momentos: o surgimento da imprensa; o surgimento

das novas mídias, com a difusão do rádio e TV e o surgimento da Internet”. E aqui faz-se necessário ressaltar a importância do surgimento da imprensa para a educação a distância, pois esta foi a primeira grande tecnologia que muito contribuiu para o desenvolvimento do ensino a distância; pois, de acordo com Locatelli (2010, p.44), a imprensa “se efetiva com o surgimento dos sistemas de correios e a expansão de redes ferroviárias”, que, segundo Locatelli (2010), com o objetivo pedagógico de atingir os menos favorecidos, foram os responsáveis por fazer chegar até aos alunos, o material que subsidiaria o seu estudo.

Partindo desse contexto, verifica-se que os primeiros indícios de utilização da educação a distância, segundo Barros (2003), remontam do século XVIII, quando foi oferecido um curso por correspondência por uma Instituição de Boston (EUA). Foi a partir desse episódio, que se inicia a história oficial da EaD no mundo.

No século XIX, foram registradas novas experiências de cursos a distância, pois a Suécia, o Reino Unido, a Espanha e os Estados Unidos passaram a oferecer cursos por correspondência. No início do século XX, outros países, como: Austrália, Alemanha, Noruega, Canadá, França e África do Sul, também iniciaram suas experiências com a educação a distância.

Contudo, foi apenas na segunda metade do século XX, que a educação a distância obteve um desenvolvimento mais consolidado, se fortalecendo como uma importante modalidade de ensino.

Em 1969, ocorreu um importante acontecimento para a evolução da educação a distância, foi autorizada a abertura da British Open University, na Inglaterra. A Open University trouxe inovações nos instrumentos de informação e comunicação entre professores e alunos; além de ser considerada pioneira nesta modalidade de ensino superior. Nesta perspectiva, Litwin (2001) afirma que a Open University:

[...] mostrou ao mundo uma proposta com um desenho complexo, a qual conseguiu, utilizando meios impressos, televisão e cursos intensivos em períodos de recesso de outras Universidades convencionais, produzir cursos acadêmicos de qualidade. Os egressos desta Universidade competiam por postos de trabalho com os estudantes graduados pelas Universidades presenciais, convencionais. [...] A Open University transformou-se em um modelo de ensino a distância. (LITWIN, 2001, p.13)

Em 1972, foi criada a Universidade Nacional de Educação a Distância, na Espanha, e conforme os autores Litwin (2001) e Barros (2003), esta Instituição foi

importante por que trouxe “ideias atrativas para estudantes de graduação e pós-graduação do mundo inteiro, com grande parcela de alunos latino-americanos”.

Na América Latina, alguns países como Costa Rica, Venezuela, El Salvador, México, Chile, Argentina, Bolívia e Equador também implementaram programas de educação a distância. E no Brasil, o desenvolvimento da educação a distância (EaD) ocorreu somente no início do século XX, em decorrência do iminente processo de industrialização.

Nesse contexto, a educação a distância surgiu como uma alternativa para atender à demanda de uma política pública educacional, principalmente por meio do rádio, o que permitiu a formação dos trabalhadores do meio rural sem a necessidade de deslocamento para os centros urbanos.

Desse modo, a contexto histórico da educação a distância no Brasil está intimamente ligado à formação profissional; cujo objetivo foi capacitar pessoas para o exercício de certas atividades ou para o domínio de determinadas habilidades, sempre motivadas a atender às demandas de mercado.

A partir da década de 30, as políticas públicas viram na EaD uma forma de atingir a população mais pobre e não alfabetizada. Desse modo, em 1937, a educação passou a ter o papel de formar o profissional para o exercício de trabalhos essenciais à modernização administrativa do Estado Novo. Dentro deste contexto de formação profissional, surgem o Instituto Rádio-Técnico Monitor em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, em 1941.

Nessa época, ocorreram também experiências radiofônicas, até a implantação da televisão no Brasil. Com o advento da televisão, a informação começou a chegar cada vez mais depressa para mais pessoas e, assim, nos anos 60, surgiram as redes de televisão educativas e, na década de 70, a educação a distância começou a ser usada na capacitação de professores, por meio da Associação Brasileira de Teleducação (ABT) e do MEC, que transmitiam por meio da TV os Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional.

Em 1973, foi criado o Projeto Minerva, um programa radiofônico, que disponibilizou cursos para pessoas com baixo poder aquisitivo. Na mesma época surgiu o SACI (Projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares) que, por meio do uso de satélites, chegou a atender, aproximadamente, 16.000 alunos entre os anos de 1973 e 1974.

Ainda, na década de 70, foi criado o Telecurso 2º grau, através de uma parceria da Fundação Padre Anchieta e Fundação Roberto Marinho, com o objetivo de preparar alunos para exames supletivos de 2º grau.

Em 1979, a educação a distância passou a ser desenvolvida por meio da televisão, e foi utilizada, pela Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa – FCTVE, para atender ao Projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização, o já extinto MOBRAL.

Ainda, neste ano, a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) fez experimentos de formação de professores do interior do país, através da implementação da Pós- Graduação Experimental a Distância. E, em 1984, em São Paulo, foi criado o Projeto Ipê, com a finalidade de aperfeiçoar professores para o Magistério de 1º e 2º graus. E na década seguinte, tivemos a reformulação do Telecurso 2º Grau, que passou a ser chamado Telecurso 2000, incluindo nessa nova versão, o curso técnico de mecânica.

Nessa mesma década, surgiu o projeto “Um Salto para o Futuro”, um curso de aperfeiçoamento para professores das séries iniciais do Ensino Fundamental. E em 1995, foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) que desenvolveu e implantou, em 2000, um curso a distância, vinculado ao Projeto TV Escola, também com o objetivo de formar professores. E, ainda nos anos 90, houve, por iniciativa de empresas privadas, a criação do Canal Futura, um canal de TV com programas exclusivamente educativos.

Partindo desse contexto, Vianney, Torres e Silva (2003, p.37,38) apresentam uma síntese sobre como se processou a implantação, ao longo de décadas, do ensino a distância no Brasil:



1904	Mídia impressa e correio - ensino por correspondência privado.
1923	Rádio Educativo Comunitário.
1965 - 1970	Criação das TVs Educativas pelo poder público.
1980	Oferta de supletivos via telecurso (televisão e materiais impressos), por fundações sem fins lucrativos.
1985	Uso do computador "stand alone" ou em rede local nas universidades.
1985 - 1998	Uso de mídias de armazenamento (vídeo-aulas, disquetes, CD-ROM, etc.) como meios complementares.
1989	Criação da Rede Nacional de Pesquisa (uso de BBS, Bitnet, e e-mail).
1990	Uso intensivo de teleconferências (cursos via satélite) em programas de capacitação a distância.
1994	Início da oferta de cursos superiores a distância por mídia impressa.
1995	Disseminação da Internet nas Instituições de Ensino Superior, via RNP.
1996	Redes de videoconferência - Início da oferta de mestrado a distância, por universidade pública em parceria com empresa privada.
1997	Criação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem - Início da oferta de especialização a distância, via Internet, em universidades públicas e particulares.
1999 - 2001	Criação de redes públicas, privadas e confessionais para cooperação em tecnologia e metodologia para o uso das NTIC na EaD.
1999 - 2002	Credenciamento oficial de instituições universitárias para atuar em educação a distância.

Ressalte-se que esse quadro histórico é importante porque retrata o processo de transformação sofrido pela EaD desde a sua origem até os dias atuais.

E em relação ao processo histórico do desenvolvimento da educação a distância, Amaral (2010) afirma que “a EaD não se configura como uma prática recente, e assim, passa a ser uma alternativa à educação presencial. O autor ainda afirma que em nenhum momento a modalidade a distância substitui a presencial, pois cada uma é permeada por características próprias e finalidades distintas.

Sendo assim, faz-se necessário deixar bem claro que:

1º) A educação a distância não é um novo sistema de educação ou um novo método de ensino, mas sim uma outra modalidade do sistema educacional, que requer uma metodologia própria, adequada a sua natureza e finalidade;

2º) A EaD nunca pretendeu eliminar ou substituir o ensino presencial; ao contrário, ela foi desenvolvida para complementar a modalidade presencial ou, se for o caso, criar oportunidades de formação e qualificação para aqueles que, por motivo de localização geográfica ou de trabalho, não podem frequentar os bancos escolares na educação regular.

Nesse sentido, tanto o conceito de curso quanto o conceito de aula se alteram, como é possível observar na explicação do professor Moran<sup>12</sup>:

Hoje, ainda entendemos por aula um espaço e um tempo determinados. Mas, esse tempo e esse espaço, cada vez mais, serão flexíveis. O professor continuará "dando aula", e enriquecerá esse processo com as possibilidades que as tecnologias interativas proporcionam: para receber e responder mensagens dos alunos, criar listas de discussão e alimentar continuamente os debates e pesquisas com textos, páginas da Internet, até mesmo fora do horário específico da aula. Há uma possibilidade cada vez mais acentuada de estarmos todos presentes em muitos tempos e espaços diferentes. Assim, tanto professores quanto alunos estarão motivados, entendendo "aula" como pesquisa e intercâmbio. Nesse processo, o papel do professor vem sendo redimensionado e cada vez mais ele se torna um supervisor, um animador, um incentivador dos alunos na instigante aventura do conhecimento.

Nessa perspectiva, faz-se importante conhecer algumas definições de educação a distância (EaD), apresentadas por Bernardo (2009), elaborados por diferentes autores, em diferentes momentos históricos, para se entender também a mudança no papel do aluno de EaD:

- Peters (1973) considera educação a distância como um método racional de partilhar conhecimentos, habilidades e atitudes, em que se aplicam a divisão do trabalho, os princípios organizacionais industriais e o uso

---

<sup>12</sup> Texto de José Manuel Moran - Especialista em projetos inovadores na educação presencial e a distância. Disponível em: < <http://www.eca.usp.br/moran/dist.htm> >.

extensivo de meios de comunicação, o que torna possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo.

- Para Moore (1973), o ensino a distância compreende a família de métodos instrucionais em que as ações dos professores são executadas separadamente das ações dos estudantes. Os cursos semipresenciais podem ser incluídos nesse rol; e a comunicação entre professor e aluno é facilitada por meios impressos, eletrônicos e outros.
- Para Garcia Aretio (1994), a educação a distância é um sistema tecnológico de comunicação dialógica e bidirecional entre professores e estudantes, que substitui a interação pessoal em sala de aula pela presença de diversos recursos tecnológicos de informação e comunicação, contando com o apoio da tutoria, o que propicia aprendizagem independente e flexível.
- Chaves (1999), definiu a EaD como um ensino que ocorre em situações em que estudantes e professores estão separados (no tempo e/ou no espaço); segundo o autor, esse ensino é desenvolvido por meio do computador, pelo uso das tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagem.
- Lobo Neto (1999) explicita que a educação a distância é uma modalidade em que se realiza o processo educacional quando professores e alunos, mesmo em local e tempo diversos, promovem a comunicação educativa, por meio de diferentes tecnologias e mídias que são capazes de suprir a distância que os separa fisicamente.
- Para Moran (2002), a educação a distância é o processo de ensino/aprendizagem mediado por tecnologias, no qual professores e estudantes estão separados espacial ou temporalmente.
- Em 2005, o MEC, a partir do Decreto nº. 5.622/2005, caracteriza a EaD como modalidade educacional na qual a mediação didático/pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologia de informação e comunicação, com professores e estudantes separados espacial e/ou temporalmente.

Como vimos, não há um único conceito para a modalidade a distância da educação, mas atualmente é possível perceber que o aluno da EaD é muito mais participativo e interativo, pois, conforme Lobo Neto afirma,

não é verdade que a Educação a Distância seja uma educação distante, em que o aluno esteja isolado. Ele se mantém em interação com tutores/professores, pelo trabalho de administração de fluxos de comunicação exercido por uma organização responsável pelo curso e suporte facilitador dessa interação. (LOBO NETO, 1999, p.06)

Nesse contexto, é possível observar as características centrais dos conceitos de educação a distância, que Keegan (1996) apresenta:

- Separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino presencial;
- Influência da organização educacional: planejamento, sistematização, projeto e organização dirigida;
- A utilização de várias tecnologias e mídias para a distribuição do conteúdo do curso;
- Previsão de uma comunicação de mão dupla, na qual o estudante beneficia-se da interação professor X aluno e aluno X aluno;
- Possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didático-pedagógicos e de socialização;
- Participação a uma nova modalidade de educação, a qual possibilita a democratização do ensino.

E, no que tange o aspecto legal, a modalidade a distância, no Brasil, foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN nº. 9.394/96:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Este artigo da LDBEN foi regulamentado pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e normatizado por portarias ministeriais. Ressalte-se que, além da legislação que regulamenta a educação a distância, o Ministério da Educação (MEC) apresenta ainda indicadores da qualidade para cursos de graduação a distância. Esses indicadores têm a finalidade de nortear tanto as instituições que desejam desenvolver ações pedagógicas na modalidade a distância quanto as comissões que fazem as avaliações do MEC para credenciamento das Instituições que ofertam cursos na EaD.

E no que diz respeito à oferta de formação continuada, a Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 67, garante a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes aperfeiçoamento profissional continuado. Também os artigos 80 e 87 citam a importância do desenvolvimento de cursos de formação continuada na modalidade a distância, utilizando os recursos próprios desta modalidade.

Entende-se que a formação continuada do professor é necessária porque pode articular a experiência do cotidiano escolar com a discussão teórica que explica a prática pedagógica. Para Rett:

os cursos de formação continuada devem ter significado para o trabalho real do professor, ou seja, precisam possibilitar aplicabilidade do que é proposto, possível de ser inserido na prática escolar e não conteúdos ideais que, na prática, na realidade de determinada comunidade não se apliquem e só fiquem na teoria. (Rett, 2008, p.67)

Contudo, garantir a formação continuada do profissional docente não significa a garantia de um curso de qualidade. Nem sempre as instituições de ensino conseguem atender as reais necessidades dos profissionais da educação, principalmente quando pensamos no professor atuante em sala de aula. Um dos fatores contraditórios apontados por Prada (2009) diz respeito ao tempo deliberado para esse tipo de formação. Para o autor,

o tempo é contrário ao período de trabalho, nos fins de semana ou nas férias e, ainda, em muitos casos, os custos são por conta dos próprios profissionais, constituindo-se, mais em uma obrigação que em um direito. (Prada, 2009, p.06)

Nesse sentido, a EaD pode ser considerada como mais uma oportunidade para a oferta de cursos de formação e qualificação do professor, uma vez que dá a possibilidade de que o participante escolha o seu horário de estudo e o local mais apropriado para fazê-lo.

Nesse contexto, Kenski afirma que:

programas de formação inicial e continuada e múltiplas possibilidades de atualização por meio de aprendizagens a distância são pontos importantes para a melhoria da ação docente. O professor precisa ter consciência de que sua ação profissional competente não será substituída pelas máquinas. Elas, ao contrário, ampliam seu campo de atuação para além da escola clássica [...] (Kenski, 2008, p.88).

A educação a distância para a formação profissional é uma realidade e dados apontam para o aumento de cursos de formação e qualificação que estão sendo oferecidos, numa escala cada vez maior, nessa modalidade. Desses cursos, observa-se que a grande maioria é desenvolvida utilizando-se as plataformas virtuais de aprendizagem. Almeida (2003) diz que a educação a distância, realizada em ambientes digitais, pode favorecer o desenvolvimento de conhecimentos relacionados à produção escrita e, desse modo, expressa o próprio pensamento, a leitura e a interpretação de textos e ideias registradas por outros participantes. E, sobre isto, Almeida diz que,

participar de um curso a distância em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem significa mergulhar em um mundo virtual cuja comunicação se dá essencialmente pela leitura e interpretação de materiais didáticos textuais e hipertextuais, pela leitura da escrita do pensamento do outro, pela expressão do próprio pensamento através da escrita. Significa conviver com a diversidade e a singularidade, trocar ideias e experiências, realizar simulações, testar hipóteses, resolver problemas e criar novas situações, engajando-se na construção coletiva de uma ecologia da informação, na qual valores, motivações, hábitos e práticas são compartilhados. (ALMEIDA, 2003)

E, retomando a ideia de Kenski, a autora afirma que,

No ciberespaço, essa união de cidadãos conectados, agrupados virtualmente em torno de interesses específicos, pode construir uma comunidade a partir do momento em que se estabelecem regras, valores,

limites, usos e costumes, a netiqueta, com as restrições e os sentimentos de acolhimento e 'pertencimento' ao grupo. (KENSKI, 2008, p.106)

Dessa forma, entende-se que não há restrições, quanto ao uso de determinadas ferramentas de Internet por educadores, mas sim a necessidade de que este conjunto de comportamentos e regras de convivência esteja presente em qualquer atividade educacional via Internet, independente dos recursos utilizados.

## **2.5 A EaD na formação continuada do professor**

Quando se faz reflexões a cerca da educação a distância e das redes sociais, é possível questionar-se sobre se essas comunidades virtuais poderiam se converter em um espaço digital de educação a distância e auxiliar na formação continuada do professor.

E para se refletir um pouco mais sobre esse questionamento, é interessante antes questionar-se sobre a citação do professor Cristovam Buarque (2011, p.145) que afirma que “no século XXI, o professor continua sendo o centro do processo pedagógico, todavia de maneira diferente”. E Buarque (2011) complementa essa ideia, explicando que, no mundo atual, existem dois movimentos que leva o professor à formação continuada, por um lado os novos equipamentos; e por outro, a dinâmica de evolução dos conteúdos.

Tal afirmação pode indicar a possibilidade de que o professor deve lançar mão e usufruir das oportunidades e facilidades que a Internet tem apresentado. Pois, a Internet faz parte do cotidiano das pessoas, e pode ser utilizada na busca de informações, ou para fazer pesquisas diversas, ou ainda para o entretenimento, como conversar com amigos e compartilhar momentos, postando diversos comentários e imagens. Esse pensamento pode se sustentar nas palavras de Cristovam Buarque que afirma:

no que diz respeito aos equipamentos já disponíveis, o professor terá de se reformar, se reinventar, isto é, para ser bom professor, ele precisa ser capaz de oferecer o máximo de recursos a seus alunos, ou seja, da mesma maneira que não se imaginava um professor sem quadro-negro no século passado, atualmente não se pode conceber um professor que não disponha nem se beneficie dos recursos modernos que facilitam o aprendizado, como televisão, computador, vídeo, programação visual, informática. Em suma, o professor dos próximos anos terá de se adaptar à evolução que ocorre nos equipamentos pedagógicos (BUARQUE, 2011, p.145).

Nesse sentido, as redes sociais podem auxiliar tanto na formação continuada quanto no trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor na sua prática diária, pois, segundo Kenski:

Essas novas tecnologias – assim consideradas em relação às tecnologias anteriormente existentes – quando disseminadas socialmente, alteram as qualificações profissionais e a maneira como as pessoas vivem cotidianamente, trabalham, informam-se e se comunicam com outras pessoas e com todo o mundo (KENSKI, 2008, p. 22).

E, a partir dessa ideia, podemos pensar nas Redes Sociais como um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para a realização de cursos na modalidade a distância, ou seja, elas podem ser valiosos instrumentos técnico-pedagógicos, também na formação (e informação) de professores de Ensino Religioso.

Conforme Junqueira, Rodrigues e Alves (2010), a educação a distância é preciosa para um país como o Brasil, onde a gigantesca extensão territorial e a falta de equidade na distribuição de oportunidades educacionais são fatos inquestionáveis. Isto significa que hoje, muito mais que em décadas anteriores, temos a necessidade de buscar novas formas de aprendizagem, mas principalmente novos meios que oportunizem uma formação continuada mais rápida e eficiente.

Os autores, Junqueira, Rodrigues e Alves (2010) enumeram o que o profissional do terceiro milênio precisa buscar:

- A requalificação dos professores que exercem efetivamente a função docente;
- A formação em cursos regulares de forma continuada;
- A instrumentalização do professor para atuação mais tecnológica.

Essas características devem estar presentes no profissional que deseja trabalhar com a disciplina de Ensino Religioso, uma vez que o professor deve estar qualificado para atuar como docente e atender aos seus alunos de maneira eficiente, ou seja, o professor deve ter domínio do conteúdo a ser ensinado, mas também deve estar aberto ao processo contínuo de qualificação e capacitação profissional.



### **3. Compartilhando: O Ensino Religioso no Brasil**

#### **3.1 História e Construção de uma Identidade Pedagógica**

Há um ditado que diz que “religião não se discute”, e dessa forma aprende-se desde criança a tolerar as diferenças e respeitar as opções religiosas de cada cidadão. Nesse sentido, a Constituição brasileira deixa clara a separação entre estado e religião, porém, a mesma Constituição fala em Ensino Religioso nas escolas públicas.

Aprende-se também, desde cedo, que sobre o céu da terra brasileira cabem todos, descendentes de diversas e diferentes etnias e raças. E já na época do descobrimento, cada tribo indígena adorava o seu deus (ou deuses) e praticava os rituais referentes a sua cultura. Foi nesse meio, repleto de crenças e rituais, que chegaram os portugueses, que quando aqui aportaram, foram logo colocando uma cruz no solo da nova terra e celebrando a primeira missa católica.

Mas a história estava apenas começando...

Depois de algumas tentativas de catequizar os índios, os portugueses resolveram trazer, para as novas terras, os escravos, que eram nativos do continente africano. Os negros escravos perderam sua liberdade, mas nunca esqueceram a sua fé e as suas tradições.

Então, nos primeiros anos do Brasil, aqui viveram os católicos, cuja religião era a oficial, mas esta convivia lado a lado com a religião dos indígenas e também dos africanos.

E, assim, a história continuou...

Mais tarde, com a imigração, o Brasil recebeu protestantes europeus, budistas do oriente e até judeus e muçulmanos, que viviam e ainda vivem em conflito em seus países de origem, mas que aqui passaram a viver e “conviver” nos mesmos espaços.

E nas escolas públicas, como foi tratada a questão religiosa?

A construção das diferentes tendências para o Ensino Religioso como componente curricular não é um processo atual, esse processo iniciou-se no período imperial e ocorreu ao longo da república brasileira. Todavia é fundamental compreender como a questão religiosa esteve presente no ambiente educacional em toda a história da educação brasileira.

Partindo deste contexto, podemos afirmar que, desde há muito tempo, a disciplina do Ensino Religioso participa dos currículos escolares no Brasil, assumindo em cada período histórico, diferentes características pedagógicas e legais, mas em toda a história percebe-se um estudo voltado para a religião cristã, como citam Junqueira, Corrêa e Holanda:

O Ensino Religioso está presente na colonização e educação brasileira desde o início da nossa colonização, realizada pelos portugueses. Esse Ensino Religioso que vigorou no Brasil desde os seus primórdios era um ensino com ênfase na doutrina da religião oficial do Império, a religião católica romana. (Junqueira, Corrêa e Holanda, 2007)

Isto significa que o desenvolvimento do Ensino Religioso está fortemente inserido na história da formação do povo brasileiro, fazendo parte dessa história desde o descobrimento. Isso se confirma nas palavras do escrivão Pero Vaz de Caminha que, em sua carta ao Rei de Portugal, D. Manoel, faz a seguinte afirmativa: “[...] Mas, o melhor fruto que nela se pode fazer, me parece, que será salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar [...]”.

Esta foi, segundo Junqueira (2008), a sugestão do projeto político-religioso da expansão colonial de Portugal, o projeto que marcou profundamente a cultura brasileira. E para desenvolver e dar continuidade a este projeto, os portugueses contaram com a ajuda dos padres jesuítas.

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil, em março de 1549, junto com o primeiro governador-geral da nova Colônia, Tomé de Souza, e recebiam ordens do Superior, o Padre Manuel da Nóbrega.

O objetivo dos portugueses, com a catequização, era unificar o território brasileiro com base no catolicismo, que na época era a religião hegemônica em Portugal. E a missão dos missionários jesuítas era aumentar o número de fiéis católicos. Porém eles perceberam que para transmitir aos índios o ensinamento religioso, precisavam antes ensiná-los a ler e escrever. Assim, nasceu em Salvador a primeira escola elementar, que tinha os mesmos moldes de ensino da Europa. Caetano (2007, p.32) explica que essas instituições ofereciam o curso elementar, no qual se ensinava a ler, escrever e contar e que, posteriormente, era ofertado o curso de gramática ou de “humanidades”, predominando o Latim. Assim, segundo a autora (2007, p.32), priorizando uma educação de cunho humanista, os Jesuítas realizaram

o trabalho de expansão da fé católica. Cabe aqui lembrar que, a princípio, essas instituições eram somente para os indígenas, mas os colonos portugueses reivindicaram as escolas para educar seus filhos, e os índios passaram, então, a frequentar as unidades que se localizavam nas fazendas, onde serviam de mão de obra para os jesuítas. Ressaltando que, ao longo de 20 anos, foram construídas outras escolas de instrução elementar e colégios jesuítas.

Nessa época, a população era formada pelos nativos, colonizadores brancos e mais os negros, oriundos da África. Contudo, os negros não adentraram nas terras brasileiras como cidadãos livres, mas como escravos, sem direito a nada; podiam ser vendidos ou doados; trabalhavam de sol a sol; recebiam o que os senhores achavam “justo”; quando não agradavam eram, por vezes, cruelmente castigados. Entretanto não chegaram “vazios”, consigo trouxeram uma gama de ritos, danças e músicas representativas de suas crenças religiosas em deuses diversos, pois jamais esqueceram suas terras e suas tradições. E os horrores praticados na época da escravidão eram considerados normais pelo Estado e ignorados pela Igreja. E, dessa forma, aos negros não foi concedido qualquer direito à educação. E nesse sentido, Severino afirma que:

o Cristianismo e a Igreja conviveram pacificamente com situações sociais de extrema opressão, com a escravidão, a exploração no trabalho etc. É como se estas situações independessem da vontade do homem, bastando que as consciências individuais se sentissem em paz, nada se podendo fazer contra estas situações objetivas (SEVERINO, 1986, p.71).

Mas com a atuação dos jesuítas na educação e com a criação de novos colégios, a influência dos padres foi crescendo ao ponto deles passarem a ter certa independência em relação ao Estado e até da própria Igreja.

Nessa época, porém, começou a surgir na Europa um novo movimento, o Renascimento, que pregava uma ruptura com o passado medieval, dando início ao processo de secularização da sociedade (CAETANO, 2007). Nesse período, nasce também uma nova teoria política, o Absolutismo, que pregava que uma pessoa deveria ter o poder absoluto: judicial, legislativo e religioso. E Portugal decidiu, portanto, adotar as novas medidas políticas: o Despotismo Esclarecido, que pregava o direito divino do rei; o Regalismo, que permitia ao chefe do estado interferir em assuntos internos da Igreja; e o Beneplácito Régio, que decretava que a Igreja deveria contar com a aprovação do monarca (JUNQUEIRA, 2008).

O Marquês de Pombal foi designado para ser o representante do Despotismo Esclarecido e o ministro do reino de Portugal e foi ele o responsável pela conhecida “Reforma Pombalina”, que tinha o objetivo de transformar Portugal numa metrópole capitalista, assim como outros países europeus já capitalizados. Para isso, o marquês decidiu extinguir a escravidão dos índios e, a partir daí, eles poderiam até se casar com portugueses. Com esta permissão, o objetivo de Pombal, era de que os índios se miscigenassem e houvesse um crescimento populacional para que o Estado contasse com mais força nas fronteiras do interior.

No entanto, as ações “políticas” do Marquês foram contra a ação dos jesuítas, que não permitiam que a autoridade real interferisse nos assuntos da “missão”. Esse desentendimento político acabou culminando com a decisão do Marquês em expulsar os jesuítas e determinar o fechamento dos colégios. Assim, a educação deixou de ser responsabilidade dos padres da Companhia de Jesus e passou a ser responsabilidade do Estado. E conforme Amaral e Seco:

Extintos os colégios jesuítas, o governo não poderia deixar de suprir a enorme lacuna que se abria na vida educacional tanto portuguesa como de suas colônias. Para o Brasil, a expulsão dos jesuítas significou, entre outras coisas, a destruição do único sistema de ensino existente no país. Para Fernando de Azevedo, foi “a primeira grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil”. (Amaral e Seco, 2006)

Com a expulsão dos jesuítas o Estado passou a assumir o que existia de Educação nesta fase, fazendo com que a educação sofresse uma transformação na própria filosofia da educação. Assim, o ensino da religião, deveria passar pelo crivo da Inquisição e caracterizava-se como catequese, dirigida aos índios, escravos e ao povo como um todo (JUNQUEIRA, 2012, p.05).

Ainda, segundo Junqueira e Wagner (2004), a nova concepção proposta pela reforma pombalina afirmava ter um cunho nacionalista e reformista, sem, contudo repudiar o catolicismo. Propunha replantar a tradição humanista na educação e, dessa forma, valorizar o trabalho dos professores leigos, que passaram a ser considerados exemplos para toda a sociedade. Cabe aqui destacar que os filhos da elite brasileira eram enviados às escolas de Portugal e a educação pública desenvolvida no país era deplorável, mesmo porque a política da metrópole não tolerava a existência de tipografias na Colônia. Assim, os livros que circulavam eram raros, e à leitura não era dada nenhuma importância ou valor considerável. As

poucas escolas existentes no Brasil colônia eram mal dirigidas, poucos alunos a frequentavam e as mulheres, raramente, recebiam algum tipo de instrução letrada.

Em 1808, a família Real Portuguesa, precisou se refugiar no Brasil, em consequência da invasão de Portugal pelo exército de Napoleão. Com a chegada da Corte foi estimulada a organização de uma estrutura voltada para os interesses da aristocracia portuguesa e da elite colonial, visando à formação da elite para assumir o comando da Colônia. Contudo, os avanços educacionais não contemplaram as necessidades das camadas menos favorecidas. Como também a Corte não tinha interesse em estabelecer um sistema nacional de ensino que integrasse os graus e modalidades. Assim, de acordo com Junqueira (2008, p.3), algumas escolas superiores foram criadas, regulamentando-se as vias de acesso a esses cursos, especialmente através do secundário e os exames de ingresso aos estudos de nível superior. Também é importante destacar o papel das Lojas Maçônicas, que reforçaram o espírito liberal no país que, lentamente se constituía em uma nação, assumindo um importante papel nesse novo cenário educativo (FIGUEIREDO, 1996).

Em 1822, ocorre a Independência brasileira, proclamada pelo primeiro Imperador do Brasil, D. Pedro I. Foi, então, instituída a Monarquia Constitucional, com decorrente implementação do Império do Brasil (1822-1889). No entanto, conforme Junqueira (2008), os sistemas do Padroado e do Regalismo foram mantidos, o que conferia à religião católica o monopólio do ensino, que se ancorava no ideário humanista-católico, privilegiando-se as “Aulas de Religião”, ministradas com ortodoxia em vista da evangelização e dos princípios da cristandade. Porém, quanto à educação, o empenho foi muito menor do que seria de se esperar.

Em 1824, D. Pedro I outorga a Primeira Constituição Brasileira que, embora liberal, não garantia direitos civis e políticos aos índios e negros e confirmava e legitimava o poder da Igreja. O ensino da religião oficial passou a ser obrigatória nas escolas, como previu a Legislação de 1827<sup>13</sup>:

Art 6. A lei determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas de primeiras letras que fossem necessárias. O número delas e sua situação seriam indicados pelos presidentes em conselho, obtidas as câmaras municipais respectivas. Nela os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, [...] e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião

<sup>13</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm)>.

catholica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a história do Brasil [...] (IMPÉRIO DO BRASIL, Documentos complementares do Império do Brasil - 15 de outubro de 1827).

Observando o contexto político-educacional da época, Severino explica que,

no processo ideológico da política educacional desenvolvida pelo Estado brasileiro, é característica a utilização do ideário católico como concepção de mundo, exercendo a função ideológica para a sustentação e a reprodução desse modelo de sociedade. A cosmovisão católica serviu de ideologia adequada para a promoção e a defesa dos interesses da classe dominante ao mesmo tempo que fundamentava a legitimação, junto às classes dominadas, dessa situação econômico-social, objetivamente marcada pela exploração e dominação da maioria por uma minoria (SEVERINO, 1986, p. 70).

Nesse período, conforme Junqueira (2008), o chamado ensino primário passou a ser de responsabilidade das províncias, cujos orçamentos eram escassos, prejudicando muito sua operacionalização. Somente, em 1834, quando proclamado o “Ato Adicional”, as Províncias assumiram a responsabilidade do ensino primário e secundário, e o poder central encarregava-se do ensino superior ou acadêmico, cristalizados nas Faculdades Médicas e Jurídicas. Na época, o ensino primário não era pré-requisito para frequentar os cursos secundários, que eram predominantemente avulsos e de frequência livre, sem uma organização hierárquica das matérias e das séries, e com ênfase nas matérias de humanidades (JUNQUEIRA & WAGNER, 2004).

Sobre o período, Junqueira afirma que:

O contexto histórico brasileiro foi marcado por uma mentalidade dominada pela classe senhorial sustentada na economia rural e escravista com uma forte influência da hierarquia eclesiástica nos diversos aspectos da vida pública deste país. Sendo que a figura do primeiro imperador por diversas variáveis o tornou impopular e por urgência em Portugal o fez retornar a sua pátria, deixando no Brasil seu filho ainda menor para sucedê-lo ao trono (JUNQUEIRA, 2008, p.4).

Com a partida do Imperador D. Pedro I, o segundo Império iniciou-se com uma fase intermediária de regência (1831-1840), uma vez que o sucessor, D. Pedro II, estava com apenas cinco anos de idade. Junqueira (2008, p.4) relata que foi uma fase com grandes conflitos políticos, forte influência da maçonaria e das ideias

libertárias. Ressalte-se que, nessa época, o cenário da educação brasileira era o mesmo do Império anterior: falta de professores e de colégios para a população menos favorecida e a elite continuava a enviar seus filhos para estudar nos Colégios Católicos ou os mandavam à Europa.

Com o “caos” se instalando no cenário brasileiro, a solução política encontrada foi emancipar D. Pedro II, então com quatorze anos, nomeando-o “Imperador Constitucional e Perpétuo Defensor do Brasil”. E, logo, no ano seguinte, os jesuítas receberam a autorização para retornar ao Brasil e reabrir os seus Colégios (FIGUEIREDO, 1996).

Durante o segundo império, as ideias abolicionistas, burguesas, liberais e republicanas ganham forma e começam a crescer, principalmente, depois do advento da Guerra contra o Paraguai, que teve a duração de seis anos – de 1865 a 1870. Embora o Brasil tenha saído vitorioso, teve grandes prejuízos financeiros com o conflito. Os elevados gastos da guerra foram custeados com empréstimos estrangeiros, fazendo com que aumentasse a dívida externa brasileira e a dependência de países ricos como, por exemplo, da Inglaterra; o que motivou ainda mais os ideais contra o Império.

Neste período, segundo Junqueira (2008), os bispos brasileiros assumem o posicionamento de Pio IX e iniciam uma campanha para combater a Maçonaria, e também o espírito científico e a própria modernidade<sup>14</sup>. Em consequência, Junqueira (2008), relata que houve um conflito político-religioso de grandes proporções, com bispos condenados à prisão e o abalo do regime imperial. Dessa forma cresce as adesões ao Positivismo e nasce a ideia de uma Igreja independente do Estado.

Também nessa época (13 de maio de 1888), foi assinada a Lei Áurea, que determinou o fim da escravatura em terras brasileiras, o que trouxe sérias e graves consequências econômicas e sociais, como a formação de uma ampla camada marginalizada de negros libertos nas vilas e cidades, e uma nova elite agrária, oriunda da economia cafeeira, do comércio e do início da industrialização (JUNQUEIRA, 2008). Em consequência, ocorreu um grande crescimento econômico e demográfico e a diversificação das classes sociais.

Todos esses fatores contribuíram para o enfraquecimento do regime imperial, e diante desse contexto, em 15 de novembro de 1889, foi proclamada a República

---

<sup>14</sup> Estas ideias encontram-se na Encíclica “Quanta Cura (1864)” – do Papa Pio XII. Disponível em: <http://www.filosofia.org/mfa/far864a.htm>.

brasileira que põe fim ao regime monárquico e que, de acordo com os princípios positivistas, propõe o laicismo na sociedade e no campo educacional. De acordo com Junqueira (2008), nesta época, a Igreja se encontrava enfraquecida e incapaz de negociar um novo pacto que pudesse substituir o “Regime do Padroado” e a sua situação de religião oficial do Estado. Neste ano, foi criado o Ministério de Instrução, Correios e Telégrafos, com uma nova concepção da educação, e Benjamim Constant, um dos idealizadores do positivismo no Brasil, foi empossado como primeiro ministro desta área. Constant foi responsável por uma profunda reforma no ensino, tais como alterações no currículo, reestruturação dos conteúdos, e a organização das ciências segundo os critérios de Augusto Comte (JUNQUEIRA et al, 2007).

Nesse contexto, no ano de 1891, ocorre a promulgação da primeira Constituição republicana do Brasil, que define a separação entre o Estado e quaisquer religiões ou cultos, estabelecendo que o ensino ministrado nas escolas, deveria ser laico, separado da Igreja, e propunha também construir, em seu sistema educacional, um componente curricular, que valorizasse a pluralidade cultural religiosa da população na formação do cidadão. Também se proclama que todas as religiões devem ser aceitas no Brasil e que as pessoas poderiam praticar sua crença e seu culto livre e abertamente. A Igreja protestou contra o Decreto, mas a Constituição de 1891 legitimou a separação entre Igreja e Estado e foi incluído o ensino leigo nas escolas públicas e a aula de religião foi eliminada.

Caetano (2007, p.47) explica que a Igreja foi, pouco a pouco e em parte, aceitando o novo regime, reconhecendo que sua separação oficial do Estado permitia-lhe reestruturar, com mais liberdade, os seus quadros eclesiásticos e estreitar as suas ligações com Roma. Assim, mesmo com a legislação vigente, o que se via nas escolas públicas eram aulas de ensino religioso com conteúdos cristãos, que muito se assemelhavam a aulas de catequese.

No entanto, ainda é possível afirmar que foi no regime republicano que o contexto educacional religioso assumiu uma nova perspectiva, pois a organização política brasileira sofreu forte influência das ideias positivistas, interferindo em diferentes aspectos da vida social, especificamente, no campo da escolarização em que o país foi declarado laico. Portanto, foi a partir da proclamação da República e da formação de um estado laico, que o aspecto cultural começou a ter relevância no país, considerando que a população nacional era (e continua sendo) constituída por



uma cultura heterogênea, permitindo compreender a diversidade do pluralismo cultural religioso.

Segundo Junqueira (2008), os anos de 1910 a 1930 foram marcados por um grande esforço da Igreja Católica em aproximar-se do Estado. Então, em 1920, conforme relata Caetano (2007), o Brasil passou por uma profunda crise sócio-econômica, e o clima de descontentamento da população levou à rebeldia aos campos: social e político. Dessa forma, o presidente Arthur Bernardes recorreu à Igreja Católica e pediu ajuda para controlar a onda revolucionária e buscar promover o progresso nacional. A autora (2007, p. 51), ainda relata que “esse pedido foi encarado como uma oportunidade de restabelecer a influência católica no Brasil, e, assim, restabelecer também o Estado Cristão”. E com isso, a Igreja tornou a se fortalecer.

Em 1930, Getúlio Vargas assume o governo brasileiro, e uma nova situação ocorre em relação ao Ensino Religioso na educação, pois o novo presidente é simpático ao modelo fascista europeu e deseja evitar disputas com a Igreja Católica.

O então Presidente da República, Getúlio Vargas, confiou o cargo de primeiro ministro ao Sr. Francisco Campos, que ao lado de Mário Casasanta, promoveu a Reforma de Ensino Primário e Normal, no Estado de Minas Gerais. Coube a ele também a tarefa de promover uma reforma do ensino em nível federal, marcando, dessa forma, “o início de uma ação mais objetiva do Estado brasileiro em relação ao ensino, principalmente, no sentido da implantação de uma estrutura para o ensino secundário” (CAETANO, 2007, p.54).

Assim, foi autorizado o Ensino Religioso na escola pública, baseando-se no modelo do “Pacto Lateranense (1929)”, assinado por Mussolini e Pio XI. Junqueira (2008) relata que a posição da Igreja nos anos trinta foi defendida principalmente por Augusto de Lima e, posteriormente, pelo Padre Leonel Franca, no sentido de aplicar à Constituição de 1934 o texto que citava que o ensino da religião “é admitido como facultativo de acordo com a confissão do aluno e dos interesses da família, sendo que a organização dos programas e as escolhas dos livros ficavam a cargo dos ministros dos respectivos cultos” (Oliveira, 2007, p.51-52). Desse modo, segundo Caetano (2007, p.55), “o Ensino Religioso passou a constar como disciplina facultativa nas escolas públicas, sendo, contudo, dispensados da frequência, os alunos cujos pais ou tutores assim o requeressem, no ato da matrícula”.

No período do Governo de Vargas, a Igreja Católica reconstituiu o modelo de cristandade, e procura se auto-afirmar como religião oficial do Brasil. Nessa época o Papa Pio XI institui Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil e ocorre a inauguração do Cristo Redentor, no Corcovado. E, em 1934, é promulgada a nova Constituição que sela a união entre Igreja e Estado e reintroduziu o Ensino Religioso, em caráter facultativo e multiconfessional nas escolas públicas (CAETANO, 2007).

Em 10 de novembro de 1937, aproveitando-se dos conflitos políticos existentes no país, Getúlio Vargas desfechou um Golpe de Estado e reassumiu a presidência do Brasil, implantando um governo ditatorial conhecido como Estado Novo e impôs uma nova Constituição, redigida por Francisco Campos. Para Caetano e Oliveira (2007, p.5), “a educação se reestruturou com a Constituição de 1937 e a Reforma Capanema que instituiu as denominadas Leis Orgânicas que criaram os ramos de ensino: primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola”.

Em relação ao ensino religioso, este não teve as mesmas prerrogativas presentes na Constituição anterior, ou seja, não mais se assegurava sua oferta como disciplina obrigatória, nas escolas públicas, como se pode observar no Artigo 33 da Carta Magna de 37<sup>15</sup>:

O Ensino Religioso ‘poderá ser contemplado’ como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos. (BRASIL, 1937)

Embora, com as garantias do presidente Vargas de que as relações entre Episcopado e Estado não seriam alteradas, a Igreja teve necessidade de se adaptar e adequar às novas exigências.

No ano de 1941, Gustavo Capanema apresentou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que previa a inclusão do Ensino Religioso no currículo do ensino secundário, entre as disciplinas de educação geral. Esta medida tinha a intenção de atender às reivindicações da Igreja Católica, com o intuito de aproximá-la, mais uma vez, do Estado, já que no período da ditadura de Getúlio Vargas as aulas de Religião foram canceladas. O argumento utilizado para justificar a inclusão do

---

<sup>15</sup> Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/92067/constituicao-dos-estados-unidos-do-brasil-37>>.

Ensino Religioso nas escolas públicas estava apoiado no papel da religião como ação moderadora na sociedade, pois lhe cabia o ensino de valores e atitudes cristãs que contribuíam para a paz e para a tranquilidade social (OLIVEIRA, 2007, p. 52).

Caetano (2007) relata que em 1946, a nação recebe uma nova Constituição, caracterizada pelo espírito liberal e democrático, reforçando no campo da educação as posições dos educadores liberais, sem, contudo, comprometer a continuidade dos princípios, defendidos pelos grupos ligados à ideologia católica. Essa lei reintroduziu alguns princípios suprimidos na Constituição de 1937, tais como: a educação como direito de todos; a escola primária obrigatória; a assistência aos estudantes; e a gratuidade do ensino oficial para todos, ao nível primário e aos níveis ulteriores, para aqueles que provassem falta ou insuficiência de meios (CHAGAS, 1980, p. 57).

Em 1961, foi promulgada a primeira LDB - Lei de Diretrizes e Bases – que procurou manter a mesma neutralidade quanto ao tema do ensino Religioso na Escola. Assim, o Artigo 97 da Lei 4024/61<sup>16</sup> apresenta a seguinte redação:

Art 97 - O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os cofres públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

§ 1º – A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

§ 2º – O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.

Como consequência da homologação do Ensino Religioso Confessional, este se tornou, praticamente, uma catequese escolar. Segundo Caetano:

Essa LDB manteve os princípios da Constituição Federal de 1946 a respeito do Ensino Religioso, contudo, ela promoveu tanto a preterização do professor de Ensino Religioso, devido ao fato do Estado não assumir sua remuneração, quanto à discriminação dessa disciplina, que deveria ser ministrada fora do horário escolar. (CAETANO e OLIVEIRA, 2007, p. 6).

Conforme Caetano (2007), essa LDB criou também uma situação inusitada no sistema educacional brasileiro, uma vez que os professores de Ensino Religioso não

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>.

faziam parte do corpo docente da instituição e não, necessariamente, precisavam possuir vínculo empregatício com a rede pública de ensino. Fato este, que causou muita polêmica e suscitou várias discussões entre os professores e profissionais ligados à educação.

Já no quarto período republicano (1964), o governo militar por meio de um golpe armado depôs o presidente constitucional João Goulart; e instaura-se o regime autoritário da ditadura.

Em 1966, é encaminhado o Projeto da nova Constituição, que contemplava os objetivos do regime ditatorial, que foi outorgada em 1967. A nova Constituição estabelece que o Ensino Religioso seja ofertado, mas com matrícula facultativa, devendo ser ministrado nos horários normais das escolas públicas, de níveis primário e médio (Ato Institucional n. 5, artigo 176, parágrafo 3).

Em 1971, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus, Lei Nº. 5.692/71<sup>17</sup>, que no Artigo 7º repete o dispositivo da Constituição de 1968 e a Emenda Constitucional Nº. 1/69. E devido à imposição de ofertar as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, com a finalidade de formar alunos voltados ao civismo e a moral concernentes ao regime militar, não se é possível ofertar o Ensino Religioso, conforme orientava a nova LDB, uma vez que não sobrava muito espaço para a oferta da referida disciplina. A nova Lei também, segundo CAETANO (2007), manteve as deliberações da LDB 4.024/61, que estabelecia que o professor de Ensino Religioso, deveria ser registrado pela respectiva autoridade religiosa. Todavia, no Artigo 97, a mesma Lei 5.692/71, abriu a possibilidade de concurso público e de remuneração do professor de Ensino Religioso pelo Estado.

Na década de 70, tendo em vista as mudanças sociais e políticas na educação brasileira, ocorrem muitas iniciativas relacionadas ao Ensino Religioso, planejadas tanto pela Igreja quanto pelas Secretarias estaduais e municipais. A CNBB – Conferência dos Bispos do Brasil – passou a desenvolver atividade de análise, acompanhamento e de avaliação do Ensino Religioso nas escolas confessionais ou públicas. Já as secretarias estaduais e municipais buscaram novas propostas para a oferta da disciplina. Também foram realizados encontros nacionais com Coordenadores dos Estados, com o objetivo de definir uma identidade à

---

<sup>17</sup> Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm)>.

disciplina de Ensino Religioso e propor a formação específica para os professores responsáveis por essa disciplina.

Chega-se, então, aos anos 80. Esta década foi importantíssima para a nação brasileira, pois se constituiu como uma fase de profunda recessão econômica, na qual o País começava a “pagar as contas” adquiridas no período de ditadura, mas também cresceu o movimento para o processo de redemocratização do país. Em 1984, foi eleito, depois de 20 anos de regime militar, o primeiro presidente civil, mas ainda de forma indireta. Assim, em 15 de março de 1985, José Sarney, vice-presidente do candidato eleito, assume a Presidência da República, aguardando o restabelecimento de Tancredo Almeida Neves, que havia adoecido antes da posse. No entanto, Tancredo Neves não chegou a assumir a presidência, vindo a falecer no dia 21 de abril do mesmo ano.

E na segunda metade da década de oitenta, tem-se o início do processo para a nova Constituição brasileira, o que mobilizou diferentes setores da sociedade civil e política: os setores populares, as instituições religiosas, as organizações educacionais, as áreas de saúde e os meios de comunicação, entre outros. Nesse período de elaboração da Carta Magna a questão polêmica do Ensino Religioso foi novamente discutida, assim como ocorreu mais tarde, no processo de redação da Lei de Diretrizes e Bases nos anos noventa. Assim, em 1988, uma nova Constituição<sup>18</sup> foi promulgada no Brasil. Fato que alterou algumas leis importantes para o país, e no que diz respeito à Educação e ao Ensino Religioso, o artigo 210 (BRASIL, 1988) aponta:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

E no artigo 19 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), mantém-se a separação entre Igreja e Estado:

---

<sup>18</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Aprovada a nova Constituição, a mobilização referente às discussões sobre a educação brasileira e também sobre os rumos do Ensino Religioso continuaram, pois era necessário ainda encaminhar ao Congresso Nacional uma sugestão de projeto para a nova Lei de Diretrizes e Bases.

Durante este período de discussões e debates, mais precisamente em 26 de setembro de 1995, na cidade de Florianópolis (SC), durante a celebração dos vinte e cinco anos do Ensino Religioso em Santa Catarina, ocorre a fundação do FONAPER - Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. O evento foi promovido e apoiado pela Editora Vozes e contou com a presença de coordenadores e professores, provenientes de dezoito Estados, e a partir do evento do FONAPER o Ensino Religioso voltou a ser objeto de discussão no país.

O FONAPER caracterizou-se como um espaço supra-institucional, com a participação de profissionais responsáveis pelas aulas de Ensino Religioso nas escolas, e realizou discussões sobre o problema do aspecto pedagógico do Ensino Religioso enquanto disciplina e não o das religiões em si. Propôs também debates sobre a questão da formação e qualificação dos professores; sobre a política de articulação legislativa; e elaborou propostas referentes aos PCN para o Ensino Religioso. O resultado das discussões e debates foi a aprovação pelo plenário do FONAPER dos “Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso”.

Toda essa mobilização nacional em prol da educação brasileira foi transformada em um projeto, que representava os interesses e necessidades da sociedade civil, e que foi encaminhado ao Congresso Nacional. Contudo, outro projeto foi apresentado por Darcy Ribeiro ao Senado e por considerarem este mais sintonizado com os programas de governo do, então atual Presidente da República, foi aprovado, constituindo-se como a Lei 9.394/96<sup>19</sup>. No entanto, essa versão da nova Lei de Diretrizes e Bases explicitava um tratamento diferenciado ao Ensino

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>.

Religioso em relação às demais disciplinas do currículo, como se pode verificar no artigo 33 que trata do Ensino Religioso no sistema de educação brasileira (BRASIL, 1996):

Art. 33 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas, ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

A afirmação de que a disciplina de Ensino Religioso deveria ser dada “sem ônus para os cofres públicos”, descartando, assim, qualquer possibilidade de uma compreensão pedagógica e apoiando novamente uma postura de catequização e não uma disciplina escolar (OLIVEIRA et al, 2007), suscitou muita insatisfação e novas discussões entre as Instituições educacionais e os professores. Então, coube ao FONAPER organizar um movimento articulador no sentido de elaborar, coletivamente um texto substitutivo ao art. 33 da LDB, que respaldasse o modelo proposto pelos professores e instituições representadas no Fórum, e encaminhar esse texto ao Senado.

Dessa forma, após muita polêmica, em 22 de julho de 1997, foi promulgada a Lei 9.475/97, que dá nova redação ao artigo 33 da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A nova Lei retira o termo “sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos” e dá outros dispositivos ao texto sobre o Ensino Religioso, como o fato deste ser parte integrante da formação básica do cidadão e constituir-se como disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, sendo vedadas quaisquer formas de proselitismo. Todavia, foi mantida a questão da matrícula facultativa do aluno às aulas de Ensino Religioso.

É possível afirmar, então, que a partir da Lei 9.475/97, o Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução 02/98:

estabelece que a disciplina deva ser integrada no conceito de área de conhecimento, definindo-se norteadoras e estruturas de leitura e interpretação da realidade essencial para garantir a possibilidade de participação autônoma do cidadão na construção de seus referenciais religiosos. (OLIVEIRA, L. 2007, p. 58)

Essa nova redação do artigo 33, da LDB nº. 9394/96 é mais abrangente, dando ao Ensino Religioso o status de uma área do conhecimento e parte integrante da formação básica do cidadão, ou seja, o Ensino Religioso passou a ser definido como uma disciplina escolar que tem a finalidade de reler o fenômeno religioso, sem acentuar esta ou aquela tradição religiosa, e cada aluno será aceito independente do credo professado. Além disso, responsabiliza os sistemas de ensino pela regulamentação dos procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e pela elaboração de normas para a habilitação e admissão dos professores e determina o ônus para o cofre público.

Outro passo importante na estruturação da identidade do Ensino Religioso, enquanto disciplina, e da sua consolidação como componente curricular, foi o 9º Seminário Nacional de Capacitação Profissional para o Ensino Religioso, que ocorreu na PUC/SP. Este evento foi importante porque pela primeira vez foi formalizada a relação entre o Ensino Religioso e a Ciência da Religião. E, a partir deste evento, iniciou-se a construção de aproximação acadêmica para constituição de uma área de conhecimento.

Em 2010, ocorreu outro importante evento para a disciplina do Ensino Religioso, realizou-se a CONAE<sup>20</sup> - Conferência Nacional da Educação - evento que ocorreu entre os dias 28 de março a 01 de abril:

A CONAE constituiu-se, assim, num espaço democrático de construção de acordos entre atores sociais, que, expressando valores e posições diferenciadas sobre os aspectos culturais, políticos, econômicos, apontam renovadas perspectivas para a organização da educação nacional e para a formulação do Plano Nacional de Educação 2011-2020. (CONAE – Doc. Final, p.9).

A partir deste evento, estruturou-se um documento final que expressa o processo democrático na construção do Ensino Religioso como área do conhecimento. Essa construção contou com a participação de vários atores sociais que se mobilizaram, refletiram, discutiram e propuseram novos caminhos para a

---

<sup>20</sup> Disponível em: <[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf)>.



educação brasileira. Segundo Chagas (2010), no capítulo que se refere ao Documento final da Conferência Nacional de Educação, quanto à educação religiosa, foi assegurado:

- Inserir, no Programa Nacional do Livro Didático, de maneira explícita, a orientação para introdução da diversidade cultural-religiosa;
- Desenvolver e ampliar programas de formação inicial e continuada sobre diversidade cultural-religiosa, visando superar preconceitos, discriminação, assegurando que a escola seja um espaço pedagógico laico para todos, de forma a garantir a compreensão da formação da identidade brasileira;
- Inserir os estudos de diversidade cultural-religiosa no currículo das licenciaturas;
- Ampliar os editais voltados para pesquisa sobre a educação da diversidade cultural-religiosa, dotando-os de financiamento;
- Garantir que o ensino público se pautar na laicidade, sem privilegiar rituais típicos de determinadas religiões (rezas, orações, gestos), que acabam por dificultar a afirmação, respeito e conhecimento de que a pluralidade religiosa é um direito assegurado na Carta Magna Brasileira.

Em dezembro de 2010 o CNE - Conselho Nacional de Educação - homologou a nova versão das Diretrizes Curriculares Nacionais, que atualizou o texto de 2008, estabelecendo que o Ensino Religioso fosse compreendido como uma área do conhecimento.

Partindo desse contexto, Junqueira (2013) explica que os conteúdos curriculares, que compõem a parte diversificada do currículo, passaram a ser definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares em face das diversas e diferentes realidades. Junqueira (2013) explica ainda que a base nacional comum e a parte diversificada são compostas de conteúdos que têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na cultura e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais e na área da saúde e ainda incorporam outros saberes e conhecimentos que advêm das da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos. E, assim, foi definido que os componentes

curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental sejam organizados em relação às áreas de conhecimento:

a) Linguagens: Língua Portuguesa, Língua Materna para populações indígenas, Língua Estrangeira moderna, Arte e Educação Física;

b) Matemática;

c) Ciências da Natureza;

d) Ciências Humanas: História e; Geografia;

e) Ensino Religioso: de matrícula facultativa ao aluno, parte integrante da formação básica do cidadão e constitui-se como componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo, conforme o art. 33 da Lei nº 9.394/96.

Nesse sentido, verifica-se que de fato a identidade do Ensino Religioso no contexto das escolas está sendo solidificada a partir da leitura do pedagógico proposto pela relação deste componente curricular no cenário do ambiente da sala de aula (Resolução CNE/CEB nº 07/10). E, segundo Junqueira:

Portanto, a escolarização do Ensino Religioso passou de um componente curricular de aula de religião para uma resposta à leitura religiosa da sociedade a partir da Ciência da Religião e dos novos pressupostos da educação brasileira, que considera a pluralidade cultural, que respeita a laicidade do país e que dá a devida importância do conhecimento, que pode ser discutido nas diferentes produções científicas produzidas em todo o país (JUNQUEIRA, 2013, p. 36).

E nessa perspectiva, reafirma-se a necessidade de formação, mediante cursos de graduação, e a capacitação contínua de professores para ministrarem a disciplina de Ensino Religioso, uma vez que é necessário que a mesma tenha um tratamento adequado às novas propostas pedagógicas. Espera-se que o professor de ER, tenha uma constante busca de conhecimento religioso e que compreenda o fenômeno religioso contextualizando-o espacial e temporalmente; que trabalhe o fenômeno religioso e que tenha condições de analisar o papel e a importância das Tradições Religiosas na estruturação e manutenção das diferentes manifestações religiosas, sociais e culturais.

Sendo assim, compreende-se a necessidade de maior investimento na formação do professor responsável pela disciplina de Ensino Religioso. Entretanto, por falta de uma política pública que viabilize essa formação, professores formados

em outras áreas do conhecimento, passaram a lecionar a referida disciplina. Dessa forma, as aulas continuaram (e ainda continuam) sendo designadas a professores de outras disciplinas que, voluntariamente ou para fecharem a carga horária semanal assumem as aulas de ER, porém sem a devida formação e conhecimento específico para fazê-lo. Entretanto, já é possível perceber a preocupação dos órgãos competentes em relação a esta realidade, e por esta razão muitos Estados passaram a investir na formação continuada do professor, procurando incentivar e criar condições para que os professores de Ensino Religioso possam buscar uma complementação na sua formação inicial.

Em observação à linha do tempo aqui apresentada, cabe citar o pensamento de Stigar<sup>21</sup>: “Observamos o Ensino Religioso no Brasil fazendo história por vários caminhos diferenciados: o caminho da confessionalidade, o caminho da interconfessionalidade, o caminho das religiões e o caminho da religiosidade”.

### **3.2 Os modelos do Ensino Religioso no cenário atual**

Conforme já foi visto, o Ensino Religioso que vigorou no Brasil, desde o descobrimento, era um ensino com ênfase na doutrina da religião oficial do colonizador português, ou seja, a religião católica. Já no início do período republicano, se estabelece a separação entre Igreja e Estado; é autorizada a liberdade de culto e o reconhecimento da diversidade religiosa. No entanto, o Ensino Religioso desenvolvido nas escolas continuou sendo, na prática, aula de religião, onde se ensinava os princípios da religião cristã.

Na década de 80, o Brasil se redemocratizou e passou por diversas transformações no campo político, social, econômico e também educacional. As maiores mudanças ocorridas no país, deu-se com a promulgação da Constituição de 1988 e com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº. 9394/96. No que tange ao Ensino Religioso a nova LDBEN deixou algumas lacunas em relação à contratação e formação do professor da referida disciplina, Fato que causou grande polêmica, mas que contribuiu grandemente para a organização de movimentos que se uniram para discutir e elaborar um texto

---

<sup>21</sup> Disponível em: <[http://www.gper.com.br/documentos/ensino\\_religioso\\_ciencias\\_religiao.pdf](http://www.gper.com.br/documentos/ensino_religioso_ciencias_religiao.pdf)>.

substitutivo a ser entregue ao Congresso Nacional. Assim, é aprovada a nova legislação de 1997, a Lei nº 9475/97, que trouxe mudanças significativas na concepção do Ensino Religioso.

Partindo desse contexto, é possível afirmar que o Ensino Religioso adquire diferentes características, dependendo da concepção que se tenha desse componente curricular e da interpretação que se faz do artigo 33 da LDB. Essas características, pois, é que definem o modelo de Ensino Religioso adotado, e, conseqüentemente, a seleção e organização dos conteúdos, a concepção pedagógica adotada e a formação dos professores que atuam nessa área. Segundo, Sena (2006) os modelos de ensino religioso vigentes no país são:

- **Confessional:** é oferecido de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável e ministrado por professores preparados e credenciados pelas respectivas entidades religiosas. No estado do Rio de Janeiro, o Ensino Religioso é confessional e plural, respeitando a diversidade cultural e religiosa existente. A disciplina foi instituída de acordo com a Lei nº 3.459, de 14 de setembro de 2000 e estão credenciados os seguintes credos: católico, evangélico, judaico, mórmon, espírita, umbandista, messiânico e islâmico. Os professores passam por concurso público e são credenciados pelas respectivas Igrejas ou instituições religiosas.
- **Inter-confessional** (ou inter-religioso): é resultante de um acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizam pela elaboração dos respectivos programas a serem trabalhados pedagogicamente. São desenvolvidos, geralmente, por grupos de confissões cristãs, consideram o que é comum às diferentes Igrejas ou confissões e respeitam a especificidade de cada uma. Produzem materiais de apoio para os professores de Ensino Religioso. Esses grupos inter-religiosos procuram auxiliar às secretarias de educação na elaboração de material pedagógico para o Ensino Religioso e também nos cursos de formação de professores para esta área de conhecimento.
- **Supra-confessional:** é ministrado nas escolas públicas e não admite qualquer tipo de proselitismo religioso, preconceito ou manifestação em desacordo com o direito individual dos alunos e de suas famílias em professar um credo religioso ou mesmo o de não professar nenhum. Nesse modelo, o Ensino Religioso deve assegurar o respeito a Deus, à diversidade cultural e

religiosa, e fundamenta-se em princípios de cidadania, ética, tolerância e em valores universais presentes em todas as religiões (cf. São Paulo, Decreto Estadual nº 46.802, de 5/06/2002, artigo 2).

- **Disciplina curricular** (ou fenomenológico): é pensado como área de conhecimento, a partir da escola e não das crenças ou religiões e tem como objeto de estudo o fenômeno religioso. Independente do posicionamento ou opção religiosa, os educandos são convidados a cultivar as disposições necessárias para a vivência coerente de um projeto de vida profundamente humano e pautar-se pelos princípios do respeito às liberdades individuais. O Ensino Religioso, nesse modelo, prega a tolerância para com os que manifestam crenças diferentes e convivência pacífica entre as diversas manifestações religiosas que compõem a pluralidade étnica e cultural da nação brasileira.

Em síntese, são esses os modelos adotados pelas Instituições educacionais, sejam elas privadas ou públicas. Sintetizando, observa-se que o modelo confessional é o mais antigo, refere-se à famosa aula de religião, ligada exclusivamente à Teologia. O ensino interconfessional foi criado a partir dos anos 70, mas também segue a linha cristã, nele a disciplina está mais ligada ao ensino de valores (amor, respeito, tolerância etc) que são temas comuns entre as várias denominações cristãs. E, finalmente, a concepção fenomenológica que compreende o Ensino Religioso como um componente curricular contribuindo na formação do cidadão, que, vivendo em uma sociedade pluralista, necessita saber dialogar nela e com ela. Nesse modelo, objetos de estudo são as manifestações culturais e religiosas da sociedade; e assim, o Ensino Religioso apresenta uma afinidade maior com as ciências humanas, como a Antropologia, a Sociologia e a Filosofia – que também estudam o fenômeno religioso.

### **3.3 A formação do professor do Ensino religioso**

No imaginário coletivo da sociedade brasileira permanece ainda a ideia de que o Ensino Religioso constitui-se como uma disciplina à parte da grade curricular das escolas e até mesmo fora do sistema de ensino. Assim como há ainda muitos setores educacionais, lideranças religiosas e/ou parlamentares e outros atores

sociais que continuam acreditando que a referida disciplina são inferências da religião e não da educação.

Essas distorções ainda ocorrem porque o Brasil, durante muito tempo, não deu à disciplina de Ensino Religioso o devido valor. Mas, o próprio Conselho Nacional de Educação, no seu Parecer de 11/03/97, corrigindo essas distorções históricas, entende a necessidade de um professor habilitado para a referida disciplina e não de um representante de uma denominação religiosa. Esse posicionamento do CNE consolidou-se na nova redação do Artigo 33 da LDB, a Lei nº 9394/96, sancionada em 22/07/97, que em seu §1º, prevê um profissional capacitado para atuar como professor dessa disciplina. Nesse sentido, é possível afirmar que já não se tem como pensar em educação de qualidade sem contemplar a dimensão religiosa do ser humano.

No entanto, o Conselho Nacional de Educação no Parecer CNE/PC nº 097/1999, responsabiliza os estados e municípios pela organização e pela definição dos conteúdos do Ensino Religioso e das normas para a habilitação e admissão dos seus professores, respeitadas as determinações legais, quanto ao exercício do magistério na Educação Básica, no nível do Ensino Fundamental. Desse modo, os professores de Ensino Religioso foram excluídos, no âmbito de uma política nacional de formação docente.

Assim, alguns professores resolveram, por conta própria, buscar cursos de formação acadêmica em Ensino Religioso e alguns Estados buscaram firmar parcerias e convênios com algumas Instituições Superiores para oferecer curso de graduação e pós-graduação nessa área de conhecimento.

Nesse contexto, o FONAPER elaborou um documento sugerindo a estrutura geral do Curso de Licenciatura de Graduação Plena em Ensino Religioso, tendo em vista os seguintes princípios:

A) Docência como base comum da formação - significa que todo licenciado em Ensino Religioso será professor. Nesse sentido, o currículo deve contemplar os conteúdos relacionados aos tópicos de estudos da formação básica, como obrigatórios, para a garantia dessa base comum, cabendo ao projeto pedagógico definir as opções para a docência, priorizadas pelas IES, além de outras possíveis áreas de formação e atuação profissional.

B) Flexibilização curricular – diz respeito à oferta de componentes curriculares que assegurem possibilidades de aprofundamentos da formação básica e opções diferenciadas de atuação profissional para atender às necessidades e interesses dos alunos, conforme as respectivas regiões em que se encontram inseridos.

C) Organização de conteúdos por meio de diversas formas didáticas – com temas, seminários, áreas integradas, disciplinas, projetos, entre outros, permitindo adequar os conteúdos às características do projeto pedagógico da IES.

Os currículos para os Cursos de Graduação Plena em Ensino Religioso apoiar-se-ão em duas categorias:

a) Formação Básica – composta pelos conteúdos obrigatórios da formação do licenciado;

b) Formação Diferenciada – composta pelas diferentes opções oferecidas aos alunos para aprofundamentos de estudos da formação básica; estudos da formação específica e de outras áreas de atuação pedagógica (FONAPER, 2004. p.28)

Ressalte-se que a Proposta de Diretrizes para o Curso de Licenciatura de Graduação Plena em Ensino Religioso apresenta, segundo documento elaborado pelo FONAPER (2004), como campo de atuação profissional: docência no Ensino Fundamental e Médio; produção e difusão do conhecimento científico na área de Ensino Religioso e Ciências Humanas; assessoria em empresas e instituições educacionais, governamentais, não governamentais e religiosas.

Segundo Caetano, considera-se que o Curso de Licenciatura deve:

(...) contribuir para a formação de um profissional, capaz de fazer a integração entre teoria e prática; de construir sua identidade como intelectual e pesquisador da educação; de compreender, criticamente, os determinantes e as contradições do contexto em que está inserido e de atuar na transformação desse contexto e na criação das condições, para que se efetivem os processos de ensino e de aprendizagem, de forma adequada (CAETANO, 2007, p.167).

Nessa perspectiva, o Ensino Religioso necessita de profissionais de formação adequada ao desempenho de sua ação educativa. Por isso, espera-se que este profissional seja capaz de viver o respeito da alteridade, de compreender o fenômeno religioso, contextualizando-o no espaço e no tempo e configurando-o através das ciências da religião. O professor deve conhecer e respeitar as diferentes religiões e manifestações religiosas para conduzir o aluno na busca do transcendente, favorecendo o diálogo inter-religioso e, dessa forma, contribuir para que os alunos entendam o que é respeito e tolerância entre as religiões. Portanto, o profissional dessa área deve ser sensível à pluralidade cultural e religiosa do nosso país. Ele precisa estar apto para assumir uma sala de aula que atenda as novas

exigências da lei, garantindo a liberdade do educando, sem proselitismo e/ou catequização. De acordo com Junqueira et al:

O professor do ER tem uma grande contribuição a dar no sentido de auxiliar os alunos a enfrentarem as questões que estão no cerne da vida, ajudando-os a desenvolver a religiosidade presente em cada um, orientando-os para a descoberta de critérios éticos, para que possam agir de maneira dialógica e reverente ante as diferentes expressões religiosas. Para tanto, é fundamental que esse profissional tenha uma formação específica que o habilite e o qualifique nessa área do conhecimento (JUNQUEIRA, et al, 2007, p.4364-4365).

Contudo, é bom ressaltar que ainda há carência de Cursos de Habilitação em Ensino Religioso, em termos de licenciatura de graduação plena. Mas, em diferentes partes do país, tanto os cursos de licenciatura quanto os cursos de formação continuada, têm sido elaborados de acordo com a legislação em vigor e ofertados aos professores de Ensino religioso e demais profissionais. Quanto aos cursos de formação continuada, vale dizer que estes devem constituir-se em espaço de produção de novos conhecimentos e de repensar a prática pedagógica do professor.

Ressalte-se também que os cursos, de graduação, especialização e capacitação, têm sido ofertados tanto na modalidade presencial quanto a distância, e esses cursos podem dar “uma grande contribuição no sentido de formar profissionais para essa área de conhecimento, uma vez que analisam e pesquisam o campo religioso dentro da complexidade, a partir de um olhar e de abordagens de cunho inter e transdisciplinar” (OLIVEIRA et al, 2006, p.93).

Em relação à formação continuada, pode-se afirmar que ela deve constituir-se em um espaço de produção de novos conhecimentos, de troca de diferentes saberes, de repensar e refazer a sua ação na escola, pois levar o professor a identificar as concepções que embasam as teorias discutidas nos encontros de formação, é importante, para que ele consiga relacioná-las com a sua práxis pedagógica.

Observando esse contexto, poder-se-á afirmar que a educação a distância (EaD) pode representar uma excelente possibilidade e oportunidade de subsidiar cursos de graduação e pós-graduação de Ensino Religioso, uma vez que o referido curso, ofertado por meio da EaD visa a atender a demanda em relação à formação do professor de Ensino Religioso, além de favorecer a formação continuada.



Ressalte-se que foi do FONAPER o primeiro passo histórico nesse processo de utilizar a EaD como meio para viabilizar a formação dos professores de Ensino Religioso. Rodrigues e Junqueira (2009), contam que especialistas de diferentes áreas e competentes profissionais foram chamados para trabalharem na sistematização das ideias em direção à construção dos cadernos e das teleaulas que seriam gravadas. Para certificar os participantes do curso, foi estabelecida uma parceria com a Universidade São Francisco, enquanto a Rede Vida seria a primeira retransmissora do curso. O objetivo desse curso, produzido pelo FONAPER, era de refletir uma concepção de disciplina escolar e disponibilizar essas teleaulas para os professores da escola básica. Esse curso foi assim estruturado:

O percentual da carga horária do curso dividiu-se em 80% para o estudo dos impressos (cadernos) e 20% para as vídeoaulas. Em seguida, o curso foi ofertado com a distribuição dos cadernos e a distribuição dos vídeos em fitas. O curso apresentou a estrutura de impressos (12 cadernos) e audiovisual (12 aulas produzidas em vídeo) para retransmissão via TV em data previamente marcada (RODRIGUES; JUNQUEIRA, 2009, p.9984).

No curso oferecido pelo FONAPER, os cadernos produzidos eram encaminhados aos professores e permitiam a oportunidade de estudo individual e/ou grupal; apresentavam propostas para discussão, reflexão e atividades individuais a serem realizadas e, posteriormente, corrigidas. Segundo Rodrigues e Junqueira (2009), o curso contou com a participação de alunos de diferentes estados brasileiros, além de coordenadores locais, que eram os responsáveis pela tutoria a distância. A comunicação foi realizada por correspondência, telefone, fax e Internet; e a duração do curso foi de doze semanas. Rodrigues e Junqueira (2009) relatam também que foram duas turmas em momentos distintos, ou seja, num primeiro momento, as doze vídeo-aulas foram retransmitidas pela Rede Vida a partir de julho de 2000, e num segundo momento, as aulas foram retransmitidas pela Rádio e Televisão Educativa do Paraná, no período de novembro a dezembro de 2000.

Em 2006, o Brasil contou com uma nova experiência em EaD, a UEMA - Universidade Estadual do Maranhão recebeu autorização para oferecer o curso de "Licenciatura em Ensino Religioso". O Curso apresentou uma carga horária de três mil e quinze horas, com duração mínima de sete e máxima de onze semestres. Segundo Rodrigues e Junqueira (2009), o Curso visava à formação de profissionais

habilitados para atuar em funções de docência no Ensino Religioso da Educação Básica, bem como na coordenação de trabalhos pedagógicos nessa área, tanto em contextos educativos formais quanto não formais.

A partir de 2009, novos cursos de extensão foram sendo propostos, com as mais variadas finalidades, como: promover a formação de professores na área do conhecimento religioso; subsidiar o professor no conhecimento do fenômeno religioso nas diferentes culturas; aprofundar questões da atualidade relacionadas à existência da vida, ao direito e a liberdade religiosas; refletir sobre o papel do educador para a religiosidade; subsidiar o profissional com uma metodologia adequada para oferecer o desenvolvimento de atitudes de respeito diante da alteridade das tradições religiosas. E tantos outros objetivos, mas todos com o mesmo propósito: promover a formação do profissional responsável pela disciplina de Ensino Religioso.

Rodrigues e Junqueira (2009), também apontam para o fato de que a Metodologia e o Material utilizados em cada uma das propostas é outra variável para compreender a construção da identidade da formação de professores de Ensino Religioso nos cursos de especialização na modalidade EAD. Isso ocorre porque, segundo os autores:

Por meio do ambiente virtual de aprendizagem, as atividades de ensino se articulam em torno de metodologias que envolvem o uso das tecnologias da informação e comunicação, a exposição de conteúdos, leituras críticas, fóruns de discussão, bate-papo e elaboração de trabalhos individuais e em grupo, utilizando recursos de videoconferência ou similar para suporte aos encontros presenciais nos pólos (RODRIGUES; JUNQUEIRA, 2009, p.9992).

Nesse sentido, é possível afirmar que a participação em curso de formação em EaD pode ser considerada como uma oportunidade de desenvolvimento profissional aos docentes, uma vez que a docência virtual envolve alguns saberes diferentes dos necessários à docência presencial (MAYADAS et al., 2009), ou seja, a educação na modalidade a distância possui especificidades próprias ao seu desenvolvimento em um ambiente digital.

E ao oferecer um curso a distância, com um planejamento bem estruturado e objetivos claramente definidos, a Instituição terá condições de formar bons professores, conscientes de sua responsabilidade e compromisso com a educação e

com a dimensão religiosa do aluno. Outro aspecto importante a ressaltar é a destreza que o professor terá em aprimorar e ampliar os seus conhecimentos, partilhando experiências por meio de um instrumento que lhe garantirá a não interrupção de suas atividades docentes, pois cabe ao participante escolher o melhor local e horário de estudo. Essa ação é possível porque a educação passa a ser mediada pelas diferentes mídias e tecnologias de informação e comunicação que são capazes de suprir a distância que separa fisicamente professor e aluno.

Em relação à oferta de cursos, Rodrigues e Junqueira (2009, p.9992) afirmam que “mesmo que desarticulados, os cursos de licenciatura, extensão e especialização em Ensino Religioso geram um Programa de Formação de Professores em exercício”. Os autores ainda afirmam que pelos estudos já realizados nessa área, é possível perceber que há uma preocupação com fatores essenciais para que a educação a distância venha realmente a contribuir para o processo formador de profissionais.

No entanto, apesar das muitas conquistas, ainda é possível perceber algumas lacunas deixadas na Lei, como por exemplo:

a) A Qualificação do Professor de Ensino Religioso: as exigências legais, segundo a LDB, pressupõe que o profissional de ensino seja portador de um diploma de nível superior, assim como os professores das outras disciplinas do Currículo. Mas para isso, é necessário que os cursos de teologia sejam reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura; além disso, é necessário também haver uma reformulação curricular, onde sejam oferecidas as disciplinas de Licenciatura Plena para o exercício do magistério, já que os cursos teológicos, em sua grande maioria, formam bacharéis em teologia;

b) Concurso e contratação de Professores para a disciplina de Ensino Religioso: nesse sentido, é necessário que a seleção e a contratação do professor de ensino religioso sigam critérios rigorosos e ocorram por meio de concurso público; ação que já se iniciou em alguns Estados da União;

c) A remuneração do Professor de Ensino Religioso: inicialmente a Lei nº 9394/96 indicava caminhos para que o ensino religioso fosse ministrado por voluntários, mas a Lei nº 9475/97, prevê a remuneração ao professor de Ensino Religioso. Desse modo, o professor da referida área do conhecimento deve ser enquadrado nas funções e remunerações, conforme disposto em leis estaduais para os profissionais de ensino.

Nesse contexto é indiscutível o fato de que a disciplina de Ensino Religioso necessita de profissionais de formação adequada ao desempenho de sua ação educativa, considerando que o conhecimento religioso para estudo do fenômeno religioso na escola, situa-se na complexidade da questão religiosa e na pluralidade brasileira.

Contudo, faz-se necessário destacar o Programa PARFOR que é um programa nacional implantado pela CAPES, em regime de colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios e com as Instituições de Ensino Superior (IES), que oferta cursos de graduação, com o objetivo de garantir que os professores em exercício na rede pública de educação básica obtenham a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Os cursos oferecidos são:

- a) Primeira licenciatura: para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior;
- b) Segunda licenciatura: para docentes em exercício na rede pública da educação básica, há pelo menos três anos, em área distinta da sua formação inicial;
- c) Formação pedagógica: para docentes graduados não licenciados que se encontram em exercício na rede pública da educação básica.

Assim, em 2012, por meio da Plataforma Freire, a CAPES ofertou a segunda Licenciatura em Ciências da Religião, com habilitação em Ensino Religioso - Programa autorizado pela Resolução CEPE nº 097/2011. Os professores atendidos nessa ação emergencial foram aqueles que já estavam a mais de três anos atuando como professores de Ensino Religioso sem a formação adequada para tal. Nessa situação, em especial, observou-se a educação a distância sendo utilizada como um instrumento para subsidiar a formação acadêmica de professores.

Todavia, é preciso estabelecer um programa de formação continuada, pois esses professores mesmo recebendo a formação específica para atuarem como docentes de ER sentirão depois de formados a necessidade de qualificação e capacitação para o trabalho pedagógico diário.

Nesse contexto, podemos pensar em outras soluções viáveis para a capacitação desses profissionais, como por exemplo, a utilização das redes sociais que podem se configurar como um grande aliado ao processo de formação continuada do professor. Dessa forma, as redes sociais por permitirem o diálogo com outros recursos tecnológicos ou mídias específicas, podem ser consideradas

como um programa cooperativo, porque a formação continuada será desenvolvida em um espaço virtual, e também tal ação possibilita subsidiar uma prática pedagógica apropriada às novas demandas educacionais. E conforme Mattar (2012), atualmente é possível construir redes sociais a distância, permitindo que várias pessoas interajam, síncrona e assincronamente.

Nessa perspectiva, é bom ressaltar que as redes sociais já estão sendo utilizadas como recurso pedagógico tanto na educação presencial quanto na educação a distância. No entanto, o uso das redes sociais pode ser expandido, no sentido de que podem ser utilizadas como plataformas virtuais de aprendizagem, uma vez que as redes sociais são sites que promovem a interação entre os usuários, possibilitando, assim, utilizá-las em eventos e cursos de EaD.

Dessa forma, os cursos de educação a distância realizados nas redes sociais, utilizadas como novos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), pode atender a demanda em relação à formação continuada do professor de Ensino Religioso, além de favorecer a interação e o compartilhamento de informações, experiências e materiais de ER.

#### **4 Compartilhando: As Redes Sociais aliadas à formação do professor**

Para iniciar este capítulo, é importante, primeiramente discutir um pouco mais sobre a importância da formação continuada do professor. O mestre Paulo Freire afirma que “ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática”. (FREIRE, 1991, p.58).

Dessa forma, pode-se afirmar que a maturidade e a experiência são fatores primordiais para a construção de uma vida profissional sólida e consciente. Compreendendo que é a partir da reflexão sobre a práxis pedagógica que se percebe a formação continuada como uma necessidade para o professor.

Nesse sentido, o bom professor, preocupado em refletir sobre a sua práxis, tem consciência de que a sua formação não se encerra na Universidade, mas que esta tem o objetivo de apontar caminhos e fornecer subsídios que o guie para as escolhas corretas de concepções a serem adotadas e desenvolvidas em seu trabalho pedagógico. Isto significa que depois de graduado, cabe ao professor melhorar sua atuação profissional, buscando cursos e atividades de aperfeiçoamento e capacitações, ou seja, cabe ao professor investir na formação continuada. Mesmo que o professor tenha recebido formação e qualificação adequadas, a “reciclagem profissional” é uma exigência da modernidade, afinal na educação trabalhamos com pessoas, e os alunos de hoje não seguem os padrões de alunos de outras épocas; os conteúdos precisam ser atualizados e revisitados constantemente; e as tecnologias que podem ser utilizadas pedagogicamente evoluem num ritmo crescente. Assim, a formação continuada não é apenas um desejo do profissional e sim uma exigência e necessidade daquele que pretende acompanhar as mudanças e transformações que este mundo globalizado nos impõe.

Nessa perspectiva, Brzezinski afirma que:

A modernidade exige mudanças, adaptações, atualização e aperfeiçoamento. Quem não se atualiza fica para trás. A parceria, a globalização, a informática, toda a tecnologia moderna é um desafio a quem se formou há vinte ou trinta anos. A concepção moderna de educador exige "uma sólida formação científica, técnica e política, viabilizadora de uma prática pedagógica crítica e consciente da necessidade de mudanças na sociedade brasileira" (Brzezinski, 1994, p.83).

Dessa forma, é possível entender porque se faz tão importante a investigação sobre a utilização de ambientes digitais para formação continuada do professor e, nesse sentido como a educação a distância, pode contribuir para o processo de formação, qualificação e capacitação do professor. Segundo Bueno e Lopes (2011), as tecnologias digitais estão redesenhando a educação, pois criam novas oportunidades de ensino e de aprendizagem, tanto para o aluno quanto para o docente em sua busca de formação.

Partindo desse contexto, o grande desafio é fazer com que as instituições de ensino compreendam de que forma as redes sociais podem funcionar como métodos auxiliares na formação continuada do professor. E, nessa perspectiva, as redes sociais apresentam-se como meio de interação e aprendizagem coletiva e podem ser utilizadas como valiosos métodos de ensino e/ou de formação para o professor.

Ressalte-se ainda que o trabalho em rede pressupõe colaboração, cooperação e valores que ajudam a enriquecer o processo de qualificação e capacitação profissional.

Portanto, a proposta aqui apresentada é uma discussão teórica que fundamenta esta pesquisa de mestrado, na necessidade de se pensar meios que viabilizem a formação de professores, especificamente a formação do professor de Ensino Religioso.

#### **4.1 A Pesquisa e seus resultados**

A necessidade em se procurar respostas e buscar novos conhecimentos, fez com que o homem recorresse à pesquisa, não somente aquela que proporciona a produção do conhecimento, mas também, a possibilidade de criação de um espaço de interação e debate com o fenômeno a ser pesquisado, de forma a confrontar teoria e contexto, em busca de uma construção coletiva. Nesse sentido, Galliano (1986) afirma que a pesquisa científica é um processo de busca e transformação de informações, analisadas segundo determinadas regras e critérios fornecidos pela Metodologia da Pesquisa.

Dessa forma, a metodologia escolhida para a realização deste trabalho foi a pesquisa exploratória, pois buscou estabelecer critérios, métodos e técnicas para a elaboração da pesquisa e visou oferecer informações sobre o objeto desta e orientar

a formulação de hipóteses. Então, de acordo com a concepção de Gil (1999), pode-se, assim, classificar a metodologia utilizada:

a) Quanto à abordagem, é uma pesquisa qualitativa, pois se considerou que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo da pesquisa qualitativa e, nesse caso, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

b) Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa explicativa, uma vez que visou identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de algum fenômeno e/ou situação. Esse tipo de pesquisa aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão e o porquê das coisas.

c) E quanto aos procedimentos técnicos, classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, que foi elaborada, pois, a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros e artigos impressos em periódicos ou e-books e artigos disponibilizados na Internet. Desse modo, é possível afirmar que toda a pesquisa realizada a respeito do tema: “As redes sociais como recurso da educação a distância na formação do professor de Ensino Religioso”, levou a uma série de buscas em materiais impressos e/ou digitais.

Partindo dessa perspectiva, buscou-se investigar se os professores de Ensino Religioso participam de comunidades e redes sociais e, se é possível, que essas redes sociais possam se caracterizar como um ambiente virtual de aprendizagem de modo a contribuir para a formação continuada desses profissionais.

Assim, nasceu a proposta de estabelecer um diálogo reflexivo sobre alguns elementos presentes no universo das redes sociais. Então, pensou-se em buscar na Web algumas instituições e até mesmo pessoas que tenham o objetivo de trabalhar e desenvolver projeto e/ou pesquisas sobre o Ensino Religioso, e verificar como estas pessoas e/ou instituições utilizam as redes sociais para estabelecer contato com seus “seguidores” e, pesquisar ainda, de que modo e com qual objetivo essas redes sociais são utilizadas.

A referida pesquisa tem por objetivo analisar as redes sociais como recurso da educação a distância na formação do professor de Ensino Religioso, abordando os pressupostos pedagógicos das redes sociais por meio de seus discursos textuais e registros iconográficos.



Sendo assim, foram elencados cinco sites referentes às Instituições que desenvolvem projetos e atividades relacionados ao Ensino Religioso; além de buscar na Web os Blog, Facebook e Twitter que apresentassem esta mesma estrutura, ou seja, desenvolver conteúdos referentes ao Ensino Religioso.

Então, antes de realizar a escolha e seleção de critérios de análise, decidiu-se acessar os sites e redes sociais selecionados com o intuito de conhecê-los e verificar as informações sobre os usuários, proprietário da página e participantes, e observar outras características importantes e/ou relevantes para a pesquisa. Para facilitar esta ação, elaborou-se uma tabela com o objetivo de registrar algumas informações pertinentes, como: o endereço do site ou da rede social na Web; a identificação do proprietário da página; a data de criação e também da última atualização da página; além de verificar o conteúdo postado, o tema e o objetivo do site ou da rede social e, espaço para observações.

Sendo assim, abaixo encontram-se as tabelas, onde será possível observar o registro das informações levantadas sobre os sites e redes sociais selecionados.

Tabela 1: Apresentação dos sites pesquisados:

Sites	Responsável	Data de criação e da última atualização	Tema	Objetivo	Observações
<a href="http://www.gper.com.br/?secc=jornal">http://www.gper.com.br/?secc=jornal</a>	Portal do GPER	Criado em 2005 Atualizado em maio de 2013	Apresenta material sobre o Grupo de Pesquisa Educação e Religião, de apoio a professores do ER e a pesquisadores.	Apresentar material sobre o GPER e divulgar Cursos e Eventos de ER.	
<a href="http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br">http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br</a>	Site do Ensino Religioso da SEED- PR		Apresenta subsídios para professores do ER - apoio a docência na SEED PR	Oferecer mais subsídios ao trabalho do professor de ER.	Este site está no Portal Dia a Dia da SEED PR
<a href="http://www.fonaper.com.br">http://www.fonaper.com.br</a>	Site do FONAPER	Criado em 2003		Divulgar informações sobre ER.	Site do FONAPER
<a href="http://www.assintec.org.br">www.assintec.org.br</a>	Site da Assintec - Associação Inter-Religiosa de Educação.		Atua na efetivação do Ensino Religioso nas escolas do Paraná e no apoio pedagógico aos professores de ER.	Auxiliar na elaboração de material pedagógico para o Ensino Religioso e nos cursos de formação de professores de ER.	É uma entidade civil de caráter educativo e cultural que promove o ER e o diálogo inter-religioso.
<a href="http://www.paulinas.org.br/dialogo/">http://www.paulinas.org.br/dialogo/</a>	Site da revista Diálogo	Criado (nova versão) em 2013	Apresenta a Revista/ Seções/ Artigos, Memória da Revista.	Divulgar a Revista Diálogo e informações sobre Cursos e Eventos de ER.	O material é produzido pelas Edições Paulinas.

- GPER – Grupo de Pesquisa, Educação e Religião. Disponível em: <<http://www.gper.com.br>>.
- SEED/PR – Dia a Dia Educação \_ Ensino Religioso. Disponível em: <<http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/>>.
- FONAPER – Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso. Disponível em: <<http://www.fonaper.com.br/>>.
- ASSINTEC – Associação Inter-Religiosa de Educação. Disponível em: <[www.assintec.org.br](http://www.assintec.org.br)>.
- Diálogo – Revista de Ensino Religioso (Edições Paulinas). Disponível em: <<http://www.paulinas.org.br/dialogo/>>

Ao buscar na Internet os sites de Ensino Religioso percebeu-se que a maioria deles foram criados por Instituições que desenvolvem atividades relacionadas ao Ensino Religioso. Observou-se ainda que muitos desses sites são de propriedade de Instituições Religiosas, cujos temas postados são confessionais, ou seja, tratam de assuntos específicos de determinadas religiões ou grupos religiosos.

Tabela 2: Apresentação dos Blog:

Blog	Responsável	Data de criação e da última atualização	Tema	Objetivo	Observações
<a href="http://blog.educacaoadventista.org.br/blog/camoc_gabriel/">http://blog.educacaoadventista.org.br/blog/camoc_gabriel/</a>	Educação - Ensino Religioso - Adventista	Criação Novembro/2011 Atualização maio/2013	Pesquisa bíblica, textos religiosos na perspectiva confessional.	Educação confessional Adventista	Blog institucional - adventista
<a href="http://conerrs.wordpress.com/ensino-religioso-plano-de-estudos/">http://conerrs.wordpress.com/ensino-religioso-plano-de-estudos/</a>	Conselho de Ensino Religioso/RS	Criação - 2010	Conselho de Ensino Religioso/RS		Relatórios, Documentos, Estatutos do CONER.
<a href="http://enreligioso.wordpress.com/">http://enreligioso.wordpress.com/</a>	Blog do Prof. Sérgio - NRE - Apucarana	Criado Agosto de 2012 / Atualizado Maio de 2013	Textos sobre a Diversidade Religiosa, Turismo religioso, Aula.		Criação particular.
<a href="http://eensinoreligiosororaima.blogspot.com.br/">http://eensinoreligiosororaima.blogspot.com.br/</a>	Ensino Religioso de Roraima	Criado Fevereiro de 2013 / Atualizado Maio de 2013	Informações sobre Formação continuada, Mestrado em Ciências da Religião.	Este Blog visa proporcionar subsídios para os professores do Ensino Religioso de Roraima	Institucional da Secretaria de Educação de Roraima
<a href="http://aspersc.blogspot.com.br/">http://aspersc.blogspot.com.br/</a>	Blog da Associação Professores de ER de SC.	Criação 2009	Notícias, eventos, Institucionais.	Tem o objetivo de apresentar a ASPERSC e divulgar as atividades desenvolvidas. Além de postar materiais de ER.	Institucional, divulgação de eventos.

- Ensino Religioso – Disponível em:  
<[http://blog.educacaoadventista.org.br/blog/camoc\\_gabriel/](http://blog.educacaoadventista.org.br/blog/camoc_gabriel/)>
- CONER/RS – Disponível em:  
<<http://conerrs.wordpress.com/ensino-religioso-plano-de-estudos/>>
- Ensino Religioso – Disponível em:  
<<http://enreligioso.wordpress.com/>>
- Ensino Religioso de Roraima. Disponível em:  
<<http://eensinoreligiosororaima.blogspot.com.br/>>
- Associação de Professores de Ensino Religioso de Santa Catarina –  
Disponível em: <<http://aspersc.blogspot.com.br/>>

Ao observar os blogues selecionados, verificou-se que há um grande número que aborda o tema Ensino Religioso. Alguns blogues são de Instituições Educacionais ou Religiosas e também há um número grande de blogues particulares, de professores e outras pessoas, que apresentam questões relacionadas à religião, à educação religiosa e ao Ensino Religioso nas escolas.

Tabela 3: Apresentação dos Facebook.

Facebook	Responsável	Data de criação e da última atualização	Tema	Objetivo	Observações
<a href="https://www.facebook.com/DiálogoRevistadeEnsinoReligioso">https://www.facebook.com/DiálogoRevistadeEnsinoReligioso</a>	Diálogo Revista do Ensino Religioso	Criado em 2012	Informações sobre a Revista		
<a href="https://www.facebook.com/pages/OBEDECER%20Organiza%C3%A7%C3%A3o-Beneficente-Educacional-Eclesi%C3%A1stica-e-de-Ensino-Religioso/399156203493410">https://www.facebook.com/pages/OBEDECER%20Organiza%C3%A7%C3%A3o-Beneficente-Educacional-Eclesi%C3%A1stica-e-de-Ensino-Religioso/399156203493410</a>	OBEDECER: Organização Beneficente, Educacional, Eclesiástica e de Ensino Religioso e FACTEL - Faculdade de Ciências Teológicas Latino-Americana	Criado 2012			
<a href="https://www.facebook.com/formacao.continuadagper?fref=ts">https://www.facebook.com/formacao.continuadagper?fref=ts</a>	GPER - Projeto Formação Continuada	Criado em 2013	Face de apoio a Formação Continuada do ER		
<a href="https://www.facebook.com/fonaper.ensinoreligioso?fref=ts">https://www.facebook.com/fonaper.ensinoreligioso?fref=ts</a>	FONAPER - Ensino Religioso	Criado em 2012	Notícias, e informações sobre Eventos do ER.		
<a href="https://www.facebook.com/CantinhoDoEnsinoReligioso">https://www.facebook.com/CantinhoDoEnsinoReligioso</a>	Cantinho do Ensino Religioso	Criado em 2013	Mensagens	Refletir sobre o ser humano em suas diferentes formas de relação com a transcendência, sempre com respeito às adversidades e conhecendo um pouco das diversas "religiões" do mundo.	

- Diálogo – Revista de Ensino Religioso. Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/DiálogoRevistadeEnsinoReligioso>>
- GPER – Projeto Formação Continuada. Disponível em:  
< <https://www.facebook.com/formacao.continuadagper?fref=ts>>
- Organização OBEDECER. Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/pages/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Beneficente-Educacional-Eclesi%C3%A1stica-e-de-Ensino-Religioso/399156203493410>>
- Fonaper Ensino Religioso. Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/fonaper.ensinoreligioso?fref=ts>>
- Cantinho do Ensino Religioso. Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/CantinhodoEnsinoReligioso>>

Ao pesquisar os Facebook na Internet, verificou-se que muitos foram criados, mas poucos se mantiveram ativos, seja pela falta de atualização dos responsáveis ou pela falta de interesse dos usuários. Dos faces ativos, optou-se por selecionar quatro pertencentes a Instituições e um particular. Também é possível observar, que a maioria dessas redes sociais somente repassam informações e notícias ou servem como um meio de enviar mensagens aos usuários.

Tabela 4: Apresentação dos Twitter.

Twitter	Responsável	Data de criação e da última atualização	Tema	Objetivo	Observações
<a href="https://twitter.com/erseedpr">https://twitter.com/erseedpr</a>	Ensino Religioso - SEEDPR	Criado janeiro 2011 / atualização frequente.	Notícias do ER para os professores do Paraná	Divulgar notícias aos Prof. do PR; discutir sobre o ER.	
<a href="https://twitter.com/EnsinoReligioso">https://twitter.com/EnsinoReligioso</a>	Twitter Ensino Religioso Macaé	Criado em agosto de 2010 / Atualizado maio de 2011	Breve texto sobre o ER - bíblico, sem uma posição explícita.	Divulgar comentários e informações sobre ER.	
<a href="https://twitter.com/grupogper">https://twitter.com/grupogper</a>	Twitter do GPER	Criado dezembro de 2009 / atualização frequente.	Reproduz as notícias do site do GPER	Reproduzir notícias do site do GPER.	
<a href="https://twitter.com/search?q=%23ensinoreligioso&amp;src=hash">https://twitter.com/search?q=%23ensinoreligioso&amp;src=hash</a>	#ensinoreligioso	1ª postagem: abril de 2010 / Última postagem: junho de 2013.	Comentários e discussões sobre o ER.	Promover discussões sobre o ER.	Discussões abertas sem um mediador.
<a href="https://twitter.com/Ensinoreligios">https://twitter.com/Ensinoreligios</a>	Ensinoreligioso Virt @Ensinoreligios	1ª postagem: agosto de 2011 / Última postagem: junho 2013.	Twitter dedicado às notícias, informações, discussão a respeito do ER escolar.	Divulgar informações sobre Cursos e Eventos de ER.	



- Ensino Religioso – PR. Disponível em:  
<<https://twitter.com/erseedpr>>
- Ensino Religioso Macae. Disponível em:  
<<https://twitter.com/EnsinoReligioso>>
- @grupogper - Grupo De Pesquisa Em Ensino Religioso. Disponível em:  
<<https://twitter.com/grupogper>>
- #ensinoreligioso. Disponível em:  
<<https://twitter.com/search?q=%23ensinoreligioso&src=hash>>
- ensinoreligiosovirt@ensinoreligios. Disponível em:  
<<https://twitter.com/EnsinoReligios>>

Ao buscar e selecionar os Twitter que fazem referência ao tema Ensino Religioso descobriu-se que o número dessa rede social relacionada a esse tema é ainda incipiente, uma vez que foram encontrados somente cinco. Todavia, faz-se importante salientar que nesses Twitter as discussões e comentários sobre o Ensino Religioso e as questões envolvendo a religião são bastante pertinentes à concepção pedagógica e aos objetivos do ER enquanto conteúdo curricular.

Depois de selecionar e observar com mais atenção os sites e redes sociais que deveriam ser investigados, passou-se à escolha dos critérios que norteariam a análise que seria realizada. Assim, procurou-se identificar na Linguística, na Pedagogia e nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) alguns subsídios que ajudassem a elaborar as categorias de análise. E por que buscar essas categorias de análise na Linguística, na Pedagogia e nas TIC?

Primeiramente porque a Linguística é a ciência que se ocupa dos estudos da linguagem, e por meio dela é possível analisar a estrutura e a sonoridade das palavras e das sentenças, o significado dos termos e das expressões idiomáticas, bem como as diferenças de uso por grupos regionais ou sociais. Nesse sentido, Martinet afirma que:

A linguística é o estudo científico da linguagem humana. Diz-se que um estudo é científico quando se baseia na observação dos fatos e se abstém de propor qualquer escolha entre tais fatos, em nome de certos princípios estéticos ou morais. 'Científico' opõe-se a 'prescritivo' (MARTINET, 1978, p.3).

Dessa forma, como está claro nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2000, p.6), toda linguagem carrega dentro de si uma visão de mundo, precha de significados e de significações que vão além do seu aspecto formal.

Na Pedagogia, porque segundo a concepção de Almeida e Soares (2010, p.16), é a ciência que tem como preocupação a mediação entre o senso comum e o conhecimento elaborado/científico. Assim, buscou-se o olhar do pedagogo, enquanto cientista da área sócio-humana, que compreende os processos formativos que atuam por meio da comunicação e intercâmbio da experiência humana acumulada. Ao pedagogo, ainda, conforme os autores:

Cabe discutir os conhecimentos necessários à formação humana em cada determinado momento histórico, bem como as formas metodológicas para a sua socialização. Ou seja, ele se preocupa com as relações indissociáveis – conteúdo/forma, conhecimento/metodologia –, as quais estão sempre presentes no processo de ensino-aprendizagem e são indispensáveis para a sua efetivação (ALMEIDA e SOARES, 2010, p.16).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a Pedagogia estuda a educação como prática humana e social e preocupa-se com a transformação que esta provoca nos indivíduos e nos grupos sociais.

Já, o uso dos conceitos de Tecnologia de Informação e Comunicação, justifica-se pelo uso dos recursos tecnológicos que possibilitam o acesso à informação, além de sua produção e edição, mas principalmente o compartilhamento dessa produção entre os usuários. Nesse sentido, Gaia afirma que “ao usar a mídia em seu cotidiano, o educador tem em mãos assuntos diversificados, que permitem contemplar discussões sobre a sociedade na qual estamos inseridos” (GAIA, 2001, p.16). E, ainda, segundo os PCN (2000, p.13), as Tecnologias de Informação e Comunicação podem ser consideradas como a mais nova das linguagens, uma vez que faz parte do cotidiano e do mundo do trabalho. E os PCN (2000, p.13), ainda complementam que conviver com todas as possibilidades que a tecnologia oferece é mais que uma necessidade, é um direito social.

Assim, para análise dos sites, foram eleitos os seguintes critérios:

- Intencionalidade da linguagem;
- Conteúdo: apresentação/interface, interatividade, argumentação;
- Imagens: fotos, vídeos, imagens diversas;
- Teoria(s) Pedagógica (s);
- Público alvo.

Ressalte-se que na primeira categoria de análise escolhida, a intencionalidade da linguagem, procurou-se observar se a linguagem demonstrava um caráter formativo ou informativo, ou seja, procurou-se investigar se a linguagem utilizada nos sites e redes sociais é a de formar o usuário, oferecendo-lhe, materiais, por meio de textos, imagens, links, vídeos etc, que o levem a uma reflexão; ou a preocupação desses sites está somente em informar aos usuários sobre cursos, palestras, publicação de livro, datas de eventos etc.

Para a categoria conteúdo, foram estabelecidos alguns pontos importantes, como: a interface do site, isto é, de que forma a página se apresenta ao usuário quando este a acessa; a interatividade, pois alguns sites e redes sociais permitem ao usuário somente a opção “curtir” (observar sem participar), mas outros sites permitem ao usuário visitante, que este participe ativamente (realize comentários, poste materiais e os compartilhe); e a argumentação que está relacionada à capacidade de emitir opiniões, fatos, problemas e possíveis soluções com o intuito de reforçar ou de embasar determinada tese ou ideia, e como acontece no mundo real, Xavier e Lyra (2012, p.5) explicam que o internauta, membro das diferentes e diversas comunidades e grupos digitais, é solicitado a fazer escolhas, a tomar decisões dentre as infinitas opções linguísticas nos diversos gêneros surgidos com a Internet.

O terceiro critério ficou relacionado às imagens, que são as fotos, os vídeos, e a outras diversas imagens que são postadas nos sites e páginas virtuais. Para a pesquisa esse é um dado importante no sentido de verificar se estas imagens têm a função de representar uma opinião e/ou reforçar uma tese sobre determinado assunto ou ideia, ou se está ali de forma aleatória, somente como elemento decorativo.

O quarto critério, que na pesquisa se configurou como o mais complexo e difícil de definir, está relacionado à teoria (ou concepção) pedagógica, ou seja, verificar se nos sites e redes sociais investigados é possível perceber quais os pressupostos teóricos que fundamentam o desenvolvimento e utilização/interação com os diversos usuários. A dificuldade encontrada com esta categoria foi no sentido de que nem sempre essa concepção pedagógica é clara ou bem definida.

O último critério, mas não menos importante, faz referência ao público alvo, pois em alguns casos, o quarto critério (definir a teoria pedagógica), só pôde ser

definido após ser identificado o público para o qual se destina aquele site ou rede social.

Para facilitar o trabalho de investigação e análise dos sites e redes sociais selecionados, foram elaboradas tabelas de acompanhamento para cada um dos segmentos: Sites – Blog – Facebook – Twitter. E após a coleta dos dados, procedeu-se à análise dos sites e das redes sociais pesquisados, como poderá ser observado após a apresentação de cada uma das tabelas.

Tabela 5: Análise dos sites.

Sites	Intencionalidade	Conteúdo			Imagens	Teoria Pedagógica	Público Alvo
		Interface	Interatividade	Argumentação			
<a href="http://www.gper.com.br">http://www.gper.com.br</a>	Formativa/ Informativa	Dinâmica com acesso a vídeos e hiperlinks.	O conteúdo é interativo, com hiperlinks variados; porém a interação do usuário é permitida somente pelo "Fale Conosco".	Os textos, as imagens e materiais postados reforçam a ideia do modelo Fenomenológico.	Remetem aos temas e materiais postados.	Modelo Fenomenológico em relação ao ER.	Pesquisadores de ER; professores, educadores, pessoas com interesse em ER.
<a href="http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br">http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br</a>	Formativa/ Informativa	Dinâmica com acesso a hiperlinks variados.	O conteúdo é interativo, com hiperlinks variados; : vídeos, leituras, trechos de filmes etc; permite aos prof. participarem da HAI (Hora atividade Interativa)	Os textos, as imagens e materiais postados reforçam a concepção adotada e a ideia do modelo Fenomenológico.	Remetem aos temas e materiais postados	Concepção sócio-interacionista; conteúdos no modelo fenomenológico.	Professores de ER, pedagogos, alunos, pessoas c/ interesse pelo tema.
<a href="http://www.fonaper.com.br">http://www.fonaper.com.br</a>	Formativa/ Informativa	Dinâmica com acesso a outros hiperlinks.	O conteúdo é interativo, com hiperlinks variados; porém a interação é somente pelo link: "Contato".	Os textos, as imagens e materiais postados reforçam a ideia do modelo Fenomenológico	Remetem aos temas e materiais postados	Modelo Fenomenológico	Instituições, pesquisadores, profissionais associados.
<a href="http://www.assintec.org.br">www.assintec.org.br</a>	Formativa/ Informativa	Dinâmica com acesso a outros hiperlinks: leituras, vídeos, imagens, outros sites.	O conteúdo é interativo, com hiperlinks variados; há interação do usuário por meio de Fórum, Enquetes e também pelo "Fale Conosco"	Os textos, as imagens e materiais postados reforçam a ideia do modelo inter-religioso.	Remetem aos temas e materiais postados	Modelo Inter-religioso.	Professores, educadores, pessoas com interesse em ER.
<a href="http://www.paulinas.org.br/dialogo/">http://www.paulinas.org.br/dialogo/</a>	Formativa/ Informativa (notícias: cursos, palestras, livros).	Dinâmica com acesso a outros hiperlinks: livreria on-line, sala de imprensa, multimídia etc.	O conteúdo é interativo, com hiperlinks variados; a interação do usuário se dá pelo "Fale Conosco".	Os textos, as imagens e materiais postados reforçam a ideia do modelo	Remetem aos temas e materiais postados	Modelo Fenomenológico.	Professores, educadores, pessoas com interesse em ER

Para análise dos sites, buscou-se no Google àqueles que tivessem como tema o Ensino Religioso. Foram encontrados, até o dia 31/05/2013, treze sites; sendo que maioria deles oferecem conteúdos para o professor da disciplina de ER e uma minoria dedica-se a postagens de mensagens e vídeos, muito mais sobre religiosidade que de Ensino Religioso. E dos treze sites pesquisados, poucos promovem algum tipo de discussão sobre o ER nas escolas. Assim, a escolha deu-se pela qualidade e apresentação dos sites.

Nos cinco sites analisados, pôde-se observar:

1º) Quanto à intencionalidade da Linguagem:

Verificou-se que os cinco sites têm a preocupação de atuar na formação e também na informação do professor. Dessa forma, todos eles oferecem materiais de apoio ao professor, materiais estes que são postados no próprio ambiente ou por meio de links ou hiperlinks e que possuem o objetivo de auxiliar a prática pedagógica do professor, ou seja, atua direto na formação do profissional. Já o material informativo é referente a cursos e eventos de ER, bem como, à divulgação de livros e revistas, como pode ser observado no site da Editora Paulinas.

2º) Quanto à categoria conteúdo:

Foi possível verificar que a Interface dos sites é organizada de modo a parecer atrativa aos usuários, todas são dinâmicas com acesso a links e hiperlinks variados.

A interatividade pôde ser percebida de duas formas, primeiro pelo conteúdo interativo, uma vez que todos possibilitam ao usuário acessar outras páginas e outros sites por meio de links e hiperlinks; segundo, todos os cinco sites permitem ao usuário entrar em contato pelo “Fale Conosco”. Percebeu-se ainda que o site da SEED/PR, por meio de um aplicativo, instituiu a Hora Atividade Interativa (HAI), onde o usuário pode discutir assuntos pertinentes à disciplina do ER com os Coordenadores do Ensino Religioso na SEED e com os colegas professores da disciplina de todo o Estado; e o site da ASSINTEC que possibilita ao usuário participar do Fórum e de Enquetes.

A argumentação, por sua vez, está presente em todos os sites; os materiais postados estão de acordo com as concepções pedagógicas adotadas pelas referidas Instituições.

3º) Quanto às imagens:

Observou-se que em todos os cinco sites averiguados, elas são utilizadas de forma coerente com os temas trabalhados e materiais postados.

4º) Quanto à definição da teoria pedagógica:

Verificou-se que os sites do GPER, FONAPER, SEED/PR e da Editora Paulinas – desenvolvem materiais que trabalham com o Ensino Religioso de acordo com o modelo adotado pelas respectivas Instituições, o fenomenológico. Ressalte-se que neste modelo o ER é visto como “área do conhecimento” e promove o “estudo das tradições religiosas e manifestação do Sagrado”. Já, no site da ASSINTEC, que se autodenomina como “uma entidade civil que promove o Ensino Religioso e o diálogo inter-religioso”, a teoria pedagógica adotada é a inter-religiosa.

5º) Quanto ao Público Alvo:

Os cinco sites pesquisados buscam atingir o público adulto, no entanto, apresentam algumas especificidades entre eles, como por exemplo, o FONAPER que se preocupa mais com as Instituições, pesquisadores e profissionais associados; o site da Editora Paulinas procura atingir professores, educadores, estudantes e leitores em geral; já os sites do GPER, SEED/PR e ASSINTEC buscam atender professores de ER, pesquisadores, educadores e pessoas com interesse em Ensino Religioso.

Tabela 6: Análise dos Blog.

Blog	Intencionalidade	Conteúdo			Imagens	Teoria Pedagógica	Público Alvo
		Interface	Interatividade	Argumentação			
<a href="http://blog.educacaoadventista.org.br/blog/camoc_gabriel/">http://blog.educacaoadventista.org.br/blog/camoc_gabriel/</a>	Formativo/ Informativo	Permite acesso somente aos usuários cadastrados.	Os usuários cadastrados podem realizar comentários; fazer postagens e publicações.	Não se aplica (porque não há possibilidade de verificar o conteúdo).	As que permitem visualização são coerentes c/ os temas apresentados	Educação confessional adventista	Professores, educadores, Pessoas c/ interesse na educação adventista.
<a href="http://conerrs.wordpress.com/ensino-religioso-plano-de-estudos/">http://conerrs.wordpress.com/ensino-religioso-plano-de-estudos/</a>	Informativo (Relatórios, Documentos, Estatutos do CONER).	Apresenta links para informações referentes às atividades da Diretoria.	Há dois tipos de interação: c/ hiperlinks que levam às informações e para o usuário postar comentários.	Há somente informações referentes às atividades da Diretoria do CONER.	Não se aplica porque não se dá ênfase às imagens.	Modelo inter-religioso.	Instituições, professores, pessoas c/ interesse no ER.
<a href="http://enreligioso.wordpress.com/">http://enreligioso.wordpress.com/</a>	Informativo com alguns artigos sobre temas religiosos e ER.	Simples mas com organização.	O Blog permite acesso aos links e ao usuário é permitido realizar comentários e postagens diversas.	Os textos reafirmam os temas religiosos e de ER que estão postados.	São utilizadas poucas imagens, mas as que são postadas são coerentes com os temas.	Não se aplica (porque não há uma concepção pedagógica definida).	Pessoas c/ interesse em temas religiosos e ER.
<a href="http://eenstoreligiosoraima.blogspot.com.br/">http://eenstoreligiosoraima.blogspot.com.br/</a>	Formativa/ Informativa	Dinâmica: permite acesso a links e hiperlinks.	O Blog permite acesso aos links e ao usuário é permitido realizar comentários, compartilhar e monitorar postagens.	Os textos, as imagens e materiais postados reforçam a importância da formação do prof. de ER e a ideia do modelo Fenomenológico	Não se aplica porque não se dá ênfase às imagens.	Ênfase na formação do prof. de ER; modelo fenomenológico.	Prof. de ER, educadores em geral, pessoas c/ interesse em ER
<a href="http://asperse.blogspot.com.br/">http://asperse.blogspot.com.br/</a>	Formativa/ Informativa	Dinâmica com acesso a hiperlinks variados.	Há dois tipos de interação: c/ hiperlinks que levam às informações e para o usuário postar comentários.	Os textos, as imagens e materiais postados reforçam a concepção adotada e a ideia do modelo Fenomenológico.	Remetem aos temas e materiais postados	Concepção sócio-interacionista; conteúdos com modelo fenomenológico.	Prof. de ER, educadores em geral, pessoas c/ interesse em ER.



Para a escolha dos blogs foi preciso delimitar mais as buscas, uma vez que ao digitar no buscador do Google a expressão: “Blog de Ensino Religioso” encontrou-se mais de 470.000 resultados (em 17 segundos de busca). Então, limitou-se a busca aos blogs de Instituições e professores de Ensino Religioso, mesmo assim se obteve mais de 230 mil resultados. Dessa forma, foi preciso estabelecer também critérios para a escolha dos Blog a serem pesquisados. Então, decidiu-se por eliminar os blogs não atualizados em 2013; o que diminuiu consideravelmente o número das páginas a serem pesquisadas. Em seguida, definiu-se que seriam selecionados os blogs de Instituições Educacionais, Conselhos e Associações de Ensino Religioso e de professores, também de ER. Assim, chegou-se ao número de 33 blogs, dos quais foram selecionados os mais ativos, ou seja, com atualizações realizadas até junho de 2013.

Nos cinco sites analisados, pôde-se observar:

1º) Quanto à intencionalidade da Linguagem:

Nos cinco blogs, verificou-se que três deles, o da Educação Adventista, o do ER de Roraima e o da Associação de Professores de ER de SC, podem ser considerados formativos e informativos, porque oferecem materiais sobre ER e dicas ao trabalho do professor. Já o Blog do CONER/RS pode ser considerado informativo porque seu objetivo principal é repassar informações sobre relatos, documentos e estatutos do Conselho. E o Blog particular (do Prof. Sérgio de Apucarana) também pode ser considerado informativo, uma vez que se preocupa mais em repassar avisos e notícias sobre cursos, eventos e mensagens sobre o ER.

2º) Quanto aos conteúdos:

A criação do Blog é mais livre, por isso é que a Interface de cada página investigada é diferente; por exemplo, a Educação Adventista permite acesso somente aos usuários cadastrados; o CONER/RS apresenta muitos links que seguem para informações referentes às atividades da diretoria do Conselho; a interface do Blog do professor Sérgio é bastante simples, mas organizado e prático; as interfaces do Blog do ER de Roraima e o da Associação de Professores de ER de SC constituem-se mais dinâmicas, permitindo o acesso a vários links e hiperlinks.

A interatividade da página em relação aos conteúdos pôde ser observada em todos os blogs pesquisados, isso se dá por meio dos links e hiperlinks. Já a interação entre os usuários são distintas, ou seja, nos Blog do ER de Roraima permite-se apenas o acesso, restringindo a interação aos usuários cadastrados; no Blog da Educação Adventista, são permitidos somente o acesso e participação dos usuários cadastrados; já nos outros três blogs, o acesso e a possibilidade de comentar, postar e publicar é aberto a qualquer visitante. A argumentação existe no sentido de que todas as postagens de materiais, são coerentes com os temas dos blogs. Só não foi possível avaliar o Blog da Educação Adventista porque o acesso não é liberado a visitantes.

### 3º) Quanto às imagens:

Dos cinco blogs averiguados, somente o da Associação de Professores de ER de SC utiliza, em maior quantidade, o recurso de imagens e isto ocorre de forma coerente com os temas e materiais postados. Os outros blogs utilizam poucas imagens na página, dão mais ênfase aos textos.

### 4º) Quanto à Teoria Pedagógica:

De acordo com a observação dos materiais postados, verificou-se: o Blog da Educação Adventista adota a concepção confessional adventista; o CONER/RS adota o modelo inter-religioso; o ER de Roraima adota o modelo fenomenológico e dá ênfase à formação do professor de ER; a Associação de Professores de ER de SC, quanto à interação é sócio-interacionista e quanto aos conteúdos segue o modelo fenomenológico; e o Blog do Professor Sérgio não foi avaliado porque os materiais postados não seguem uma única concepção pedagógica.

### 5º) Quanto ao Público Alvo:

O Blog da Educação Adventista busca atingir professores, educadores e pessoas com interesse na educação adventista; o Coner/RS procura atingir Instituições, professores e pessoas com interesse no ER; o Blog do Prof. Sérgio busca atingir professores e pessoas com interesse em ER; o Blog do ER de Roraima é para professores de ER, educadores em geral e pessoas com interesse em ER; e o público alvo do Blog da Associação de Professores de ER de SC são os professores de ER, educadores em geral e pessoas com interesse em ER.

Tabela 7: Análise dos Facebook.

Facebook	Intencionalidade	Conteúdo			Imagens	Teoria Pedagógica	Público Alvo
		Interface	Interatividade	Argumentação			
<a href="https://www.facebook.com/DiálogoRevistaDeEnsinoReligioso">https://www.facebook.com/DiálogoRevistaDeEnsinoReligioso</a>	Formativa/Informativa	Dinâmica com acesso a links e hiperlinks variados.	Permite ao usuário/visitante curtir, compartilhar e comentar postagens e realizar publicações.	Os textos, as imagens e materiais postados reforçam a ideia do modelo Fenomenológico	Remetem aos temas e materiais postados.	Modelo fenomenológico.	Prof. de ER, educadores, em geral, pessoas com interesse em ER.
<a href="https://www.facebook.com/pages/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Beneficente-Educacional-Eclesi%C3%A1stica-e-de-Ensino-Religioso/399156203493410">https://www.facebook.com/pages/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Beneficente-Educacional-Eclesi%C3%A1stica-e-de-Ensino-Religioso/399156203493410</a>	Informativa	Permite acesso a alguns links (informativos)	Permite ao usuário/visitante curtir, compartilhar e comentar postagens e realizar publicações.	Os materiais postados são informações sobre cursos e eventos de ER.	As imagens postadas remetem-se às mensagens e materiais postados.	Não se aplica (porque não há uma concepção pedagógica definida).	Pessoas com interesse em temas religiosos e ER.
<a href="https://www.facebook.com/formacao.continuadagper?fref=ts">https://www.facebook.com/formacao.continuadagper?fref=ts</a>	Formativa (ênfase na formação do professor de ER) e também Informativa	Dinâmica com acesso a hiperlinks variados: textos, vídeos, entrevistas etc.	Permite ao usuário adicionado curtir, compartilhar e comentar postagens e realizar publicações.	Os materiais postados reforçam a concepção adotada e a ideia do modelo Fenomenológico	Remetem aos temas e materiais postados	Concepção sócio-interacionista; adotam o modelo fenomenológico.	Prof. de ER, educadores em geral, pessoas com interesse em ER.
<a href="https://www.facebook.com/formaper.ensinoreligioso?fref=ts">https://www.facebook.com/formaper.ensinoreligioso?fref=ts</a>	Informativo	Permite acesso a links de informação sobre cursos e eventos de ER.	Permite ao usuário adicionado curtir, compartilhar e comentar postagens e realizar publicações.	Os materiais postados são informações sobre cursos e eventos de ER.	Remetem aos temas e materiais postados	Modelo inter-religioso.	Prof. de ER, educadores, pessoas com interesse em ER.
<a href="https://www.facebook.com/CantininhodoEnsinoReligioso">https://www.facebook.com/CantininhodoEnsinoReligioso</a>	Não se aplica: as postagens são mensagens que destacam a religiosidade.	Permite acesso a links e hiperlinks (p/ outros faces).	Permite ao usuário curtir, compartilhar e comentar postagens e realizar publicações.	São postagens de mensagens que destacam temas sobre a religiosidade.	Remetem aos temas e materiais postados	Não se aplica (não há uma concepção pedagógica definida).	Aberto a qualquer pessoa que se interesse pelo tema.

Para a análise dos Facebook, também foram pesquisados na Internet os “faces” que abordam o tema Ensino Religioso. Até o dia 31 de maio de 2013, foram encontrados 16 Facebook com estas características. Para eleger quais seriam os cinco faces investigados, foi utilizado o mesmo critério usado para a seleção dos blogs, ou seja, foram identificados aqueles com atualizações mais frequentes e, preferencialmente, em junho de 2013.

Assim, nos cinco Facebook escolhidos, pôde-se observar:

1º) Quanto à intencionalidade da Linguagem:

Nos faces analisados notou-se que as funções formativa e informativa ocorrem simultaneamente no Facebook da Revista Diálogo e no GPER, porém este último dá maior ênfase à formação continuada do professor de ER; a função informativa, àquela que repassa avisos e notícias sobre o ER foi percebido nos faces do OBEDECER e do FONAPER; e o Facebook Cantinho do Ensino não foi avaliado, sendo que a maioria das postagens são mensagens que destacam a religiosidade.

2º) Quanto ao conteúdo:

Na interface, observou-se que todos os cinco faces permitem o acesso dos usuários a links (textos informativos, leituras para formação, vídeos, entrevistas) e hiperlinks variados.

A interatividade ocorre em todos os Facebook, porém, de formas distintas. Os Facebook da Revista Diálogo, OBEDECER e Cantinho do Ensino, permitem ao usuário visitante curtir, compartilhar e comentar postagens e realizar publicações. Já, os faces do FONAPER e do GPER, permitem as ações de curtir, compartilhar e comentar postagens e realizar publicações somente ao usuário adicionado como amigo.

A argumentação ocorre em todos os Facebook de acordo com os objetivos de cada um deles, o que se percebe nos temas abordados.

3º) Quanto às imagens:

Nos Facebook as imagens são bastante utilizadas tanto pelo usuário proprietário quanto pelos outros usuários (amigos adicionados) e, em todos os faces, as imagens postadas remetem-se às mensagens e materiais publicados.

4º) Quanto à Teoria Pedagógica:

Verificou-se que nesta categoria de análise houve bastante diferença entre as concepções pedagógicas adotadas, por exemplo, o Facebook da Revista Diálogo apresenta conteúdos que seguem o modelo fenomenológico; o GPER adota na interatividade a concepção sócio-interacionista e em relação aos conteúdos segue o modelo fenomenológico; o FONAPER adota o modelo inter-religioso; e os Facebook OBEDECER e Cantinho do Ensino não foram avaliados, porque as postagens de seus materiais não seguem uma única linha teórica.

5º) Quanto ao Público Alvo:

Os Facebooks: Revista Diálogo, GPER e FONAPER são destinados a pesquisadores e professores de Ensino Religioso, educadores em geral e pessoas com interesse em ER. O OBEDECER (Organização Beneficente, Educacional, Eclesiástica e de Ensino Religioso e FACTEL – Faculdade de Ciências Teológicas Latino-Americana) busca atingir pessoas com interesse em temas religiosos e Ensino Religioso. Já o Cantinho do Ensino é aberto para qualquer pessoa que se interesse pelos temas de ER.

Tabela 8: Análise dos Twitter.

Twitter	Intencionalidade	Conteúdo			Imagens	Teoria Pedagógica	Público Alvo
		Interface	Interatividade	Argumentação			
<a href="https://twitter.com/erseedpr">https://twitter.com/erseedpr</a>	Formativa/ Informativa	Simples/ Direta/ Dinâmica.	Os twitteiros podem seguir o Twitter da SEED/PR e participarem das discussões provocadas.	Os twitteiros postam suas respostas de acordo com a provocação do mediador (SEED/PR).	Não se aplica (as imagens são indicadas por meio de links que devem ser acessados).	Concepção sócio-interacionista.	Prof. de ER, educadores em geral, pessoas com interesse em ER.
<a href="https://twitter.com/EnsinoReligioso">https://twitter.com/EnsinoReligioso</a>	Formativa/ Informativa	Simples/ Direta/ Dinâmica.	Os twitteiros podem seguir o Twitter participarem das discussões .	Os twitteiros postam respostas de acordo com as perguntas e/ou comentários do mediador (ER Macaé).	Não se aplica (as imagens são indicadas por meio de links que devem ser acessados).	Concepção sócio-interacionista.	Prof. de ER, educadores em geral, pessoas com interesse em ER.
<a href="https://twitter.com/grupogper">https://twitter.com/grupogper</a>	Informativa	Simples e Direta	Os twitteiros podem responder e retweetar as postagens.	Não se aplica (este Twitter reproduz as notícias do site do GPER).	Não se aplica (as imagens são indicadas por meio de links).	Concepção sócio-interacionista.	Prof. de ER, educadores em geral, pessoas com interesse em ER.
<a href="https://twitter.com/search?q=%23ensinoreligioso&amp;src=hash">https://twitter.com/search?q=%23ensinoreligioso&amp;src=hash</a>	Formativa/ Informativa	Simples/ Direta/ Dinâmica.	Permite ampla interação dos Twitteiros que postam suas opiniões sobre o ER (bem diversificado).	Os twitteiros realizam postagens de acordo com suas opiniões e pensamentos sobre ER.	Não se aplica (as imagens são indicadas por meio de links).	Concepção sócio-interacionista.	Aberto a professores, estudantes e pessoas com interesse no tema.
<a href="https://twitter.com/EnsinoReligios">https://twitter.com/EnsinoReligios</a>	Informativa	Simples e direta.	Os twitteiros podem responder e retweetar as postagens.	Não se aplica (este repassa informações sobre Cursos e Eventos de ER).	Não se aplica (as imagens são indicadas por meio de links).	Concepção sócio-interacionista.	Aberto a qualquer pessoa que se interesse pelo tema.

Para a seleção dos Twitter utilizou-se os mesmos critérios usados para a escolha das demais redes sociais. Porém, o trabalho de seleção dos “twitters” foi uma tarefa bastante simples, uma vez que foi encontrado somente cinco que abordassem o tema Ensino Religioso.

1º) Quanto à Intencionalidade da Linguagem:

Nos Twitter analisados verificou-se que as funções formativa e informativa ocorrem simultaneamente na SEED/PR, no ER de Macaé e no “#ensinoreligioso”. Já nos Twitter do GPER é informativa, pois a função da linguagem é reproduzir notícias do site do GPER; também é informativa a função da linguagem utilizada no Twitter do “EnsinoreligiosoVirt@Ensinoreligios”, uma vez que os “twitts” são usados para divulgar informações sobre Cursos e Eventos de Ensino Religioso.

2º) Quanto ao Conteúdo:

A interface de todos os Twitters apresenta-se de forma simples e direta, ou seja, basta o usuário “logar” a sua conta e senha do Twitter para poder entrar e seguir um deles. Porém, foi possível observar que os Twitter da SEED/PR, do ER de Macaé e do “#ensinoreligioso” são mais dinâmicos, pois provocam mais a participação do internauta.

A interatividade no Twitter é percebida com mais intensidade, porque os internautas devem seguir o “twitteiro” e participar respondendo ou comentando algumas questões (postar twittes) ou “retwittando” (compartilhando o que achou interessante). No Twitter da SEED/PR e no do ER de Macaé os twitteiros podem seguir e participar das discussões provocadas pelo twitteiro proprietários do Twitter. No Twitter do GPER e do “EnsinoreligiosoVirt@Ensinoreligios” os internautas podem responder e retweetar as postagens que lhes interessarem. O Twitter “#ensinoreligioso” permite ampla interação dos internautas que postam suas opiniões sobre o ER (ressalte-se que o conteúdo das postagens é bem diversificado).

A argumentação está presente nas postagens dos usuários, por exemplo, no Twitter da SEED/PR e do ER de Macaé, os internautas postam suas respostas de acordo com a provocação realizada por um mediador (twitteiro proprietário); no Twitter do GPER este critério não se aplica, uma vez que esta rede social é usada somente para reproduzir as notícias do site do GPER; no “#ensinoreligioso”, os

usuários realizam postagens de acordo com suas opiniões e pensamentos sobre ER; e no Twitter “EnsinoreligiosoVirt@Ensinoreligios” esta categoria de análise também não se aplica, pois este apenas repassa informações sobre Cursos e Eventos de ER.

3º) Quanto às Imagens:

Esta categoria de análise não se aplica a nenhum Twitter, uma vez que essa rede social permite postagens de somente 140 caracteres. Assim as imagens são indicadas por meio de links e hiperlinks, o que remete o usuário a outras páginas ou sites.

4º) Quanto à Teoria Pedagógica:

Em todos os Twitters observa-se uma ampla interação dos usuários, assim se observa que a concepção predominante é a sócio-interacionista e quanto ao conteúdo, nos Twitter da SEED e do GPER as discussões seguem na linha do modelo fenomenológico do ER.

5º) Quanto ao Público Alvo:

Os Twitter da SEED/PR, do ER de Macaé e do GPER têm como público alvo os professores de Ensino Religioso, educadores em geral e pessoas com interesse em ER; o “#ensinoreligioso” busca atingir professores, estudantes e pessoas com interesse no Ensino Religioso; e o Twitter “EnsinoreligiosoVirt@Ensinoreligios” é aberto a qualquer pessoa que se interesse por temas de ER.

## 4.2 Análise dos Resultados

Após a pesquisa de campo (acesso aos sites e redes sociais), através da qual foram coletadas informações significativas, faz-se necessária uma análise desses dados, já procurando observar se há possibilidade de utilização desses ambientes digitais como plataformas on-line de aprendizagem, onde seja possível realizar a formação continuada dos professores de Ensino Religioso.

A primeira observação a se fazer é sobre a rapidez com que a comunicação e as informações ocorrem na Internet. Sobre este tema, Santana (UNEB) afirma que a rapidez e objetividade com que as informações são passadas e chegam até os



indivíduos é um grande diferencial no que se diz respeito aos meios de comunicação não virtuais.

Ressalte-se também a crescente utilização das redes sociais, em especial o Facebook, em todo o território nacional, sem esquecer-se do quanto é grande a utilização do Blog como meio de interação e de produção de conhecimento e aprendizagem.

Ao observar os sites que desenvolvem conteúdos específicos de Ensino Religioso, observou-se que todos têm a preocupação de oferecer materiais informativos, que ajudem o professor a buscar cursos e eventos para a sua capacitação profissional, mas oferecem também materiais formativos, que são textos e materiais de auxílio e orientação à prática diária do professor de Ensino Religioso. Também, percebeu-se que os sites pesquisados buscam ser mais atrativos aos usuários e, por isso, procuram ter uma apresentação mais dinâmica e, ao mesmo tempo, procuram oferecer conteúdos mais interativos e completos. E nesse sentido, Lemos (2002), afirma que a interação eletrônico-digital, é aquela que possibilita ao usuário interagir não apenas com o objeto (a máquina ou a ferramenta), mas com a informação, o conteúdo, diferentemente das mídias tradicionais. Em relação ao uso das imagens, pode-se afirmar que os sites as utilizam de modo coerente e que elas reforçam a concepção pedagógica adotada pelas Instituições proprietárias dos sites.

Em relação à pesquisa realizada nos Blog, a grande surpresa ficou pelo número extraordinário de Instituições e professores que desenvolvem blogs com o tema do Ensino Religioso. Este fato foi o que determinou mais tempo para a seleção dos blogs a serem pesquisados. Outro dado importante que merece ser registrado é em relação à qualidade dos blogs criados e dos materiais postados, seja por Instituição seja por particulares (professores, estudantes e outras pessoas com interesse no tema). Em relação à construção do Blog, este difere do site pelo grande número de “autores”, ou seja, a estrutura da página digital é mais livre e segue a formação do seu autor, fica mais evidente a orientação religiosa ou grupo religioso a que pertence o autor. Em relação à teoria pedagógica, torna-se mais simples e fácil percebê-la quando se trata de um Blog de Instituição, porque os blogs particulares não apresentam claramente essa seleção nos materiais postados. Como exemplo, foi visto um Blog que apresentava vários materiais, como: planejamento de uma aula de Ensino Religioso, mensagens agnósticas, correntes de oração, vídeos de mensagens espíritas etc, ou seja, não seguia uma única linha teórica. Outro fato

observado foi em relação ao uso das imagens, percebeu-se que há um maior número de usuários nos blogs que reforçam o tema apresentado por meio das imagens, afinal elas também representam um recurso argumentativo à ideia ou à tese que se defende. Porém, somente um dos blogs pesquisados lançou mão desse recurso, os outros utilizaram poucas ou quase nenhuma imagem na interface do Blog.

Já, nos Facebook, foi possível observar alguns pontos relevantes, como: a importância da interatividade do usuário com a informação, com o conteúdo e, principalmente, com outros usuários. E nesse sentido, é importante ressaltar a importância dos hiperlinks, pois ao clicar em um link (palavra em realce), segue-se para outro documento que pode ser outra página de informações ou, outro site da Internet, e qualquer usuário pode lançar mão desse recurso. A pesquisa demonstrou que as imagens, vídeos e links recebem o mesmo tratamento dos textos escritos, ou seja, as pessoas podem interagir, questionando ou comentando as postagens de outros usuários, além de poder adicionar comentários (intervenções), reencaminhar e/ou compartilhar postagens com outras pessoas do grupo. A interface, que é a página de apresentação do face, possui atualização dinâmica e rápida. Alguns Facebook aceitam a presença do usuário visitante, ou seja, ele não está adicionado ao grupo de amigos, mas consegue acessar a página, visualizar e interagir dentro desse espaço, postando comentários e realizando publicações, além das possibilidades de curtir a página e compartilhar o material e/ou a publicação que achou interessante. Outro dado importante é em relação à teoria pedagógica adotada, como os Facebook selecionados tratam de temas específicos, fica evidente a concepção adotada e o público ao qual o face se dirige.

Quanto aos Twitter, a primeira observação relevante é o fato de que esta rede social pode ser utilizada por qualquer pessoa, uma vez que não precisa de convite, por isso a interatividade do usuário é uma característica muito particular dessa rede social, porque ocorre uma ação de troca contínua das funções de emissão e recepção comunicativa. E, nesse sentido, observa-se que a concepção predominante é a sócio-interacionista. Todavia há um limite para a escrita, ou seja, pode-se escrever até 140 (cento e quarenta) caracteres. Esta pode ser considerada a característica mais importante do Twitter, pois desse modo, o usuário tem a possibilidade de exercitar a habilidade de realizar sínteses. Outra característica importante do Twitter é exigir do usuário objetividade, pois não há espaço para

divagações na escrita. Isso significa que nesta rede social não é possível trabalhar com textos longos e imagens na página, porém, pode-se lançar mão dos hiperlinks para indicar outro site, filme etc.

Como observação final para esta análise, cabe lembrar que a busca dos sites e redes sociais foram realizadas no último dia do mês de maio de 2013. Como a Internet tem uma característica dinâmica de evolução progressiva, certamente os números de sites, Blog, Facebook e Twitters já não são os aqui relatados, assim como alguns podem ter sido excluídos, outros podem ter sido criados.

Após a análise dos dados coletados, com base nas leituras realizadas acerca da temática investigada, fica evidente a relevância da discussão do uso das redes sociais na formação continuada do professor de Ensino Religioso, uma vez que as redes sociais proporcionam aos usuários (interlocutores) a possibilidade de construção do conhecimento, em que os internautas, conteúdo e metodologia estão entrelaçados. E, nesse processo, o professor assume uma nova postura frente às novas tecnologias e na função de ensinar e aprender a distância.

## 5 Considerações Circunstanciais

A presente pesquisa procurou realizar uma investigação sobre as redes sociais e averiguar se as mesmas podem ser utilizadas como plataforma virtual de aprendizagem, onde se realizem cursos para a formação continuada de professores para atuarem na disciplina do Ensino Religioso, já que inexistente licenciatura específica para tal formação. Descobriu-se, porém, que o tema vem sendo estudado de maneira incipiente em várias partes do mundo e com pouca relevância no Brasil. Assim, durante as buscas realizadas no Google, e em outros buscadores, foram encontrados artigos e trabalhos relacionados ao uso das redes sociais em organizações corporativas e também na ação pedagógica, envolvendo o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Entretanto, não foi encontrado material relevante abordando o tema das redes sociais como instrumentos da modalidade a distância para formação de professores.

Assim, realizou-se a busca e a pesquisa de textos e materiais que levasse à compreensão de como as redes sociais foram criadas e de que forma podem auxiliar num programa de formação docente para a disciplina do Ensino Religioso.

Partindo desse contexto, apresentou-se um pouco do registro histórico e da Legislação que regulamenta a disciplina de Ensino Religioso no Brasil, bem como elementos da Educação a Distância, abordando também aspectos que tratam da formação e contratação do docente para a disciplina de Ensino Religioso. Ressalte-se que, nesse sentido, a EaD representa mais uma oportunidade ao professor para realizar sua formação, seja na graduação, pós-graduação ou na formação continuada. Lembrando que a Educação a Distância é uma realidade e uma nova metodologia de ensino com uma legislação que a regulamenta e, portanto, é uma alternativa viável e capaz de atender necessidades educacionais específicas.

Ao analisar o contexto histórico da EaD, é possível observar que, a partir dos anos de 1990, quando o computador, e logo em seguida, a Internet, passaram a fazer parte da realidade da educação brasileira, muitos cursos surgiram na modalidade a distância e muitas pessoas tiveram a oportunidade de investir na sua formação, seja retomando seus estudos seja realizando capacitações profissionais. Contudo, a educação a distância não pode ser vista, nem compreendida e elaborada da mesma forma que a educação presencial. Gravar uma aula presencial e disponibilizá-la por meio de recursos midiáticos, não lhe garante qualidade; pois

esta ação isolada, sem objetivos bem definidos e uma proposta pedagógica contextualizada, não garante a qualidade de um Curso, seja em qualquer modalidade.

Nesse contexto, as autoras Hilu, Oliveira e Rodero (2011), afirmam que ao trabalhar pedagogicamente no terreno da comunicação digital, deve-se ter claro que ao utilizar meios específicos, estes não deixarão de ser e ter suas características próprias. Assim, as Instituições e professores de EaD devem respeitar essas características a fim de não suprimir o que estes meios têm de atrativo e popular, sem correr o risco de engessar seus princípios em condições escolásticas (HILU, OLIVEIRA E RODERO, 2011).

Partindo dessa perspectiva, é que se propôs pesquisar as redes sociais e as possibilidades de aprendizagem on-line, no sentido de apontá-las como recursos pedagógicos que podem auxiliar tanto a educação presencial quanto a educação a distância. Sendo assim, para auxiliar a análise dos sites, Blog, Facebook e Twitter selecionados para a pesquisa, foi necessário buscar, na Linguística, na Pedagogia e nas Tecnologias de Informação e Comunicação, subsídios que ajudassem a elaborar as categorias de análise. Assim, foram elaboradas as seguintes categorias: a intencionalidade da linguagem, o conteúdo, as imagens, a Teoria ou Concepção Pedagógica e o público-alvo.

Cabe aqui ressaltar que tais categorias de análise podem indicar caminhos a serem seguidos para a elaboração de um Planejamento que auxilie na construção de comunidades e redes sociais que possam se caracterizar como um ambiente virtual de aprendizagem de modo a serem utilizadas como instrumentos de mediação para cursos na modalidade de EaD.

Nessa perspectiva, utilizar as redes sociais como plataforma on-line de aprendizagem para a formação continuada dos professores se justifica, uma vez que as mesmas são conhecidas e utilizadas também por estes profissionais; o acesso é simples, mesmo fora dos laboratórios de informática; permitem a escrita hipertextual; e disponibilizam recursos oferecidos como ambiente de discussão (fórum), enquetes, organização de eventos e listagem de usuários.

Nesse contexto, as redes sociais se equivalem aos ambientes virtuais de aprendizagem, onde podem ocorrer cursos de educação a distância; lembrando que neste ambiente é possível que o usuário proprietário da página possa assumir status de professor-tutor e, desse modo, acompanhar as produções realizadas

pelos usuários-cursistas; realizar as intervenções necessárias; e verificar a necessidade de retificações nas atividades realizadas.

Dessa forma, as redes sociais podem ser utilizadas como ferramentas de interação e comunicação, aplicáveis pedagogicamente no processo da modalidade da educação a distância, visando a atender a demanda em relação à qualificação do professor de Ensino Religioso, além de favorecer a sua formação continuada. Fato que já começa a ocorrer no cenário nacional, como é o caso do Facebook criado pelo GPER – Grupo de Pesquisa, Educação e Religião – que lançou no início de 2013, o Projeto Formação Continuada, que dá ênfase à formação do Professor de Ensino Religioso.

Nesse contexto, Melo Franco (2012, p.123) aponta para o fato de que existem plataformas de criação de redes sociais personalizadas que possibilitam uma infinidade de recursos, como postar conteúdo, moderar fóruns e enviar fotos e vídeos; e considerando somente a plataforma, os custos podem ser praticamente inexistentes. Além disso, deve-se considerar o alcance, a simplicidade e a facilidade do uso dos recursos disponíveis e a possibilidade da interação síncrona e assíncrona que as redes sociais podem oferecer entre os usuários, no caso da oferta de um curso a distância, a interação entre professor-tutor e alunos e alunos e alunos.

Assim, o que se pretende nessas considerações circunstanciais é resgatar as conclusões fundamentais da pesquisa e apontar para questões futuras, decorrentes das reflexões aqui expostas e da nova realidade que se apresenta: a aliança das Redes Sociais à formação do professor de Ensino Religioso.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Claudia Mara de; SOARES, Kátia Cristina D. **Pedagogo Escolar: as funções supervisora e orientadora**. Curitiba: IBPEX, 2010.

AMARAL, Antonio Marco. *Concepção De Educação a Distância*. Curitiba, 2012, Disponível em: <http://artigos.globe24h.com/0/0/educacao/educacao-online/2009/12/09/concepcao-de-educacao-a-distancia.shtml>

BARROS, Daniela Melaré Vieira. *Educação a Distância e o Universo do Trabalho*. Bauru: EUDSC, 2003.

BERNARDO, V. *Educação a distância: fundamentos*. UNIFESP. Disponível em: <<http://www.virtual.epm.br/material/tis/enf/apostila.htm#INTRODUÇÃO>>. Acesso em: 28 de mar 2013.

BRZEZINSKI, Ria. *Notas sobre o currículo na formação de professores: teoria e prática*. UNB, 1994.

BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. *Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship (2007)*. In: *Journal of Computer-Mediated Communication*. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira*. MEC: 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 15 de abr 2013.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14\\_24.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf). Acesso em: 15 de abr 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 15 de abr 2013.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/92067/constituicao-dos-estados-unidos-do-brasil-37>. Acesso em: 15 de abr 2013.

BRASIL. *Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961 (LDB nº 4024/61)*. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>. Acesso em: 15 de abr 2013.

BRASIL. *Lei de 11 de Agosto de 1827. Presidência da República - Casa Civil*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm). Acesso em: 15 de abr 2013.

BRASIL. *LEI No 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm). Acesso em: 15 de abr 2013.

BUARQUE, Cristovam. Formação e invenção do professor no século XXI. In.: Fredric Michael Litto, Marcos Formiga (orgs.). Educação a distância: o estado da arte – Volume 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012, p. 145-147.

BUENO, Maysa de Oliveira Brum; LOPES, Maria Cristina Lima Paniago. O uso das redes sociais como formação continuada de professores. In.: IV Encontro Nacional de Hipertexto e Tecnologias Educacionais. Universidade de Sorocaba, 2011.

CAETANO, Maria Cristina. O ENSINO RELIGIOSO E A FORMAÇÃO DE SEUS PROFESSORES: dificuldades e perspectivas. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2007. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao\\_CaetanoMC\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_CaetanoMC_1.pdf). Acesso em: 11 de abr 2013.

CARVALHO, Ana Amélia A. (org). Manual de Ferramentas da Web 2.0 para professores. Brasília: MEC, 2008.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; GONÇALVES, Maria Elisa Resende. Formação continuada de professores: o vídeo como tecnologia facilitadora da reflexão. Cadernos de Pesquisa, dez. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742000000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 18 de abr 2013.

CHAGAS, Valmir. Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

COBO ROMANÍ, CRISTÓBAL; PARDO KUKLINSKI, HUGO. 2007. Planeta Web 2.0. Inteligencia colectiva o medios fast food. Grup de Recerca d'Interaccions Digitals, Universitat de Vic. Flacso México. Barcelona / México DF.

CONSELHO Nacional de Educação. CNE/CP n. 01/2002 – que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciaturas. Brasília, DF, 2002.

COSCARELLI, Carla Viana. **Alfabetização e letramento digital**. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica. 2011, p. 25-40.

CHAGAS, Francisco. Documento Final da CONAE. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: [http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf). Acesso em: 20 de abr 2013.

CHAVES, Eduardo. **O que é um software educacional?** Rio de Janeiro: Janeiro, 1987.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. O Ensino Religioso no Brasil: tendências, conquistas, perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1996.



Folha de S.Paulo. Entenda o que é a Web 2.0 – de 10/06/2006. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u20173.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u20173.shtml). Acesso em 12 de mai 2013.

FONAPER. Dossier: Formação do Professor de Ensino Religioso. Blumenau/SC, 2004.

FONAPER – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. Parâmetros Curriculares Nacionais; Ensino Religioso. 6. ed. São Paulo: Ave-Maria, 1997.

FREIRE, Madalena. A Formação Permanente. In: Freire, Paulo: Trabalho, Comentário, Reflexão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

GAIA, Rossana Viana. **Educomunicação & Mídias**. Maceió: EDUFAL, 2001.

GALLIANO, A. Guilherme. O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Maria João. Blogs: um recurso e uma estratégia educativa. In Actas do VII Simpósio Internacional de Informática Educativa, SIIE, 2005.

GONZÁLEZ, Fernando Santamaría. Ferramentas da web para a aprendizagem colaborativa: weblogs, redes sociais, wikis, web 2.0. Trad. de Miriam Salles Campinas, 2005. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/000103547251624f494f4>. Acesso em: 16 de out 2012.

HILU, Luciane; OLIVEIRA, Rosângela Gonçalves; RODERO, Renata. Possibilidades do Uso Pedagógico das Redes Sociais: Estudo de Caso. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2011.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (coord.). Mapa da produção científica do ensino religioso: no período de 1995 a 2010. Disponível em: <http://www.gper.com.br/noticias/25ee315b8abbd4db3f073307be196cea.pdf>. Acesso em: 23 de abr 2013.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro ; ALVES, V. P. A formação de professores de Ensino Religioso brasileiro na modalidade de educação a distância. Revista Diálogo Educacional (PUCPR. Impresso), v. 10, p. 171-189, 2010.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; WAGNER, Raul (Org.). Ensino Religioso no Brasil. Curitiba: Champagnat, 2004.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira; HOLANDA, Ângela Maria. Ensino Religioso: aspectos legal e curricular. São Paulo: Paulinas, 2007.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; PEROBELLI, Rachel de Moraes Borges; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; GILZ, Claudino. A formação de professores do Ensino Religioso: uma visão do contexto histórico-legislativo no Brasil. Curitiba: EDUCERE, 2007, p. 462-4370.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso. Curitiba, Ibpex, 2008.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. A concepção de uma proposta: o Ensino Religioso em uma perspectiva pedagógica a partir do artigo 33 da LDB. RELEGENS THRÉSKEIA estudos e pesquisa em religião V. 01 – nº 01 – 2012.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (Coord.). Mapa da produção científica do ensino religioso: no período de 1995 a 2010. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.gper.com.br/noticias/25ee315b8abbd4db3f073307be196cea.pdf>. Acesso em 28 de mai 2013.

KEEGAN, D. Foundations of Distance Education. London: Routledge, 1996.

KENSKI, Vani M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas: Papirus, 2008.

LEMOS, André. Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Educação a distância: regulamentação. Brasília: Plano, 1999.

LOCATELLI, Ederson Luis. A Construção de Redes Sociais no processo de formação Docente em Metaverso, no contexto do Programa Loyola. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo: 2010. Disponível em: <http://gpedunisinos.files.wordpress.com/2010/12/dissertacaoederson.pdf>. Acesso em 20 de Fev 2013.

MARTINET, André. Elementos de linguística geral. 8 ed. Lisboa: Martins Fontes, 1978

MATTAR, João. Tutoria e Interação em educação a distância. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MAYADAS, A. Frank; BOURNE, John; BACSICH, Paul. Online education today. Science, v. 323, 2009, p. 85-89.

MELO FRANCO, Iara Cordeiro de. Redes Sociais e a EaD. In.: Fredric Michael Litto, Marcos Formiga (orgs.). Educação a distância: o estado da arte – Volume 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012, p.116-124.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Hipertexto" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix,

2002. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=182>. Acesso em: 31 de jan 2013.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo (Org.). Novas tecnologias na educação: Reflexões sobre a prática. Maceió: EDUFAL, 2002.

MORAN. José Manuel. O que é educação a distância. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/moran/dist.htm>. Acesso em: 28 de mar 2013.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteriro; CAETANO, Maria Cristina . O Ensino Religioso e a Formação de seus Professores. In: VIII Encontro de Pesquisa da Região Sudeste – 2007. Vitória: 2007. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Maria%20Cristina%20Caetano%20e%20Maria%20Auxiliadora%20Monteriro%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 01 de mar 2013.

OLIVEIRA, Lílian Blank [et al]. Curso de Formação de professores in: SENA, Luzia. (Org.) Ensino religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2006.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; ALVES, Luiz Alberto Sousa Alves; KEIM, Ernesto Jacob. Ensino Religioso no Ensino Fundamental. São Paulo: Cortez, 2007.

ORIHUELA, José Luis; SANTOS, María Luisa. Los weblogs como herramienta educativa: experiencias con bitácoras de alunos. In: Quaderns Digitals, 2004. Disponível em: [http://www.quadernsdigitals.net/index.php?accionMenu=hemeroteca.VisualizaArticuloIU.visualiza&articulo\\_id=7751](http://www.quadernsdigitals.net/index.php?accionMenu=hemeroteca.VisualizaArticuloIU.visualiza&articulo_id=7751). Acesso em: 12 de set 2012.

PRADA, Luis Eduardo Alvarado. Dever e direito à formação continuada de professores. 2009. Disponível em: [http://www.uniube.br/propep/mestrado/revista/vol07/16/ponto\\_de\\_vista.pdf](http://www.uniube.br/propep/mestrado/revista/vol07/16/ponto_de_vista.pdf). Acesso em: 18 de mar 2013.

PETERS, Otto. A educação a distância em transição: tendências e desafios. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

RETT, Silvana Bueno Teixeira. Formação Continuada de Professores por meio da Educação a Distância (EaD): influências do curso TV na escola e os desafios de hoje. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008.

RECUERO, RAQUEL. Comunidades em Redes Sociais na Internet: Proposta de tipologia baseada no Fotolog.com. Porto Alegre, 2006.

RHEINGOLD, Howard, A Comunidade Virtual, Gradiva, Lisboa, 1996.

RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério de Azevedo. O Ensino Religioso brasileiro na modalidade EaD - Uma proposta para a formação de professores. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE: 2009. Disponível

em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2098\\_1024.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2098_1024.pdf). Acesso em: 25 de mar 2013.

SANTANA, Camila Lima Santana e; Redes sociais na Internet: potencializando interações sociais. Disponível em: <http://www.hipertextus.net/volume1/ensaio-05-camila.pdf>. Acesso em: 01 de jun 2013.

SANTOS, Edméa O. Ambientes virtuais de aprendizagem: por autorias livres, plurais e gratuitas. In: Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, 2002. Disponível em: <<http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/hipertexto/home/ava.pdf>>. Acesso: 15 jan. 2013.

SARAIVA, Karla. Linguagens internáuticas e viagens ciberespaciais. In: 27ª Reunião anual da ANPED. Caxambu: 2004.

AMARAL, Tania Conceição Iglesias; SECO, Ana Paula. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. Artigo científico. Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SENA, Luzia. (Org.). Ensino religioso e formação docente: Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2006.

SENA, Luzia. Artigos: Quais os modelos de ensino religioso no Brasil? Disponível em: <http://www.gper.com.br/?sec=art15>. Acesso em: 20 de abr 2013.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação, Ideologia e Contra-ideologia. São Paulo: EPU, 1986.

SOFFA, Marilice M.; ALCÂNTARA, Paulo Roberto de C. **O uso do software educativo**: reflexões da prática docente na sala informatizada. Disponível em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/335\\_357.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/335_357.pdf). Acesso: 10 jan.2013.

STIGAR, Robson. Ensino Religioso e Ciência da Religião. Disponível em: [http://www.gper.com.br/documentos/ensino\\_religioso\\_ciencias\\_religiao.pdf](http://www.gper.com.br/documentos/ensino_religioso_ciencias_religiao.pdf). Acesso em: 20 de mai 2013.

TANENBAUM, Andrew S. Redes de computadores. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TAVARES, Alexandre. Portal São Francisco. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/artigos/tecnologia-na-escola-problema-ou-solucao.php>. Acesso em 10 de nov 2012.

VALENTE, J. A. Uso da internet na sala de aula. Revista Educar, Curitiba, n. 19, p. 131-146, 2002.

VIANNEY, João; TORRES, Patrícia Lupion; SILVA, Elisabeth Farias da. A universidade virtual no. Brasil. Caracas: Unesco; lesalc; Tubarão: Ed. da Unisul, 2003

XAVIER, Antônio Carlos. Leitura, texto e hipertexto. In: Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido / Luiz A. Marcuschi, Antônio C. Xavier (orgs). São Paulo: Cortez, 2010.

XAVIER, Antonio C. S; LYRA, Ilka Werkhäuser de. Das redes sociais à sala de aula: as expressões nominais como estratégias de referenciação criativa e de argumentação na produção textual. Hipertextus - Revista Digital, n.8, Jun. 2012. Disponível em: < [http://www.hipertextus.net/volume8/07-Hipertextus-Vol8-Antonio-Carlos-Xavier\\_-\\_Ilka-Werkh%C3%A4user-de-Lyra.pdf](http://www.hipertextus.net/volume8/07-Hipertextus-Vol8-Antonio-Carlos-Xavier_-_Ilka-Werkh%C3%A4user-de-Lyra.pdf)>. Acesso em: 16 de jun 2013.

ZANINI, João Batista et al. As redes sociais na internet como fonte de informação científica: realidade ou mito? In: TOMAÉL, Maria Inês; JESUS, José Antônio Guazelli de (Org.). Informação em múltiplas abordagens: acesso, compartilhamento e gestão. Londrina: UEL/SETI, 2010, p. 81-98.

### **Bibliografia Consultada**

ARAÚJO, Júlio César Rosa de. A conversa na web. O estudo da transmutação de um gênero textual. In: MARCUSCHI, L. A. & XAVIER, A. C. (Orgs.). Hipertexto e gêneros digitais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

Castells, M. Internet e sociedade em rede. In Moraes, D. (org.). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia; saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JUNQUEIRA. Sérgio Rogério Azevedo (Org). O Sagrado: fundamentos e conteúdo do Ensino Religioso. Curitiba, Ibpex, 2009.

JUNQUEIRA. Sérgio Rogério Azevedo. O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ (SEED). Diretrizes Curriculares do Ensino Religioso. Curitiba: SEED, 2005.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Diversidade Religiosa e direitos humanos. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

VALENTE, Mariana Reis Mendes; SILVA, Maurílio Luiz Hoffmann da. A utilização do Twitter na campanha política e sua aplicação no Tocantins: estudo de caso do perfil do candidato a Governador eleito Siqueira Campos. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/panam/pdf/GT3\\_Art3\\_Val.pdf](http://www.ipea.gov.br/panam/pdf/GT3_Art3_Val.pdf). Acesso em: 06 de jan 2013.

Valente, C.; Mattar, J. Second Life e Web 2.0 na educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias. São Paulo: Novatec, 2007.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. Trad. Jefferson Luís Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.